

# História do Poder Legislativo de São Bento do Sul

**ANTONIO DIAS MAFRA**

**HISTÓRIA DO PODER  
LEGISLATIVO DE SÃO  
BENTO DO SUL**

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	7
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>ORIGEM DO MUNICÍPIO E DAS CÂMARAS</b> .....	14
O município no Brasil .....	16
São Bento no século XIX: a colonização .....	18
Eleitores de São Bento e sua primeira eleição em Joinville: outubro de 1876 .....	19
Funções do juiz de paz .....	20
A vila de São Bento: a primeira Câmara eleita .....	22
Instalado o município em 1884: primeira Câmara eleita .	25
Eleição da Câmara de 01 de julho de 1886: anulada .....	30
A segunda Câmara eleita .....	41
<b>SÃO BENTO: SÉCULO XIX – FIM DO IMPÉRIO</b> .....	43
Extinção das câmaras: criação das intendências Municipais .....	44
1º Conselho Municipal de Intendentes: nomeado .....	45
2º Conselho Municipal de Intendentes: eleições anuladas	47
3º Conselho Municipal de Intendentes: nomeado .....	49
4º Conselho Municipal de Intendentes: eleito .....	50
5º Conselho Municipal de Intendentes: nomeado .....	57
6º Conselho Municipal de Intendentes: eleito .....	60
7º Conselho Municipal de Intendentes: eleito .....	65

<b>SÃO BENTO DO SUL NO SÉCULO XX ATÉ O ESTADO NOVO</b> .....	77
8º Conselho Municipal de Intendentes: eleito .....	78
9º Conselho Municipal de Intendentes: eleito .....	80
10º Conselho Municipal de Intendentes: eleito .....	82
11º Conselho Municipal de Intendentes: eleito .....	84
12º Conselho Municipal de Intendentes: eleito .....	91
13º Conselho Municipal de Intendentes: eleito .....	94
14º Conselho Municipal de Intendentes: eleito .....	96
Luiz de Vasconcellos: primeiro prefeito de São Bento ....	99
A Revolução de 1930 .....	99
Prefeitos municipais provisórios: fechamento do legislativo, 1930.....	100
Prefeito nomeado .....	102
Prefeito nomeado: sem legislativo, maio de 1933 .....	105
As câmaras municipais são recriadas em Santa Catarina .....	108
Renasce a Câmara Municipal com sete vereadores .....	109
1ª Mesa Diretora: 1936 .....	110
2ª Mesa Diretora: 1937 .....	111
As câmaras municipais são novamente fechadas: 1937... ..	113
<b>SÃO BENTO – FIM DO ESTADO NOVO: REDEMOCRATIZAÇÃO</b> .....	128
Câmara eleita para o período de 1947 a 1950 .....	131
1ª Mesa Diretora: 1947 .....	132
2ª Mesa Diretora: 1948 .....	133
Mudança de nome de Serra Alta para São Bento do Sul	135

3ª Mesa Diretora: 1949 .....	137
4ª Mesa Diretora: 1950 .....	138
Câmara eleita para o período de 1951 a 1954 .....	138
1ª Mesa Diretora: 1951 .....	139
2ª Mesa Diretora: 1952 .....	140
3ª Mesa Diretora: 1953 .....	142
O distrito de Rio Negrinho é elevado a município .....	143
4ª Mesa Diretora: 1954 .....	144
Câmara eleita para o período 1955 a 1958.....	146
1ª Mesa Diretora: 1955 .....	147
2ª Mesa Diretora: 1956 .....	148
3ª Mesa Diretora: 1957 .....	150
4ª Mesa Diretora: 1958 .....	152
Câmara eleita para o período de 1959 a 1962 .....	154
1ª Mesa Diretora: 1959 .....	155
2ª Mesa Diretora: 1960 .....	156
3ª Mesa Diretora: 1961 .....	157
4ª Mesa Diretora: 1962 .....	157
Câmara eleita para o período de 1963 a 1966 .....	158
1ª Mesa Diretora: 1963 .....	159
2ª Mesa Diretora: 1964 .....	161
São Bento do Sul na Ditadura Militar: 1964 a 1985.....	162
2ª Mesa Diretora: substituta .....	163
3ª Mesa Diretora: 1965 .....	164
4ª Mesa Diretora: 1966 .....	165
Câmara eleita para o período de 1967 a 1969 .....	166
1ª Mesa Diretora: 1967 .....	167

2ª Mesa Diretora: 1968 .....	168
3ª Mesa Diretora: 1969 .....	169
Câmara eleita para o período de 1970 a 1972 .....	171
1ª Mesa Diretora: 1970 .....	172
2ª Mesa Diretora: 1971 .....	173
3ª Mesa Diretora: 1972 .....	176
Câmara eleita para o período de 1973 a 1976 .....	179
1ª Mesa Diretora: 1973 a 1974 .....	180
2ª Mesa Diretora: 1975 a 1976 .....	183
Câmara eleita para o período de 1977 a 1982 .....	185
1ª Mesa Diretora: 1977 a 1978 .....	186
2ª Mesa Diretora: 1979 a 1980 .....	189
3ª Mesa Diretora: 1981 a 1982 .....	191
Câmara eleita para o período de 1983 a 1988 .....	194
1ª Mesa Diretora: 1983 a 1984 .....	195
2ª Mesa Diretora: 1985 a 1986 .....	196
3ª Mesa Diretora: 1987 a 1988 .....	197
<b>A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS CÂMARAS MUNICIPAIS .....</b>	<b>200</b>
A ação fiscalizadora .....	203
Câmara eleita para o período de 1989 a 1992 .....	205
1ª Mesa Diretora: 1989 a 1990 .....	205
A Constituinte e a Lei Orgânica Municipal .....	205
O Regimento Interno .....	209
2ª Mesa Diretora: 1991 a 1992 .....	210
Câmara eleita para o período de 1993 a 1996 .....	212
1ª Mesa Diretora: 1993 a 1994 .....	213

2ª Mesa Diretora: 1995 a 1996 .....	215
Câmara eleita para o período de 1997 a 2001 .....	216
1ª Mesa Diretora: 1997 a 1998 .....	218
2ª Mesa Diretora: 1999 a 2000 .....	220
Câmara eleita para o período de 2001 a 2004 .....	222
1ª Mesa Diretora: 2001 a 2002 .....	223
2ª Mesa Diretora: 2003 a 2004 .....	225
Câmara eleita para o período de 2005 a 2008 .....	227
1ª Mesa Diretora: 2005 a 2006 .....	228
2ª Mesa Diretora: 2007 a 2008 .....	230
3ª Mesa Diretora: substituta, 2008 .....	234
Câmara Eleita para o período de 2009 a 2012.....	236
1ª Mesa Diretora: 2009 a 2010 .....	237
2ª Mesa Diretora: 2011 a 2012 .....	238
Câmara eleita para o período de 2013 a 2016 .....	240
1ª Mesa Diretora: 2013 a 2014 .....	241
2ª Mesa Diretora: 2015 a 2016 .....	243
<b>ENTREVISTAS .....</b>	<b>245</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>264</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>268</b>

# PREFÁCIO

Marlon Jeison Salomon<sup>1</sup>

Hoje não é mais preciso insistir na importância das câmaras municipais na estruturação política do Brasil. Durante o período colonial (1500-1808), elas possuíam um lugar central no exercício do poder político e econômico na América portuguesa. Legislavam sobre assuntos que transcendiam a política local (e que com frequência interferiam em assuntos regionais); muitas vezes viam-se obrigadas a responsabilizar-se por assuntos relativos à defesa do território; administravam o pagamento de impostos, seja por meio do seu recolhimento, seja pela aplicação de novas taxas; e exerciam poder judiciário. Daí essa centralidade política e econômica, em torno da qual se debatiam as elites locais, que buscavam nelas o lugar para a representação de seus interesses e demandas. Em um vasto Império, por serem os pontos dispersos de contato com a metrópole portuguesa, alguns historiadores as

---

<sup>1</sup> Além de filho de São Bento do Sul, é doutor em história pela Universidade Federal de Santa Catarina, pós-doutor em filosofia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, professor da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás e pesquisador do CNPq. Foi aluno de Antônio Dias Mafra no Colégio Estadual Professor Roberto Grant.

consideraram como pontos fundamentais na estruturação e manutenção do Império marítimo português na medida em que, da América à Ásia, da África à Europa, asseguravam a sua continuidade e unidade.

Após a Independência do Brasil (1822), o projeto de centralização político-administrativa do Império brasileiro buscou enfraquecer a concentração do poder municipal. As câmaras viram sua competência em matéria política e econômica tornar-se restrita à municipalidade. Com a criação das Assembleias Provinciais (as futuras assembleias legislativas estaduais), em 1834, reforçou-se essa tendência de perda de autonomia local e de centralização política, ao passo que parte do poder era descentralizado nas províncias. As câmaras passaram a estar submetidas às Assembleias e a outros controles. A partir daí, o lugar da representação dos interesses e demandas das elites econômicas deslocou-se para a esfera provincial (estadual). Doravante, as câmaras se tornariam efetivamente a esfera de debate das questões locais e de disputa dos poderes locais. E embora pudéssemos arrolar uma série de importantes mudanças administrativas, legislativas e institucionais, foi no interior desse desenho político que se constitui a primeira Câmara Municipal do então município de São Bento em 1883.

O livro que o leitor tem em mãos busca retratar a história dessa instituição, de sua criação até os dias atuais. Sua estratégia narrativa assenta-se na reconstituição das

inúmeras legislaturas, dos membros que a compuseram e da divisão interna do poder. Todavia, não se trata simplesmente de uma história política: seu autor, o historiador Antônio Dias Mafra, especialista na história da economia ervateira da região, a ponteia com dados demográficos do município; a entrecruza com a história da economia local e com uma série de informações que vão desde o contexto da colonização alemã da região no século XIX até as intersecções da política nacional e internacional com as formas da composição política local. Episódios pitorescos de sua história, como o do imigrante polonês que interpelou o presidente da Câmara em sua língua materna por meio de requerimento, e outros graves e de triste lembrança, como a perseguição e a cassação de um vereador de origem sindical durante a ditadura civil-militar, correm lado a lado nestas páginas. Mostram-nos, sobretudo, como nenhuma instituição em tempo algum está ao abrigo das tentações do talante político e das inversões democráticas.

Este livro vem a calhar: num momento em que politólogos e filósofos da política debatem a baixa inscrição da institucionalidade democrática em nosso país, em que se discute a pouca pluralidade de nossa representação executiva e legislativa e em que o próprio princípio da representação política se vê questionado por todos os lados, não é de surpreender sua aparição. É hora da parada. De voltar-se para o seu passado e repensar-se a si

mesma. Quem sabe aí, nesse giro, seja possível não digo encontrar respostas para o presente ou luzes para o futuro, mas meios para pensar o presente a partir de outro horizonte de inteligibilidade. Se só o esforço em si de reconstituir a história do poder legislativo municipal de São Bento do Sul já seria louvável, esse acréscimo lhe agrega um valor substantivo inestimável.

## INTRODUÇÃO

A história do poder legislativo de São Bento do Sul tem a sua raiz em Portugal. Com a tomada de posse do Brasil, em 1500, por Pedro Álvares Cabral, foi transplantado para cá o modelo administrativo português. A divisão administrativa em municípios é herança do Império Romano, preservada por Portugal e implantada por eles no Brasil. Os municípios brasileiros foram criados pelos portugueses, a partir de 1532, com a fundação de São Vicente. Eram dirigidos pelas câmaras municipais, conforme as Ordenações do Reino. As câmaras eram compostas por vereadores, ou “homens bons”, abastados e proprietários; somente eles elegiam e podiam ser eleitos.

São Bento, fundada em 1873, foi elevada à categoria de Vila em 1883. Teve a sua primeira Câmara Municipal instalada em 30 de janeiro de 1884, seguindo as normas do Código de Posturas de Joinville. Conforme os vários momentos da política brasileira, as câmaras e os vereadores trocaram de nomes, mudaram algumas funções, mas, na essência, continuavam iguais, contribuindo com a administração municipal e representando a população perante o poder público.

Para escrever a história do poder legislativo de São Bento do Sul, foram utilizados livros de história geral, do Brasil e regional, atas das reuniões da Câmara, jornais de várias épocas e entrevistas com ex-vereadores. O objetivo desta pesquisa é resgatar a história do poder legislativo de São Bento do Sul, e a participação dos vereadores no processo, destacando os principais eventos de cada legislatura, a profissão dos vereadores, as renúncias e as cassações de mandatos, desde a fundação do município, até os dias atuais.

Para resgatar a história do poder legislativo de São Bento do Sul, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros que tratam da organização administrativa no Império Romano, origem dos municípios. Os romanos levaram o seu modelo de administração para a Espanha e, sendo Portugal uma região desmembrada da Espanha, preservou a forma de administração dos povoados e vilas, dando origem aos municípios e as câmaras municipais no Brasil, a partir de 1532. Foram pesquisados livros de história do Brasil, que registram a organização dos municípios e a forma de organização das câmaras, seus membros e as funções exercidas. Também serviram como fontes para pesquisar: a Constituição Federal e a Estadual; e, devido às mudanças ocorridas no Governo Federal na época da monarquia à república, bem como os momentos das ditaduras e de redemocratização, as Constituições outorgadas ou promulgadas.

A história de São Bento do Sul e a criação da sua Câmara Municipal foram pesquisadas em livros que tratam da emigração e da colonização da região. Outras fontes utilizadas foram as atas e os documentos arquivados nos arquivos históricos municipais, bem como nos jornais locais e da região, de vários períodos.

Os dados foram levantados no município de São Bento do Sul, seguindo a ordem cronológica, desde 1883 até 2015. Foram relacionados os vereadores que exerceram o cargo, como efetivos e suplentes de cada legislatura, e a função que ocuparam na Mesa Diretora da Câmara.

Para concluir o trabalho, foi realizada a coleta e a transcrição de depoimentos de vereadores de gestões diferentes.

## ORIGEM DO MUNICÍPIO E DAS CÂMARAS

A origem do poder legislativo no Ocidente pode ser buscada na Grécia, na época de Clístenes, que assumiu, com o apoio do povo, o governo de Atenas, em 510 a. C. Fez concessões e reformou o governo de forma tão radical que ficou conhecido como o pai da democracia ateniense. Estabeleceu um novo Conselho dos Quinhentos e transformou-o em órgão principal do governo, com poderes para submeter medidas à assembleia e ao controle supremo das funções: executiva e administrativa. Qualquer cidadão do sexo masculino, com mais de trinta anos, era elegível.

Segundo Burns (1970), “Clístenes ampliou também a autoridade da assembleia, dando-lhe o poder de discutir e aceitar ou rejeitar as medidas sugeridas pelo Conselho, declarar guerra, consignar verbas e examinar as contas dos magistrados em fim de exercício”.

Outro governante grego, Péricles, aperfeiçoou a democracia ao atribuir à assembleia a competência em apresentar projetos de leis e ratificar ou rejeitar propostas do Conselho. A civilização grega, principalmente em Atenas, defendia a liberdade, o racionalismo, o secularismo

e o respeito pelos indivíduos. Com a invasão de Alexandre da Macedônia, o ideal clássico de democracia grega foi substituído pelo despotismo.

Para resgatar a origem dos municípios e das câmaras municipais, houve um recuo no tempo em mais de dois mil anos, para conhecer a estrutura política e administrativa do Império Romano.

Devido à grandiosidade e a dificuldade de atender às necessidades das pequenas e das grandes aglomerações humanas, foi feita a divisão deste Império em províncias. A administração local – municípios – ficava a cargo dos edis. O edil era o funcionário responsável pela preservação do bem comum. Era o zelador dos edifícios públicos e privados, e dos templos. Era o responsável pelo serviço de abastecimento de água e dos gêneros alimentícios. Cuidava das ruas e do tráfego. Para os romanos, município era qualquer cidade no gozo da constituição municipal e do direito latino.

Portugal, ex-colônia de Roma, herdou e adaptou a legislação romana. O Brasil herdou de Portugal a regulamentação burocrática encontrada nas Ordenações do Reino. Em Portugal, o município era uma divisão territorial basicamente administrativa, chamada de “concelho”. No Brasil, o “concelho” português recebeu a grafia “conselho”. Quando o Brasil foi colonizado, em 1532, a legislação em vigor em Portugal eram as Ordenações Manoelinas, publicadas em 1521. Segundo a legislação, as vilas eram

criadas por meio de forais ou cartas comunais, ou municipais ou, ainda, “concelhos”. A administração das cidades era feita pelos “homens bons”, pessoas abastadas e proprietárias, as quais, somente eles, elegiam ou eram eleitos. Os “concelhos” ou as câmaras portuguesas tinham também funções judiciárias e administrativas.

## **O município no Brasil**

Martim Afonso de Souza fundou São Vicente, o primeiro município brasileiro, em 1532. Definiu o núcleo de povoação, instalou os edifícios públicos e nomeou os oficiais para cuidar da administração. O governo local era exercido pela Câmara Municipal, onde os “homens bons” discutiam os preços das mercadorias, os impostos, os problemas de abastecimento, a segurança, e onde eram julgados os crimes de injúria, furtos e infrações contra os atos da Câmara Municipal. Elaboravam, ainda, leis sobre a limpeza pública, fiscalizavam o comércio, declaravam guerra aos índios e discutiam a paz. Os oficiais da Câmara nada recebiam por sua participação nos negócios da vila.

A partir do ano de 1580, Portugal passou a ser governado pelo rei Felipe II, da Espanha, e, juntamente com o Brasil, seguiu as Ordenações Filipinas. Esse documento se constituiu no código legal português até 1830: regulamentou a escolha dos juízes, vereadores e

procuradores municipais; fixou também as atribuições dos conselhos quanto às rendas públicas, e regulamentou o comércio e os ofícios.

As câmaras mantinham a autonomia do poder local, eram respeitadas pela população e foram reconhecidas e mantidas por todas as Constituições brasileiras.

Com a Independência, o Brasil passou a ser governado pela Constituição de 1824, assim como por leis e regulamentos posteriores. Essa Constituição possuía alguns artigos sobre as cidades e vilas. Contudo, não era utilizado o termo município.

Pela lei de 01 de outubro de 1828, as câmaras receberam normas de estruturação e funcionamento para a realização de eleições. Entretanto, ficaram subordinadas administrativa e politicamente ao presidente da província, passando a ter poder meramente administrativo, sem função judiciária.

Pelo ato adicional de 1834, houve a ampliação dos poderes das províncias, com a criação das assembleias legislativas, enfraquecendo ainda mais o poder das câmaras municipais.

A Constituição de 1824 estava em vigor quando os imigrantes germânicos e eslavos foram transferidos para o Planalto Norte de Santa Catarina, em 23 de setembro de 1873.

## **São Bento no século XIX: a colonização**

São Bento foi uma colônia fundada por imigrantes germânicos e eslavos, em 1873, às margens do rio São Bento. Os imigrantes conviveram com brasileiros que habitavam o sul do rio Negro e Iguaçu, desde Campo Alegre até os campos de Palmas, no Paraná. Cercados por propriedades de nacionais estavam localizados entre a grande fazenda do Brigadeiro Franco, proprietário de terras a oeste, desde Lençol até Rio Preto. Ao norte, a Colônia São Bento fazia divisa com o rio Negro. As suas margens já estavam habitadas por colonos nacionais. Ao sul, a Serra, com seus morros e vales, que dificultavam a ocupação. Ao leste da Colônia estava localizada a fazenda de Francisco Teixeira de Freitas e as terras da Colônia Dona Francisca.

Muitos imigrantes disputaram áreas de terras que já estavam ocupadas por colonos nacionais, com título de propriedade, emitidos pelo governo do Paraná. A região de São Bento era uma área contestada e as duas províncias imperiais, Paraná e Santa Catarina, diziam-se donas das mesmas terras.

No ano de 1876, foi criada a freguesia de São Bento, dentro do território Contestado.

O Governo Provincial de Santa Catarina interveio junto ao Governo Imperial e, em fins de dezembro de 1878, as terras puderam ser adquiridas pela “Sociedade

Colonizadora de 1849, em Hamburgo”. A compra das terras pela Sociedade aliviou a tensão entre os colonos e confirmou que essa área, no Planalto Norte, pertencia a uma empresa localizada em Santa Catarina. Assim, a partir de então, os imigrantes tiveram os seus lotes legalizados.

### **Eleitores de São Bento e sua primeira eleição em Joinville: outubro de 1876**

Segundo Ammon (1923, p. 25), foi realizada em outubro de 1876 a eleição para vereadores e juizes de paz, em Joinville, onde disputaram políticos liberais e conservadores. De São Bento votaram 51 eleitores, em sua maioria liberais. Havia dúvidas se os eleitores de São Bento podiam votar, pois a região estava sendo disputada por Paraná e Santa Catarina. O juiz da comarca incluiu os 51 eleitores de São Bento na eleição de Joinville. Como a maioria dos eleitores de São Bento tinha preferência pelo Partido Liberal, a presença desses eleitores ajudou na derrota dos conservadores.

Para conter a desordem reinante entre colonos nacionais e imigrantes, o presidente da Província de Santa Catarina criou, em 27 de setembro de 1878, o distrito de paz de São Bento. A mesa paroquial em Joinville elegeu os juizes de paz. Foram eleitos, segundo Ficker (1973, p. 139): Francisco Teixeira de Freitas, fazendeiro, com 61 votos em

1º lugar; Francisco Bueno Franco, negociante, com 55 votos, em 2º lugar; Augusto Heeren, engenheiro, com 48 votos, em 3º lugar; Antônio Pereira dos Santos, com 47 votos, em 4º lugar.

Como a comunidade ainda não tinha pároco continuou como distrito de paz.

### **Funções do juiz de paz**

A lei de 15 de outubro de 1827 definia que, em cada povoação que fosse elevada à freguesia ou à paróquia, deveria haver um juiz de paz e um suplente. O juiz de paz era um cidadão leigo, eleito na mesma época dos vereadores, sem remuneração. Além de promover a conciliação e julgar certas demandas comunitárias, tinham atribuições policiais. Portanto, eram muito influentes nas vilas e povoados.

Com a reforma na lei, em 1828, os juizes de paz receberam também a atribuição em presidir a junta eleitoral e preparar a lista dos eleitores.

Contudo, tiveram seus poderes diminuídos pela lei nº 2033, de 20 de setembro de 1871, mas permaneceram com a competência para organizar o processo e julgamento das infrações às posturas municipais; as demais atribuições passaram a ser exclusivas dos juizes de direito das comarcas.

Em agosto de 1881 foi publicado, pelo juiz de direito da comarca de São Francisco, o alistamento eleitoral para o 2º Distrito (São Bento), no qual foram escolhidos os eleitores. Segundo Ficker (1973, p. 201), foram eles: 1º Quarteirão: Carlos Gery Kamiensky, Francisco Simões da Silva e Miguel Pereira Lima; 2º Quarteirão: Cândido José Munhoz, José Elias Moreira, e Pedro Alves Machado; 3º Quarteirão: Antônio Felisbino Lamin, Francisco da Silva Braga, Florentino Bueno Gomes, Francisco Teixeira de Freitas, Leonardo Teixeira da Rocha, Manoel Bernardino Maia, Martinho de Soares Camargo, Pedro Teixeira de Freitas, e Sebastião da Maia Oliveira; 4º Quarteirão: Antônio José Franco, Antônio Rodrigues dos Santos, e Benedicto Teixeira; 5º Quarteirão: Amâncio Alves Correa, Antonio Pereira dos Santos Bueno, e Anastácio José Preto; 6º Quarteirão: Francisco de Paula Pereira, Hermann Raabe, João Antonio Pereira, e Simão Martins de Oliveira; 7º quarteirão: Antônio dos Santos Siqueira, e Augusto Henning; 8º quarteirão: Antônio Joaquim de Castilho.

O autor, acima citado, questionou em sua obra por qual motivo São Bento, com aproximadamente cinco mil europeus, não se manifestou politicamente. Ele mesmo respondeu: São Bento não se manifestou porque ainda não formava uma unidade política; dependia politicamente de Joinville e da Europa. Os imigrantes, como pequenos colonos, dependentes das monarquias, sem direitos

políticos, nunca tinham ouvido sobre o direito ao voto ou sobre a integração política.

Em 1880, foram eleitos, em Joinville, os seguintes juízes de paz de São Bento: Francisco Bueno Franco, Francisco Teixeira de Freitas, Antônio Pereira dos Santos Bueno, Candido José Munhoz, Francisco de Paula Pereira, Antônio dos Santos Siqueira, Manoel Marques de Souza, e Francisco Maximiano.

Ficker (1973, p. 170) afirma que “os últimos com um voto apenas, provavelmente o seu próprio voto”.

Em 20 de agosto de 1882, conforme Ficker, (1973, p. 213) realizou-se a eleição para juízes de paz de São Bento. Compareceram apenas sete cidadãos. Foram eleitos: Francisco de Paula Pereira, com sete votos; Vicente Ferreira de Loyola, com quatro votos; Francisco Teixeira de Freitas, com três votos; Francisco da Silva Braga, com três votos; Francisco Bueno Franco, com três votos; e Augusto Henning, com três votos.

Foram estes juízes os responsáveis pela realização da eleição da primeira Câmara Municipal de São Bento do Sul.

### **A vila de São Bento: a primeira Câmara eleita**

O governo catarinense, por meio da lei provincial nº 1030, de 21 de maio de 1883, elevou São Bento à categoria

de vila. Com esta lei, estava criado um novo município, formado pelas terras desmembradas de Joinville.

Naquele período, a formação das câmaras municipais era estabelecida pela Constituição de 1824, conforme o art. 168: “As Camaras serão electivas, e compostas do numero de Vereadores, que a Lei designar, e o que obtiver maior numero de votos, será Presidente” (texto original).

A eleição para a escolha dos representantes para a primeira Câmara foi fixada para o dia 28 de outubro de 1883, e a posse para 30 de janeiro de 1884.

O livro de transcrição de atas da Câmara Municipal teve o seu termo de abertura lavrado em 10 de outubro de 1883, e foi rubricado pelo vice-presidente da Câmara Municipal de Joinville, Antônio José Ribeiro. Ele colocou três pontos em triângulo após o seu nome, identificando que era maçom, mostrando a influência da maçonaria na organização política de Joinville e de São Bento.

Conforme o livro de atas, a mesa eleitoral foi instalada em 27 de outubro e ficou constituída pelo juiz de paz, presidente, Francisco de Paula Pereira, e pelos demais juizes, Francisco Teixeira de Freitas, Francisco da Silva Braga, Augusto Henning e Carlos Gery Kamiensky. Secretariou os trabalhos, o escrivão de paz, Martim Meister.

A eleição para a primeira Câmara Municipal de São Bento realizou-se no dia 28 de outubro de 1883, no 61º ano da Independência do Brasil, pelas 9 horas da manhã. A

mesa eleitoral foi presidida pelo primeiro juiz de paz, Francisco de Paula Pereira, auxiliado pelos mesários e demais juízes de paz, Francisco Teixeira de Freitas, Francisco da Silva Braga, Augusto Henning e Carlos Gery Kamiensky.

Votaram 20 eleitores, dos 30 inscritos. Foram eleitos: Augusto Henning, negociante, com três votos; João Antônio da Rocha, lavrador, com três votos; João Filgueiras de Camargo, negociante, com três votos; Pedro Teixeira de Freitas, lavrador, com três votos; Dr. Felipe Maria Wolff, médico, com dois votos; Francisco Bueno Franco, negociante, com dois votos; Pedro Gomes de Oliveira, negociante, com um voto; Benedito Teixeira, lavrador, com um voto; Antônio Pereira dos Santos Bueno, negociante, com um voto; e Adolfo Thomsen, negociante, com um voto.

Contudo, observa-se que, na ata consta também o nome dos eleitores faltantes: Francisco Simões da Silva, Miguel Pereira Lima, Candido José Munhoz, José Elias Moreira, Florentino Bueno Gomes, Manoel Bernardino Maia, Paulino Soares de Camargo, Sebastião da Maia Oliveira, Benedito Teixeira, Amâncio Alves Pereira, Francisco Bueno Franco, Antônio Joaquim de Castilho e João Filgueiras de Carvalho.

Outro fato interessante é que foram eleitos João Filgueiras de Camargo e Francisco Bueno Franco, que naquela ocasião estavam ausentes.

Em dezembro de 1883, foi realizada uma eleição em segundo escrutínio para completar o número de vereadores para a Câmara. Foram então eleitos: Benedito Teixeira, com oito votos; e Adolfo Thompsen, com seis votos.

### **Instalado o município em 1884: primeira Câmara eleita**

A primeira Câmara Municipal de São Bento, através de ofício, comunicou ao presidente da Província a sua instalação, em 30 de janeiro de 1884. Assinaram o ofício os vereadores: Francisco Bueno Franco, Dr. Felipe Maria Wolff, Augusto Henning, João Filgueiras de Camargo, João Antônio da Rocha, Pedro Teixeira de Freitas e Benedicto Teixeira.



Presidente Francisco Bueno Franco  
1884-1887

Para presidir a primeira formação da Câmara Municipal de São Bento os vereadores escolheram Francisco Bueno Franco. Como nessa época ainda não havia prefeito, quem desempenhava essa função era o presidente da Câmara Municipal. Nessa eleição foram eleitos os “homens bons”, representados por fazendeiros, empresários da erva-mate, comerciantes e médico; sendo a maioria de nacionalidade brasileira.

Pela Constituição brasileira em vigor, o voto era censitário. O eleitor então deveria comprovar uma renda mínima anual de 200\$000 (duzentos mil réis). Os pobres colonos imigrantes ainda não dispunham do rendimento necessário para se cadastrarem como eleitores. Os representantes dos imigrantes eram: o médico Dr. Felipe

Maria Wolff, e o comerciante Augusto Henning; o suplente era Adolfo Thompsen, comerciante e dono de serraria.

Na primeira sessão, a Câmara encaminhou um ofício do Dr. Felipe Maria Wolff justificando a sua ausência para prestar juramento junto à Câmara Municipal de Joinville, alegando compromissos com seus pacientes. Nessa mesma sessão, os vereadores aprovaram duas resoluções. A primeira estabeleceu as remunerações dos servidores da casa: o vencimento do secretário foi fixado em 200\$000 (duzentos mil réis); o vencimento do Procurador foi fixado em 10% sobre as rendas arrecadadas; o ordenado do fiscal foi fixado em 200\$000 (duzentos mil réis) e 10% sobre as multas aplicadas; e o ordenado do porteiro foi fixado em 50\$000 (cinquenta mil réis) por mês. Segundo Ficker (1973, p. 243), a segunda resolução aprovou um ofício dirigido ao presidente da Província, Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa, solicitando permissão para “seguir ao Código de Posturas da Câmara Municipal de Joinville, enquanto esta Câmara não apresentar para aprovação da Assembleia Provincial seu código particular”.

A Câmara iniciou os trabalhos com base no Código de Posturas de Joinville e, para isso, o presidente Francisco Bueno Franco solicitou 12 exemplares, por empréstimo.

Segundo Ficker (1973, p. 244):

Somente em 16 de outubro de 1888, pela Lei 1229, o Coronel do Estado Maior de Artilharia e Presidente da Província de Santa Catarina, bacharel em Matemática Augusto Fausto de Souza, aprovou o Código de Posturas particular de São Bento, redigido pela Assembleia Legislativa, e a 15 de outubro do mesmo ano e seu secretário e Vice-Presidente, Dr. Duarte Paranhos Schutel.

Em 07 de outubro de 1884, o presidente da Província de Santa Catarina, José Lustosa da Cunha Paranaguá e sua comitiva fizeram uma inspeção nas terras contestadas na divisa com o Paraná. Pernoitaram em São Bento e dirigiram-se para Ribeirão da Lança (atual município de Mafra), onde encontraram um posto fiscal do Paraná em território catarinense. Puderam então se inteirar das dificuldades dos comerciantes e ervateiros da região. A Câmara de São Bento enviou, em 15 de outubro daquele ano, um ofício ao presidente da Província de Santa Catarina, agradecendo o interesse demonstrado pela instrução pública e pela questão de limites com o Paraná. Comunicou, ainda, que denominou Rua Paranaguá a rua em que se localizava o paço da Câmara. Assinaram o ofício: Francisco Bueno Franco, Dr. Felipe Maria Wolff, Adolfo Thomsen, João Filgueiras de Camargo, Antônio Teixeira de Freitas e Benedito Teixeira.

## Segundo Vasconcellos:

Enquanto a primeira Câmara Municipal, instalada em 30 de janeiro de 1884 e que dera cunho oficial à vida administrativa do recém-criado Município, se revelara pouco produtiva em decorrência, principalmente, da inexperiência e falta de maiores conhecimentos político - administrativos de seus componentes [...] (1991, p. 186).

Naquele período, já eram comuns os desentendimentos entre vereadores. Numa das primeiras sessões, no ano de 1885, um dos vereadores, Dr. Felipe Maria Wolff se desentendeu com o presidente da Câmara, Francisco Bueno Franco. Este suspendeu Wolff em participar das futuras sessões, alegando que ele somente requereu alistamento eleitoral em 1884, quando já estava como vereador por oito meses. Wolff protestou contra a sua suspensão e contra o lançamento de impostos sem o consentimento da Câmara.

## Segundo Ficker:

Em sinal de protesto, também os vereadores João Filgueiras de Camargo e Augusto Henning abandonaram o recinto, protestando contra a completa desordem na Câmara e que diversos vereadores levaram para consulta os documentos para suas residências em Campo Alegre (1973, p. 249).

Em fins de abril, o presidente da Província de Santa Catarina finalmente suspendeu as sanções do presidente da Câmara contra Wolff.

Ainda nesse mesmo ano, no mês de abril, um colono, Simão Dereneviski, teve um requerimento, escrito em polonês, indeferido. Revoltado, passou a ofender os vereadores, em polonês, usando gestos. Contudo, os protestos não foram aceitos pelo presidente, Bueno Franco, que exigiu que, se alguém tivesse alguma coisa a requerer, deveria o requerer em língua portuguesa, ou por meio de intérprete. Em defesa do colono, levantou-se o vereador Augusto Henning, afirmando que era alemão e que haveria de falar a sua língua natal até quando ele quisesse; mesmo na Câmara. Os desentendimentos entre os vereadores imigrantes e nacionais começavam a se acirrar.

São Bento ainda não tinha uma força policial e por isso as desordens não eram comunicadas às autoridades. Entretanto, em ofício enviado no dia 30 de janeiro de 1886, o juiz de direito da comarca de São Francisco convenceu o presidente da Província da necessidade da criação de um foro civil em São Bento.

Segundo Ficker:

A Câmara Municipal de São Bento recebeu do Presidente da Província a resposta [...] que para assegurar melhor o progresso desta magnífica zona, convém que a Câmara, antes de ser efetuada a criação do foro civil e a nomeação e um Juiz

Municipal letrado, para a boa administração da justiça, apronte para as sessões do Júri uma casa com as comodidades precisas em vista não servir para isso o prédio em que a mesma Câmara atualmente funciona [...] (1973, p. 253).

Então, no dia 08 de novembro de 1886, foi nomeado o primeiro suplente do subdelegado de polícia de São Bento, Bernardo Otto Krause.

Outro aspecto relevante relacionado a este período diz respeito às afirmativas de que os imigrantes eram católicos fervorosos. Contudo, não foi isso que ficou demonstrado na prática. No ano de 1885, 12 anos após a fundação da colônia São Bento, o relatório da Sociedade Colonizadora afirmava que, apesar de ser criada a Freguesia, em 1876, esta nunca foi provida de um pároco, continuando sempre como distrito de paz.

### **Eleição da Câmara de 01 de julho de 1886: anulada**

As eleições de 01 de julho de 1886 foram anuladas. Por se tratar de um fato importante para a política local, transcreveu-se a ata, realizando-se as correções. Esta ata foi publicada por Ficker (1993), com a grafia original, mas o autor suprimiu o penúltimo parágrafo.

Ata especial da organização da mesa da Assembleia eleitoral do termo de São Bento como

abaixo se declara. Aos trinta dias do mês de junho de mil oitocentos e oitenta e seis, nesta Villa de São Bento, comarca de Nossa Senhora da Graça de São Francisco Xavier do Sul, da Província de Santa Catarina, na casa da Câmara Municipal designada pelo Exmo. Sr. Presidente da Província para nela se proceder as eleições de Vereadores e Juizes de Paz em virtude da lei número três mil e vinte e nove do mês de janeiro de 1881, e sendo aí pelas nove horas da manhã, compareceu o cidadão Francisco de Paula Pereira como Presidente e o Juiz de Paz quarto mais votado o cidadão Augusto Henning, visto não terem se apresentado os juizes de Paz dos anos anteriores até às duas horas da tarde. O Presidente convidou os eleitores Amando Jürgensen, Martim Meister e Francisco Antonio Maximiano sendo este último para também fazer parte como mesário por não ter comparecido o eleitor Francisco Bueno Franco, único suplente de Juiz de Paz na eleição a que se procedia para este Distrito na cidade de Joinville em vinte de Agosto de mil oitocentos e oitenta e dois, ficando a mesa eleitoral composta pelo primeiro Juiz de Paz Francisco de Paula Pereira, o quarto Juiz de Paz Augusto Henning bem como dos eleitores deste termo acima mencionados, convidados pelo Juiz de Paz presidente por não ter comparecido o único Suplente de Juiz de Paz a qual foi previamente convidado por edital mandado lavrar pelo Juiz de Paz do quarto ano, Augusto Henning. Ficando assim constituída a mesa da Assembleia Eleitoral que tem de funcionar na eleição de Vereadores e Juizes de Paz deste Município, a que se deverá proceder amanhã na forma da lei; declarando o presidente achar-se a referida mesa instalada, designou também para servir como secretario o mesário Martim Meister. Do que para constar mandou o mesmo presidente lavrar esta acta que

vai por todos assignados pelos eleitores Doutor Felippe Maria Wolff, Rudolfo Klaumann e Carlos Gery Kamienski, foi apresentado um requerimento pedindo para ser nomeado fiscal da eleição de suas partes como candidato a mesma eleição o eleitor desta comarca o cidadão Manoel Ricardo do Nascimento, o que foi aceito pela mesa que assim ficou organizada. Eu Tobias Atho de Cassias escrivão substituto do Juizo de Paz escrevi e assino. Francisco de Paula Pereira, Augusto Henning, Amando Jürgensen, Martim Meister, Francisco Antonio Maximiano, Tobias Atho de Cassias.

Segundo essa ata, a mesa eleitoral foi organizada mesmo com ausência de alguns titulares, que foram substituídos. Restaram assim todas as vagas preenchidas, inclusive com a nomeação de fiscais indicados pelos candidatos. Mas a organização não foi o suficiente para atrair os eleitores. No dia primeiro de julho de 1886, a mesa eleitoral se reuniu para que fosse procedida a eleição, que resultou na seguinte ata:

Às nove horas da manhã do dia primeiro de julho do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e seis, achando-se presente o primeiro Juiz de Paz Francisco de Paula Pereira, Presidente da mesa eleitoral, constituída no dia de ontem como é de Lei para se proceder as Eleições de Vereadores e Juizes de Paz desta vila de São Bento, e como mesário, Francisco Antonio Maximiano, compareceram depois as nove e meia horas, os demais mesários Martim Meister, Augusto Henning e Amando Jürgensen. O Sr.

Presidente suscitou a dúvida se devia não proceder aos trabalhos da eleição, visto ter excedido a hora em que se devia reunir na sala da Câmara. O mesmo Sr. Presidente para resolver essa questão pôs em discussão o fato da dúvida. E em seguida submeteu o voto da mesa. Votaram para se proceder a eleição, os mesários Amando Jürgensen, Augusto Henning, Martim Meister, abstendo-se de votar nesta questão, o mesário Francisco Antonio Maximiano, votando contra o Sr. Presidente que não se conformou com a deliberação da maioria, deliberou suspender os trabalhos da mesa, visto como julgou ser ilegal a continuação. Tendo o Presidente exigido do quarto Juiz de Paz, Augusto Henning, a lista de qualificação dos Eleitores, e só lhe foi entregue a dita lista às nove e meia horas, quando dito mesário apresentou-se sobre dita hora. Pelo mesário Augusto Henning foi declarado que apresentou ao Sr. Presidente da mesa a lista de eleitores logo que se apresentou para tomar posto da eleição, digo parte nos trabalhos da Eleição. Passo da Câmara Municipal desta Vila de São Bento. Eu Secretario Martim Meister o escrevi. Francisco de Paula Pereira, Augusto Henning, Armando Jürgensen, Francisco Antonio Maximiano e Martim Meister.

A anulação da eleição gerou um clima muito hostil entre os membros da mesa. O juiz de direito da comarca anulou as eleições e citou judicialmente os quatro juizes de paz de São Bento, responsáveis legais pelas eleições municipais, para se justificarem em audiência.

## Segundo Ficker:

O primeiro Juiz de Paz de São Bento, Francisco de Paula Pereira, representante do partido liberal, confessou que em virtude do diminuto comparecimento de eleitores liberais, mandou o quarto Juiz de Paz (Augusto Henning) levar o livro de qualificação dos eleitores para longe e só comparecer no recinto da Câmara Municipal depois de esgotado o tempo para as Eleições. Dito e feito. O comparecimento atrasado do Juiz de Paz Henning possibilitou a anulação do pleito, evitando assim uma derrota liberal (1973, p. 260-261).

O juiz de direito então anulou o pleito e marcou nova eleição, que foi realizada no dia 12 de outubro de 1886, na sala de sessões da Câmara Municipal, sob a presidência do primeiro juiz de paz, Francisco de Paula Pereira, auxiliado pelo segundo juiz de paz, Francisco Teixeira de Freitas, do terceiro juiz de paz, Francisco da Silva Braga, e dos mesários, Guilherme Hackbarth e José Bueno de Souza, secretário.

Depois de o presidente informar que iria proceder à eleição, cada eleitor deveria apresentar duas listas: uma para vereador e outra para juiz de paz. Procedida a votação, verificou-se a presença de 45 eleitores. Foram então eleitos os seguintes vereadores: Argemiro Loyola, oito votos; José Manoel de Souza, oito votos; João Antonio de Abreu, sete votos; Rudolfo Klaumann, seis votos; e

Georg Schlemm, seis votos. Para juízes de paz foram eleitos: João Filgueiras de Camargo e Francisco Bueno Franco; Francisco Antônio Maximiano (Chico Davi), Augusto Henning e Luiz Dittrich, como suplentes.

O eleitor Carlos Gery Kamienski, em requerimento, protestou contra a eleição dos vereadores, pois surgiram duas cédulas a mais na urna que o número de eleitores. O requerimento foi rubricado pelos membros da mesa e constou em ata.

Como foram eleitos apenas cinco vereadores, quando deveriam ser eleitos sete, houve uma nova eleição. Nesta, foram eleitos: Dr. Felipe Maria Wolff, com 12 votos, e João Machado Pereira, com 16 votos.

A nova composição da Câmara Municipal, composta pela elite econômica do município, era formada por: Argemiro de Loyola, do Partido Republicano; José Manoel de Souza, do Partido Liberal; João Antônio de Abreu, do Partido Liberal; Rudolfo Klaumann, do Partido Conservador; Georg Schlemm, do Partido Conservador; Dr. Felipe Maria Wolff, do Partido Conservador; e João Machado Pereira, que apoiava inicialmente os liberais, mas mudou depois para o Partido Conservador.

Essa eleição foi anulada pelo juiz de direito da comarca, Doutor Bento Fernandes de Barros, que alegou fraude eleitoral. Os antigos vereadores permaneceram no cargo e a nova Câmara não pôde tomar posse.

Contudo, como o juiz de direito da comarca havia acusado Francisco Bueno Franco de fraudar a eleição de outubro de 1886, este renunciou à presidência da Câmara, a qual foi então assumida pelo vice-presidente, Dr. Felipe Maria Wolff.

Segundo Ficker:

Os verdadeiros motivos, porém eram outros. O pleito de primeiro de julho foi anulado oficialmente pelo Juiz de Direito da comarca e o segundo pleito foi autorizado pelo Presidente da Província, para 12 de outubro do mesmo ano. Acontece que o Juiz de Direito, Dr. Barros, solicitou confirmação da sentença no Superior Tribunal Eleitoral, na época estabelecida em Porto Alegre. Este Tribunal da Relação do Distrito, não solucionou o caso com a devida presteza e assim o Juiz de Direito da comarca também anulou a segunda eleição (1973, p. 264).

No ano de 1886, a Câmara Municipal encaminhou um relatório à Assembleia Legislativa reclamando que estava lutando contra a má vontade dos contribuintes, tendo que cobrar os impostos de forma judicial para aumentar as rendas municipais. Solicitou atenção das autoridades estaduais para a realização de uma instrução pública, bem como para a emancipação dos escravos. Lembrou, ainda, que a economia de São Bento era baseada na agricultura e na pecuária, pedindo que fosse disponibilizada verba para a aquisição de animais de raça,

tanto bovinos quanto equinos, e para a compra de um bom touro, para melhorias do plantel bovino.

No ano de 1887, assumiu a presidência – portanto, a chefia do executivo – o médico Dr. Felipe Maria Wolff. Ficou no cargo até janeiro de 1888. Após, tomou posse João Filgueiras de Camargo, o terceiro chefe do poder executivo municipal.



Presidente João Filgueiras de  
Camargo  
1888-1889

Em junho de 1887, respondendo a um questionário da presidência da Província, a Câmara informou que em São Bento havia 40 habitações particulares e quatro edifícios públicos: dois pertencentes à Fazenda Geral, na estrada Dona Francisca; e dois pertencentes à Fazenda Provincial: a escola do Km-82, e o edifício onde estava

instalada a sala das sessões da Câmara, o quartel e a prisão. Os limites informados foram os seguintes: as terras dotais da princesa de Joinville, a Serra Geral, que divide com Paraty (atual Araquari), as terras dotais da princesa Isabel, da condessa D'Eu, o sertão do Rio Canoinhas, e o Rio Negro.

Nesse ano, verificaram-se as primeiras naturalizações em São Bento. De acordo com o termo de juramento em “querer ser cidadão brasileiro”, em 18 de maio de 1887, receberam o título de naturalização: Julio Richter e Ludovico Brockmann, alemães; Rudolph Schlaganhauser, austríaco; e João Joenk, Otto Jung e Paulo Kaesemodel, de outras nacionalidades; entre outros imigrantes. Quem registrou a naturalização foi o novo tabelião da cidade, Manoel Gomes Tavares.

Para melhorar o desempenho de suas funções, a Câmara adquiriu um lampião, um relógio de parede, uma bandeira nacional e um mapa da Província de Santa Catarina.

Em São Bento, onde a maior parte da população era imigrante, os que optavam em participar da política se filiavam ao Partido Conservador. Já os nacionais, em sua maioria, ao Partido Liberal. Contudo, os nacionais dividiam-se também com os republicanos; novo partido que desejava o fim do Império. Em 26 de junho, assinaram o Manifesto Republicano em São Bento: Francisco Antonio Maximiano, negociante; Francisco de Paula Pereira,

lavrador, negociante de erva mate e dono de escravo; Francisco Gery Kamiensky, negociante; Alberto Malschitzky, curtidor; Henrique Hinke, artista; João Filgueiras de Camargo, negociante; Ernesto Wolff, negociante; Thomaz Umbelino Teixeira, lavrador e dono de escravo; João Ribeiro de Abreu, negociante; José Bruno de Souza; e Octavio de Souza Lobo.

Os donos de escravos se posicionaram contra o Império. Sabiam que a abolição da escravidão estava prestes a ocorrer. Sabiam também que não receberiam indenização pela perda dos escravos.

Em 13 de maio de 1888, foi promulgada a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. Em São Bento, a data foi comemorada com grandes festas. Contudo, apesar de haver um contrato entre a Sociedade Colonizadora e o Governo Imperial proibindo a escravidão em áreas coloniais, o certo é que havia escravos na região, tanto em Joinville, como em São Bento e Campo Alegre. Segundo Fendrich (2012), havia em São Bento 10 proprietários e 15 escravos, pertencentes a nacionais, agricultores, ervateiros e comerciantes.

Em maio de 1888, a Câmara Municipal de São Bento solicitou ao presidente da Província, Dr. Francisco José da Rocha, autorização para uma nova eleição para vereadores, pois o mandato dos atuais há muito havia expirado: foram eleitos em 1884. Contudo, com a anulação da eleição de 1886, permaneceram até agosto de 1888 na função.

Os eleitos eram, em sua maioria, pertencentes ao Partido Republicano. Novamente foram eleitos, entre os “homens bons”: um médico, comerciantes, industriais da erva-mate e fazendeiros.

Nesse ano, no dia 15 de outubro, foi aprovado pela Assembleia Provincial o Código de Posturas da Câmara Municipal de São Bento, base legal para a administração do município.

### **A segunda Câmara eleita**

A eleição que formou a segunda composição da Câmara Municipal de São Bento ocorreu em 12 de agosto de 1888. Assumiram, em janeiro de 1889, os seguintes vereadores: José Guedes da Silva, Ernesto Wolff, Octavio de Souza Lobo, Alberto Malschitzky, João Ribeiro de Abreu, José Manoel Gomes de Souza e Pedro Gomes da Cruz.



Presidente Ernesto Wolff  
1889-1890

A presidência da Câmara – e, conseqüentemente, a chefia do executivo municipal – coube a Ernesto Wolff. Segundo Amonn (1923, p. 42), esta foi “a primeira Câmara puramente republicana em todo o Brasil”. Mas nem todos os eleitos assinaram o Manifesto Republicano. Assinaram apenas os vereadores: Ernesto Wolff, Alberto Malschitzky, João Ribeiro de Abreu e Octavio de Souza Lobo.

## SÃO BENTO: SÉCULO XIX – FIM DO IMPÉRIO

A Câmara Municipal, de maioria republicana, tomou posse e elegeu Ernesto Wolff como presidente da Câmara e chefe do executivo municipal. Na primeira reunião, foi votada a isenção de imposto sobre as carroças, encontrando apoio e simpatia dos colonos.

A Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, foi comemorada em uma grande sessão no Clube Republicano, presidida por João Filgueira de Camargo, na casa de Carlos Stueber, em Lençol. Foi então eleita uma comissão permanente para cuidar da ordem pública e se encarregar da administração do município até que estivesse restabelecida a ordem.

Em 20 de novembro de 1889, foram nomeadas as autoridades republicanas no município: João Filgueiras de Camargo, Francisco Antonio Maximiano, Francisco Bueno Franco e Francisco Gery Kamiensky. Existiam então duas composições simultâneas da Câmara: uma eleita e outra nomeada.

As festividades de comemoração duraram três dias em São Bento e Campo Alegre. Segundo Ammon (1923, p. 44): “Nesses dias acabaram-se os foguetes e as bebidas”. Entretanto, a conta foi encaminhada para a Câmara, por Wenzel Uhlich, que cobrou 25\$000 (vinte e cinco mil réis)

por sua banda ter tocado durante as comemorações da Proclamação da República.

A primeira medida da Câmara nomeada foi substituir os nomes dos logradouros públicos pelos republicanos.

Outro fato afetou também a vida dos imigrantes são-bentenses. Por meio do decreto nº 200-A, de 08 de fevereiro de 1890, promulgado pelo chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, foram considerados cidadãos brasileiros todos os estrangeiros residentes no Brasil em 15 de novembro de 1889. Quem não quisesse se naturalizar, deveria manifestar intenção contrária. A denominada “grande naturalização” foi também confirmada na Constituição de 1891, promulgada no dia 24 de fevereiro do mesmo ano.

### **Extinção das câmaras: criação das intendências Municipais**

Em dezembro de 1889, as câmaras municipais foram extintas e, em seu lugar, foram criadas as intendências Municipais.

## 1º Conselho Municipal de Intendentes: nomeado



Presidente da 1ª Intendência –  
Francisco Gery Kamiensky  
1890-1892

Os intendentes nomeados e empossados, em 18 de janeiro de 1890, foram: Ernesto Wolff, Francisco Gery Kamiensky, José Guedes da Silva, Pedro Gomes da Cruz, e Líbero Guimarães. Em reunião na Intendência, no dia 18 de janeiro de 1890, foram eleitos: presidente, Francisco Gery Kamiensky; secretário, José Bueno de Souza; procurador, João Eugenio Moreira; e vice-presidente, Ernesto Wolff.

A Constituição republicana de 1891, no art. 68, determinou aos estados organizarem e assegurarem a autonomia dos municípios. Contudo, o que realmente ocorreu foi uma maior centralização do poder executivo. De acordo com a Constituição Estadual de Santa Catarina,

de 1891, ficou definido que os municípios seriam autônomos, criados por lei estadual, e administrados por um poder legislativo, o Conselho Municipal, formado por conselheiros ou intendentes, e um superintendente municipal, chefe do poder executivo; todos eleitos diretamente, por quatro anos. Como novidade, a República extinguiu o voto censitário do Império.

Em março de 1891, houve em Santa Catarina eleição para representante no Congresso Estadual. Foram eleitos como representantes de São Bento: o empresário da erva-mate e acionista da Companhia Industrial, Ernesto Canac (que na época residia em Oxford); e o empresário joinvilense, João Paulo Schmalz.

Nessa eleição houve muita perturbação, conforme narrou Vasconcellos:

Na venda do senhor Zipperer, onde uma das seções estava instalada, penetrou um grupo de capangas para ali executar um plano assentado para todas as mesas onde o candidato que lhes era desagradável deveria vencer. Quando se preparavam para entrar no recinto separado, um dos mesários puxou o seu revólver e declarou que o primeiro que pusesse suas mãos criminosas na urna ou papéis da mesa, ficaria vítima de sua audácia e crivado de balas [...] (1991, p. 207).

Ainda nessa mesma eleição, em outra seção, um eleitor quebrou uma cadeira na cabeça do mesário, Mario Lobo, que ficou seriamente ferido.

Em agosto de 1890, São Bento, que até então tinha apenas um juiz municipal e de órfãos, foi elevada à categoria de comarca, sendo nomeado o primeiro juiz de direito, Vasco de Albuquerque Gama, que assumiu o cargo em 16 de outubro.

Segundo Piazza (1994, p. 297), de acordo com o censo de 1890, a população de São Bento era de 9.356 habitantes, formada por imigrantes germânicos, eslavos e brasileiros, residentes em Campo Alegre, São Bento e Rio Negrinho.

## **2º Conselho Municipal de Intendentes: eleições anuladas**

Curiosamente, neste período São Bento tinha dois Conselhos: um eleito e outro nomeado.

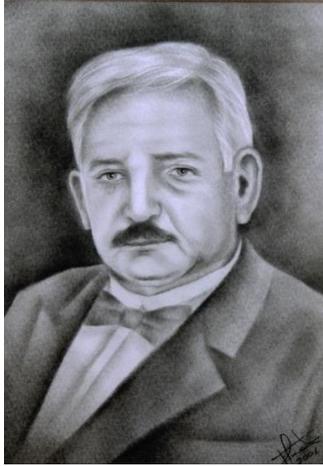
Em agosto de 1891, foi marcada para o dia 30 a eleição dos juizes de paz, superintendente e intendentes. As eleições ocorreram de forma pacífica. Para superintendente foi eleito Francisco Sinks. Para intendentes foram eleitos: Francisco Antônio Maximiano, também conhecido como Chico David (pois era filho de José David), negociante em Encruzilhada e, além do negócio de secos e molhados, intermediador no comércio da erva-mate; João Machado Pereira, comerciante em Campo Alegre; Dr. Felipe Maria Wolff, médico em São Bento do Sul; Agostinho Ribeiro da Silva, ervateiro; e Libero Guimarães, ervateiro.

Para juízes de paz foram eleitos: João Filgueiras de Camargo, negociante; Francisco Gery Kamiensky, proprietário de negócios de secos e molhados, bem como intermediador no comércio da erva-mate; Josef Linzmeyer, cervejeiro, em Oxford; e Jorge Schlemm.

A Junta Provisória Governativa de Santa Catarina, através do decreto nº 117, anulou todas as eleições municipais que elegeram intendentes e superintendentes. Continuaram a funcionar apenas as intendências que haviam sido nomeadas. Criou ainda o Conselho de Intendência, com um presidente, que era o chefe do executivo.

Entretanto, os intendentes eleitos em agosto daquele ano se negaram a acatar a resolução. Tomaram posse e comunicaram o fato à Junta Governativa, conforme cópia da ata, de 01 de janeiro de 1892. Com isso, a Intendência Municipal foi transferida para a casa de um dos intendentes, Wolff, levando para lá toda a documentação.

Para presidente, havia sido eleito o intendente Francisco Antonio Maximiano.



Presidente do 2º Conselho de Intendência eleito, Francisco Antônio Maximiano (janeiro de 1892 a março de 1892).

### **3º Conselho Municipal de Intendentes: nomeado**

Em São Bento, a junta nomeou o Conselho, formado pelos seguintes intendentes: Paulo Timotheo Wielewski, Olimpio Nóbrega de Oliveira, Jorge Schlemm, Agostinho Ribeiro da Silva; e, para presidente, Francisco José Ribeiro (23 de janeiro de 1892 a 13 de dezembro 1892). Com isso, São Bento passou a ter dois Conselhos Municipais: um eleito e outro nomeado. A foto do presidente nomeado, Francisco José Ribeiro, não foi localizada.

Os intendentess nomeados tomaram posse no prédio da Intendência, em 23 de janeiro de 1892, mas não encontraram os documentos, pois haviam sido transferidos para a casa do intendente, Dr. Felipe Maria Wolff. A Junta Governativa estadual pressionou e, somente em 21 de março de 1892, a documentação foi finalmente devolvida.

O Conselho de Intendência nomeado deu prioridade ao ensino e à construção e conservação de estradas no interior do município. O interventor de Santa Catarina, Tenente Machado, exonerou, em 04 de junho de 1892, Agostinho Ribeiro da Silva, e nomeou para novos intendentess: Jorge Schlemm, Rudolfo Klaumann, Brazilio Celestino de Oliveira, e Francisco Neumann. Em agosto, exonerou-se, a pedido, Francisco José Ribeiro, sendo nomeado em seu lugar Pedro Gomes da Cruz.

#### **4º Conselho Municipal de Intendentess: eleito**

Em 20 de novembro de 1892, houve eleições para intendentess para o quadriênio 1893-1896. Foram eleitos: Paulo Heyse II, Agostinho Ribeiro da Silva, José Manoel de Souza, Rodolfo Klaumann, Pedro Gomes da Cruz, Bernardo Olsen e Francisco Neumann. Assumiu a presidência da Intendência Pedro Gomes da Cruz, nomeado pelo interventor de Santa Catarina.



Presidente Pedro Gomes da Cruz  
(março de 1893 a junho de 1894).

Nesse período, ocuparam a presidência: Pedro Gomes da Cruz e Alberto Malschitzky. Para juízes de paz, foram eleitos: Jorge Schlemm, Brásilio Celestino de Oliveira, Francisco Antonio Maximiano e Ernesto Mendel.

A República substituiu as cédulas e moedas do Império. Isso fez com que faltasse dinheiro miúdo em São Bento, o que prejudicou o comércio local. A Intendência, com o apoio dos comerciantes, emitiu vales, no valor de \$100 (cem réis), \$200 (duzentos réis), e \$500 (quinhentos réis). Logo, toda a região estava cheia desses cartões confeccionados com papelão, couro ou outros materiais.

Em 08 de julho de 1893, o Governo do Paraná proibiu a navegação pelos rios Negro e Iguaçu, do vapor Minuano, pertencente ao empresário joinvilense, Procópio Gomes de

Oliveira. Além do vapor, ficaram presas as lanchas que faziam navegação por esses rios e eram subvencionadas pelo Governo de Santa Catarina. A questão de limites mais uma vez voltou à tona.

Nesse mesmo ano, a Intendência recebeu um abaixo-assinado pedindo que intervisse, junto ao Governo do Estado, para que a estrada que estava sendo projetada partindo de São Bento pelas margens do rio Banhados atingisse a localidade de Papanduva. Esse caminho seria uma alternativa à estrada Dona Francisca, pelo qual a erva-mate e o gado viriam para São Bento, de Papanduva e Lucena, sem os impostos das barreiras criadas pelo Paraná.

Entretanto, em meados de 1893, as notícias não foram boas para os políticos e nem para o povo são-bentense e do Planalto Norte: membros do Partido Federalista, contrários ao governo do Marechal Floriano Peixoto, partiram do Rio Grande do Sul com a finalidade de derrubar o Governo Federal.

O governo revolucionário, em Desterro, foi constituído em meados de outubro daquele ano. No início de novembro, em São Bento, foi nomeado Comandante da Guarda Nacional, João Filgueira de Camargo. Ele reuniu cerca de 120 homens que receberam armas e instruções. Neste período, os federalistas, vindos da capital, conquistaram Joinville. No planalto, pretendiam montar uma base para conquistar o Paraná, pelo caminho de Ambrosios. Essa base seria então instalada em São Bento.

Tentando impedir os revolucionários, o governo de Floriano Peixoto enviou ao Paraná, por Rio Negro, uma forte companhia sob o comando do General de Brigada, Francisco de Paula Argolo, comandante do 5º Distrito Militar. No mesmo período, em São Bento, se formou uma companhia composta por 70 cavaleiros armados, prontos para defender o município. Formada a companhia, Francisco Gery Kamiensky e Agostinho Ribeiro da Silva, a cavalo, encontraram a tropa em Rio Preto. O comandante deu todas as garantias exigidas e ficou acertada a entrada do grupo em São Bento, sem resistência.

O general Argolo chegou a São Bento vindo de Curitiba, antecipando-se aos federalistas, no dia 10 de novembro daquele ano. No dia seguinte, mandou distribuir boletins declarando que ele se aclamava governador provisório de Santa Catarina, e que, São Bento, passava a ser a capital provisória do estado.

Na sede da Intendência, no dia 11 de novembro, Argolo foi proclamado governador e assumiu o cargo. As autoridades locais foram demitidas e, em ato contínuo, Argolo, o governador legalista, nomeou as novas autoridades para São Bento. Como presidente da Intendência Municipal, foi nomeado o Dr. Felipe Maria Wolff.

Argolo partiu ao encontro dos revolucionários e aguardou o general Piragibe na estrada Dona Francisca, nas proximidades da casa de negócio de Adolfo Thomsen.

Como o comandante federalista Piragibe vinha em direção a São Bento por outro caminho (passando pela Serrinha Gatz), Argolo, ao invés de ir ao encontro dos revoltosos – pois contava com 400 soldados bem armados – retirou-se apressadamente com a sua tropa para Rio Negro, destruindo pontes e deixando a população desprotegida. As autoridades nomeadas por ele fugiram. Então, Piragibe entrou em São Bento pela estrada Wunderwald, com pouco mais de 100 soldados. Em um domingo, 40 colonos armados aguardavam a chegada da tropa. Um dos colonos, citado nos registros apenas por Koehler, se adiantou para saudar a tropa, que não entendeu o gesto, disparou e o acertou de forma fatal.

Graças à intervenção do chefe da Guarda Nacional, João Filgueiras de Camargo, evitou-se maior derramamento de sangue. Como represália, os revolucionários tomaram todas as armas dos colonos. Assim, o batalhão patriótico de São Bento teve que se unir ao batalhão de Piragibe. A comunidade se dividiu, então, entre: os amigos da Revolução Federalista, e os contrários a mesma.

Em meados de novembro, Piragibe estabeleceu o seu quartel general no Km-76, da estrada Dona Francisca, na casa de negócios de Afolfo Thonsem, onde aguardou reforços até o início de dezembro, para atacar o Paraná. Em São Bento não houve combates, apenas confusão causada pela presença dos revolucionários.

Como o objetivo de Piragibe e dos federalistas era entrar no Paraná pelo caminho de Ambrosios, os violentos combates ocorreram em Tijucas do Sul e Lapa.

Uma comissão, chefiada por Abdon Baptista e alguns políticos de Joinville, organizou o transporte serra acima. Um documento citado por Ficker (1973, p. 316), de 20 de novembro de 1893, informa sobre a requisição de cavalos e carros para o serviço de transporte das forças que transitavam para o interior.

A aquisição de carros e cavalos era feita mediante as seguintes condições:

Joinville, aos 20 de novembro de 1893. [...] 1º. Os carros de 2 cavalos ganharão diária de 5\$000. 2º. Os carros de 4 cavalos, diária de 9\$000. 3º. Se dentro de um ano, depois de concluída a guerra civil, o governo não tiver pago estas despesas, o Município pagará, reservando-se o direito de reclamar do governo em qualquer tempo. 4º. Os cavalos de montaria serão pagos nas mesmas condições se até 6 meses depois de concluída a guerra o Governo não tiver pago. Se os donos dos cavalos não quiserem receber pelo valor que for arbitrado na ocasião da volta, os animais serão vendidos em leilão. 5º Todos os carros, cavalos, etc, serão previamente avaliados por uma comissão de três pessoas competentes. 6º A Intendência facultará transporte até os limites deste Município. 7º. Todo aquele que se negar ao serviço será multado em 50\$000 réis além das penas de desobediência. Em consequência do que vos solicitamos que, no intuito de evitar muitos inconvenientes que se podem dar se os poderes do

Município forem indiferentes aos interesses da ordem pública e dos Cidadãos, fazemos um apelo ao vosso zelo pelo vosso Município, pedindo que adoteis as mesmas medidas, a fim de tomardes ao vosso cargo o transporte das tropas por vos Município. Saúde e Fraternidade! Ass.: Abdon Baptista, presidente da Câmara, Antonio José Ribeiro, vereador, Oscar Antonio Schneider, vereador, Jorge Trinks, vereador, Arnold Grossenbacher, comissário de Policia, Felix Heinzelmann, comandante dos Bombeiros.

Conforme o item 7<sup>o</sup>, os colonos eram praticamente obrigados a transportar tropas e alimentos para os campos de batalha. Muitos cederam seus bens, perdendo cavalos e carroças. Pequena parte foi indenizada pela coletoria de São Francisco. A maior parte ficou no prejuízo: pelo levantamento feito pela Câmara, em janeiro de 1894, 100 carroças tiveram que fazer o transporte das tropas, e muitos cavalos foram requisitados pelos soldados; colonos de Joinville e de São Bento tiveram um prejuízo de cerca de 500:000\$000 (quinhentos contos de réis).

## 5º Conselho Municipal de Intendentes: nomeado



Presidente nomeado, Alberto Malschitzky (julho de 1894 a abril de 1895).

O interventor estadual, Moreira Cezar, em 10 de julho de 1894, nomeou para São Bento os intendentes ou conselheiros da Câmara. Alberto Malschitzky foi nomeado presidente, ocupando também a chefia do executivo. Foram nomeados conselheiros: José Guedes da Silva, Antonio Lisboa dos Santos, Adolfo Weber e João Machado Pereira.

Os intendentes nomeados encontraram a Câmara em completa desordem. Muitos documentos haviam desaparecido e todo o dinheiro da tesouraria fora roubado.

Em outubro de 1894, o interventor ordenou aos cidadãos Francisco Bueno Franco, Alberto Malschitzky e Augusto Schroeder que reconstruíssem cinco pontes sobre o Rio Negro, destruídas pelos revolucionários da Revolução Federalista.

Em fins 1894, a Câmara encaminhou ao Governo Estadual o relatório econômico, mostrando todo o potencial industrial e agrícola de São Bento: - Produção agrícola (principais produtos): centeio, milho, feijão, cevada, batata inglesa; - Produção industrial e artesanal: três engenhos de erva-mate; oito serrarias; sete moinhos de cereais; três cervejarias; uma fábrica de vinagre; uma fábrica de sabão, quatro curtumes; três olarias; 12 sapatarias; quatro selarias; oito marcenarias; quatro carpintarias, seis tanoarias (fábricas de barricas); três padarias; 12 ferrarias; três funilarias; quatro alfaiatarias; uma chapelaria; uma charutaria. Os três engenhos de erva-mate produziam 90.000 arrobas de erva-mate, no valor de 445:000\$000, (quatrocentos e quarenta e cinco contos de réis); era a maior fonte de renda do município.

Com o término da Revolução Federalista, a paz voltou a reinar em Santa Catarina. Foi eleito governador do estado, Hercílio Luz, que tomou posse em 28 de setembro de 1894. O novo governo marcou então, para 07 de abril de 1895, as eleições para juiz de paz e conselheiros municipais.

O art. 68, da Constituição de Santa Catarina, aprovada pelo Congresso Representativo, em 26 de janeiro de 1895, previa que a administração municipal, com a sede na cidade ou vila, se dividiria em duas partes: legislativo e executivo. O art. 69 previa que o poder legislativo seria exercido por conselhos municipais, cujos membros seriam eleitos na razão de um por três mil habitantes; já o art. 72, previa que o poder executivo municipal, ao qual competia a execução das deliberações adotadas pelo Conselho, seria exercido por um superintendente municipal, que depois de empossado, nomearia um ou mais substitutos.

Entretanto, a Revolução Federalista deixou muitas mágoas entre a população. Elas voltaram à tona na época da campanha eleitoral, marcada por vários incidentes.

## 6º Conselho Municipal de Intendentes: eleito



Presidente Jorge Schlemm (24 de agosto de 1895 a 01 de janeiro de 1897).

Para o 6º Conselho Municipal de Intendentes foram eleitos: Jorge Schlemm, Alberto Malchitzky, Bernardo Olsen, Otto Bernardo Krause, Adolfo Weber, Francisco Bueno Franco e Augusto Schroeder. Para superintendente, que chefiou o poder executivo, foi eleito Paulo Parucker.

A Câmara, que tomou posse em 21 de abril, elegeu como presidente Francisco Bueno Franco, e como vice-presidente, Jorge Schlemm. Contudo, Franco renunciou ao cargo em 24 de agosto e não mais retornou ao Conselho. Franco era substituto legal do juiz de direito da comarca e

nessa condição não podia presidir a Câmara. Assumiu então a presidência o vice, Jorge Schlemm.

No início de 1896, em reunião do Conselho Municipal, foi aprovada a dispensa da SISA (atual imposto sobre a transmissão de bens imóveis, também conhecido como de transmissão inter vivos ou ITBI) para o terreno comprado pela igreja católica, para a construção da escola paroquial. Nessa mesma reunião, tomou posse o 2º suplente, Otto Bernardo Krause, e foi nomeado Rodolpho Schlagenhauser como fiscal municipal. Também foram nomeados no ano de 1896: como presidente, Jorge Schlemm; vice-presidente, Alberto Malshitzky; e secretário, Otto Bernardo Krause. Entretanto, 1896 foi um ano crítico nas relações entre Paraná e Santa Catarina, que muito preocupou o Conselho Municipal. As pontes na estrada de rodagem, em São Lourenço, foram destruídas a mando da Câmara de Rio Negro. O vapor Minuano, da Empresa de Navegação de Joinville, foi apreendido no porto de Rio Negro. E um grupo armado, vindo de Campos Novos, invadiu a localidade de Palmas, no Paraná, deixando muitos feridos.

De Palmas a Rio Negro o povo se ofereceu para combater os invasores catarinenses. A fronteira estava em pé de guerra. Um destacamento policial de 27 homens, que vigiava o posto fiscal de Ribeirão da Lança, foi preso por 230 homens armados, e levado para Rio Negro. Com a intervenção do Governo Federal, o Paraná libertou os policiais catarinenses, retirando os seus soldados da região

e devolvendo as armas catarinenses, que haviam sido confiscadas.

O ano de 1896 foi ainda marcado pela inauguração da Estação Telegráfica de São Bento, que ligou o município ao resto do mundo.

Outro fato marcante ocorrido neste ano foi a separação do Distrito de Campo Alegre, transformado em município pela lei estadual nº 244, de 17 de outubro de 1896.

O ano de 1897 iniciou com muitas surpresas. Entre elas: a de que o Governo Federal não mais iria contribuir com a conservação da estrada Dona Francisca; e a renúncia do conselheiro Jorge Schlemm, com a nomeação de Carlos Mrosk como procurador da Intendência. Nesse mesmo ano, São Bento foi dividido em quatro seções eleitorais, e contava com 547 eleitores. A Sociedade Colonizadora de 1849, em Hamburgo, que iniciou a colonização de São Bento, em 1873, foi vendida para a Sociedade Colonizadora Hanseática, tendo como diretor eleito Carl Fabri. Assumiu como procurador-geral, Alfred Wilhelm Sellin, que transferiu a sede da Companhia, de Joinville para Ibirama. Para construir caminhos, pontes e estradas, foi contratada a empresa de Emil Weber, que estabeleceu a sede dos trabalhos em São Bento.

Apesar do acordo interestadual de não instalar barreiras fiscais na fronteira, o Paraná fechou a divisa com um posto fiscal em Ribeirão da Lança. Carroceiros de São

Bento discutiram com os guardas do posto e houve tiroteio. Ficaram feridos dois carroceiros de São Bento: Gaspar Stiegler e Jorge Schroeder.

Segundo Ficker (1973, p. 338):

A São Bento chegou a notícia de que além dos três carroceiros presos, falecera R. Stiegler com um tiro na barriga e que Georg Schroeder, também baleado, encontrava-se em estado desesperador.

Os carroceiros foram presos e interrogados em 15 de abril de 1897 na cidade de Rio Negro. Ficaram presos até o final do processo, em 14 de junho de 1897. Afirmaram ao juiz de Rio Negro que foram instruídos a não pagarem imposto ao Paraná, pelos empresários do mate e políticos de São Bento: Carlos Kamienski, Francisco (França) Kamienski e João Wiese.

O Conselho Municipal de São Bento protestou junto ao Governo do Estado. O governador então comunicou o fato ao presidente da República, Prudente de Moraes, que repreendeu o governador do Paraná.

No dia 25 de maio de 1897, ocorreu o assassinato do grande líder federalista em São Bento, João Filgueiras de Camargo. Meses mais tarde, em 26 de agosto, foi assassinado o presidente em exercício do Conselho Municipal, Alberto Malschitzky. Esses fatos abalaram a comunidade, principalmente porque os assassinos não foram identificados de imediato.

Com o objetivo em aumentar a renda do município, o superintendente Paulo Parucker obteve, no Conselho, a aprovação da resolução de 25 de maio de 1898, que fixou o imposto para a erva bruta em 10 réis a arroba e a erva beneficiada em 20 réis a arroba. O imposto era pago pelos exportadores do município. Quem não pagasse, poderia ser multado em 50% do valor do imposto devido. Com o objetivo em conservar melhor a estrada Dona Francisca, o Conselho Municipal ainda fixou o peso máximo de carga por carroça em 2.000 quilos. Fixou também a tração máxima de seis cavalos por carroça.

Em 22 de junho de 1898, visitou São Bento o governador Hercílio Pedro da Luz, que foi saudado pelo presidente interino do Conselho, Carlos Urban. O governador se inteirou da questão do Contestado, visitou a sede do Conselho Municipal, a cadeia e a coletoria.

O Conselho recebeu ofício da capital de Santa Catarina comunicando que foi fixado o segundo domingo de novembro para as eleições para conselheiros municipais, superintendente e juízes de paz. O Conselho Municipal dividiu o município em quatro seções eleitorais: 1ª seção, na sala das sessões do Conselho Municipal; 2ª seção, no edifício pertencente ao cidadão Leichsinring, do qual não consta nos registros a denominação completa; 3ª seção, no edifício do cidadão Hoffmann, do qual não consta nos registros a denominação completa, em Oxford; 4ª seção, no edifício do cidadão José Endler, em Lençol.

## 7º Conselho Municipal de Intendentes: eleito

As eleições foram realizadas no dia 13 de novembro de 1898, para o quadriênio 1899-1902. Foram marcadas pelos embates entre republicanos e federalistas, e entre imigrantes e brasileiros. Foi eleito para superintendente Manoel Gomes Tavares, que derrotou o superintendente interino, Carlos Urban, representante dos imigrantes. Foram eleitos ainda mais cinco conselheiros e quatro juízes de paz.



Presidente Paulo Heyse (janeiro de 1899 a março de 1901).

Os conselheiros eleitos foram: Paulo Heyse, comerciante e dono de cervejaria, de Rio Vermelho;

Amando Jürgensen, proprietário de serraria; João Wordell, comerciante de erva-mate, do Mato Preto; Henrique Möller, proprietário de serraria, de Fragosos, Campo Alegre; e Gustavo Kopp, relojoeiro no centro da vila. Para juízes de paz foram eleitos: Alfredo Pinto de Oliveira; e o industrial do mate, Antonio Francisco Caldeira. Não prestaram juramento: Ignácio Fischer e Ricardo Monich, representantes dos imigrantes.

Nessa eleição ocorreram irregularidades na segunda seção, conforme os protestos assinados pelo fiscal, Jorge Salvador Soares, contra a mesa eleitoral. Soares protestou contra o fato em o eleitor Augusto Wohl ter votado “aproveitando” o título do eleitor José Schöffel, e também contra o fato de Manoel dos Santos Barbosa ter votado em nome de Pedro Guilherme Biermann. Protestou ainda contra o fato em Wolff ter circulado indevidamente ao redor da mesa eleitoral. Finalizou o protesto afirmando que havia um voto a descoberto para Manoel Gomes Tavares; e que votaram, para eleição do Conselheiro Municipal, 127 eleitores, mas contabilizaram 129 votos.

Tavares, ligado por laços familiares a Abdon Baptista, um grande acionista da Companhia Industrial Catarinense, uma das maiores fábricas de erva-mate do Brasil, tinha a seu favor, em São Bento, os eleitores que eram envolvidos com a cadeia produtiva do mate, formada por: três engenhos de erva-mate, 11 marcenarias (a maioria fabricante de carroças para o transporte da erva), 16

ferrarias (para a fabricação de peças metálicas para carroças e também ferraduras), e sete fábricas de barricas para embalar a erva. A cadeia produtiva da erva-mate unia pelos mesmos interesses, além dos já citados: os sertanejos, ou seja, caboclos cortadores e trabalhadores no sapeco da erva-mate; os comerciantes que intermediavam o negócio da erva com a Companhia Industrial; os carroceiros que realizavam o transporte; os donos de hotéis, comerciantes, donos de botequins e bordéis ao longo da estrada Dona Francisca.

Apesar dos protestos, Tavares, representante do grupo de brasileiros, minoritários, mas que detinham o poder econômico proporcionado pela erva-mate, foi eleito superintendente. A erva-mate era responsável por mais da metade da arrecadação de impostos em São Bento nesse período.

Em São Bento, a maioria da população era formada pelos grupos étnicos germânicos e eslavos. O final do século XIX foi marcado por ideologias baseadas no darwinismo, que pregavam a superioridade europeia e da raça branca sobre as demais. Os países europeus disputavam a África, a Ásia e a América, como territórios de sua influência.

Para os teóricos da missão civilizadora europeia, o emigrante, que saísse da Europa, encarnava o espírito missionário de erguer da miséria e da ignorância os povos incultos do além-mar.

A Alemanha, unificada em 1871, forneceu as bases teóricas para uma nova ideologia: o pangermanismo. Essa ideologia passou a ser divulgada nas colônias germânicas. Um dos ideais do pangermanismo era transformar em alemão todos os que falassem a língua alemã, independente do local de seu nascimento. Teóricos alemães viam na emigração um meio para divulgar as teorias do colonialismo e do imperialismo.

Nessa época, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo de Joinville era administrada pelo maçom Ottokar Dörffel. De mente mais aberta e espírito universalista, Dörffel não se envolvia nas discussões ideológicas em vigor. Dörffel, diretor da Colônia Dona Francisca, foi substituído no cargo por Sellin. Segundo Magalhães (1998, p. 121), Sellin foi um dos líderes da Colônia Dona Francisca (atualmente Joinville), sucessor de Dörffel, e além de representar os imigrantes junto à Sociedade Colonizadora, divulgava na imprensa local uma propaganda contra a política brasileira. O diretor presidente da Sociedade Hanseática era Carl Fabri, que defendia que os teuto-brasileiros deviam superar as suas divergências internas para se unirem em torno de uma identidade comum, com o objetivo de defesa dos seus interesses.

Segundo Richter (1992, p. 86), “eram ambiciosas as expectativas dos círculos nacionalistas e imperialistas alemães de criar vastos quistos étnicos no Sul do Brasil”.

As desavenças entre nacionais e teutos se acentuaram no final do século XIX e início do século XX. Estas desavenças levaram muitos nacionais a emigrarem para o oeste, como foi o caso de Francisco de Paula Pereira, que vendeu seus bens na região de Fundão e começou a colonizar a atual cidade de Canoinhas, acompanhado por vários amigos brasileiros.

Os alemães, provenientes do Norte da Alemanha, vieram para a região de São Bento somente no final do século XIX. Isso porque, desde o ano de 1859, estava proibida a imigração da Prússia e de outros estados da Alemanha. Por isso, os imigrantes que vieram para São Bento, entre 1873 e 1900, eram em sua maioria austríacos, tchecos, bávaros, poloneses e de outras regiões onde se falava a língua alemã. A notícia de que a Sociedade Hanseática havia conseguido a autorização do governo alemão para trazer imigrantes da Alemanha, a partir de 1899, foi muito bem recebida na Colônia.

Ainda nesse período, o novo superintendente, Tavares, iniciou uma era de modernização para São Bento. De acordo com a Constituição Estadual, à época vigente, o superintendente não era apenas um funcionário do Conselho Municipal: deveria estimular os conselheiros a apresentarem novas propostas, se informar sobre todos os assuntos de interesse municipal, organizar a escrituração mercantil, o registro dos balancetes, assim como os relatórios sobre a atividade de cada ano. A pedido do

superintendente, o Conselho então aprovou o orçamento do município de São Bento para aquele período.

Tavares teve o apoio necessário da oligarquia do mate para centralizar a administração, se impor frente aos conselheiros municipais e desempenhar com êxito a sua missão. Prova disso é que obteve aprovação, junto ao Conselho, da lei que o autorizou a fazer empréstimos de 3:000\$000 (três contos de réis) em apólices, com o objetivo de resgatar os vales municipais. Foi fixado o prazo de 01 de fevereiro a 31 de março, daquele ano, para o recolhimento dos vales municipais que se encontravam em circulação. A partir dessa data, perderiam o valor.

O Conselho aprovou também uma lei municipal pela qual o proprietário de terrenos, no quadro colonial, ficava obrigado a pagar anualmente, para a conservação de estradas e pontes, o serviço de zeladoria.

Segundo Ammon (1923, p. 79): "Quando o Sr. Tavares encarregou-se da superintendência, a escritura toda se compunha de um livro em que eram registrados os rendimentos e as despesas, e de um bloco de talão de impostos".

Para aumentar a arrecadação municipal, com o apoio dos conselheiros, Tavares obteve aprovação, em 04 de fevereiro de 1899, do aumento do imposto de exportação da erva-mate, para \$50 réis por arroba (15 quilos) da erva bruta e \$20 réis para a erva beneficiada. Contudo, a medida

foi criticada por empresários e políticos. Entre eles, Carlos Urban e Germano Hille.

Com a aprovação da lei, toda a erva-mate transportada pela estrada Dona Francisca, a partir de então, seria tributada. Quem recolheria o imposto seriam os transportadores e não os donos das mercadorias. Entretanto, os carroceiros revoltados entraram em greve e paralisaram o transporte da erva-mate. Segundo a legislação em vigor na época, o município somente poderia cobrar impostos de produtos beneficiados no próprio município e não de mercadoria em trânsito, como era o caso. Os industriais do mate de Joinville apelaram para o governador, que pediu satisfações ao superintendente de São Bento. Este se defendeu, alegando que, quem não queria pagar impostos, na realidade, eram os industriais de Joinville.

Para convencer Tavares a mudar de ideia, vieram de Joinville os barões do mate de Santa Catarina: Oscar Antônio Schneider, Francisco José Ribeiro, Henrique Jordan, e João Celestino de Oliveira. O encontro foi produtivo, pois em seguida, o Conselho enviou correspondência ao governador informando que reduziu o imposto para \$30 (trinta réis). Porém, ainda assim o governador não concordou, e solicitou que o valor não excedesse \$15 (quinze réis). O Conselho Municipal alegou, então, que \$15 réis eram insuficientes para pagar os fiscais, pois o valor representava cerca de 1% do produto; alegou,

ainda, que existiam municípios que cobravam 3%. Baseado na premissa de que, de fato, os industriais do mate não queriam pagar os impostos, o Conselho concluiu: “não podemos gravar imposto de proletários, isentando ricos”. Assinaram a correspondência: o superintendente, Manoel Gomes Tavares; e os conselheiros, Paulo Heyse, Amando Jürgensen, Henrique Möller, João Wordell e Gustavo Kopp.

A greve dos carroceiros se prolongou por mais de um mês e os comerciantes de São Bento, sentindo-se prejudicados com a paralisação do transporte da erva-mate, apelaram ao superintendente para revogar o imposto. Assinaram o ofício os ervateiros Luiz Wolf e Francisco Gery Kamienski, pela Companhia Industrial; Luiz Schiller, pela Fischer, Wordell & Cia, Carlos Urban & Cia; e Ignacio Fischer. O Conselho Municipal sentindo-se ameaçado aboliu o imposto e comunicou o fato ao governador do estado.

Sem os impostos da erva-mate, uma importante fonte de arrecadação municipal, Tavares enfrentou muitos desafios: o Conselho Municipal, cujo prédio estava localizado em uma área baixa, era facilmente alagável; o cemitério, no Centro, estava lotado e abandonado; as sessões do júri eram realizadas em um salão de dança; e havia apenas quatro ruas no Centro, todas sem cascalho e calçadas.

Para solucionar a questão envolvendo o cemitério, a superintendência adquiriu, de José Zipperer, na estrada Schramm, uma área de 7.500 metros quadrados para o novo cemitério municipal.

Mesmo com dificuldades, através de ato normativo, o Conselho fixou a subvenção anual para a manutenção de cada uma das oito escolas municipais. O Conselho também autorizou Tavares a iniciar a construção de uma estrada, partindo dos Banhados, do terreno de Antonio Bayerl, para atingir o lugar denominado Sertão, que serviria no futuro para o prosseguimento da projetada estrada para Rio Preto, Lucena e Papanduva. Entre as deliberações do Conselho, foi autorizada a liberação de 200\$000 (duzentos mil réis) para a construção de uma ponte sobre o Rio Preto.

Com a autorização do Conselho, Tavares construiu novas ruas e iniciou o calçamento delas; iniciou também a construção de um cemitério moderno; e melhorou a iluminação pública. Por fim, adquiriu, da Sociedade Colonizadora, em 1891, o lote nº 83, para nele construir um moderno prédio para o Conselho Municipal.

No mesmo período, o Governo do Estado, através da lei de 30 de setembro de 1885, concedeu ao município uma área de 2.178 hectares, que passou a constituir parte do patrimônio municipal. Esta área foi legalizada por Tavares, que também mandou abrir uma picada no sertão para o acesso às terras.

Muitas foram as iniciativas de Tavares que contribuíram com o desenvolvimento de São Bento. Tavares ainda resgatou os vales que estavam em circulação, por falta de dinheiro miúdo. Os vales com valores impressos de \$100 (cem réis), \$200 (duzentos réis) e \$500 (quinhentos réis), somavam 3:000\$000 (três contos de réis). Os cupons resgatados foram queimados na porta da sala de sessões, dia 9 de novembro de 1899, na presença de todos os conselheiros municipais. Seiscentos mil réis em vales emitidos não foram resgatados. Assim, desapareceram de circulação, dando um bom lucro para o caixa municipal.

De acordo com livro de lançamento de impostos, no ano de 1899, existiam no município: oito cervejarias, oito açougues, sete alfaiates, sete fábricas de barricas, seis carpintarias de carros, quatro carpintarias de construção de casas, dois engenhos de erva-mate, sete engenhos de moer trigo, centeio e fubá, seis serrarias, 16 ferrarias, duas fábricas de chapéu, duas fábricas de gasosa, duas fábricas de vinagre, 12 marcenarias, oito olarias, uma fábrica de louça, quatro padarias, 19 sapatarias, seis selarias, duas tamancarias, três funilarias, uma relojoaria, quatro curtumes, três hotéis, uma charutaria, 14 botequins, 49 casas de negócios, três fábricas de palhas, 94 carroças de carga e frete, 300 carroças de aluguel e uso particular da lavoura, três carros de aluguel e 19 carros de uso particular.

Por fim, Tavares conseguiu, através do deputado Ignácio Bastos, uma verba de 5:000\$000 (cinco contos de réis) como subvenção para a construção de um prédio para as reuniões do Conselho Municipal. Então, em 07 de setembro de 1900, foi lançada a pedra fundamental para a construção do paço municipal. Segundo a planta, o edifício, em forma de sobrado, teria 16,70 por 9,20 metros de largura lateral. Contudo, por falta de recursos municipais, a construção durou três anos e custou 16:326\$230 (dezesseis contos, trezentos e vinte e seis mil e duzentos e trinta réis). Foi inaugurada em 30 de julho de 1904.



Presidente João Wordell (março de 1901 a janeiro de 1903).

O terreno ao redor do paço municipal, onde foi construída a praça e o jardim público, foi adquirido em março de 1900, pelo preço de 3:000\$000 (três contos de réis).

A Intendência mandou, ainda, concluir a estrada dos Banhados, atingindo as terras do patrimônio municipal. Foram então construídas duas pontes: uma sobre o rio Antinha e outra sobre o rio Negrinho. Na sequência, foram medidos e demarcados 26 lotes, que foram alugados, rendendo anualmente 765\$000 (setecentos e sessenta e cinco mil réis).

# SÃO BENTO DO SUL NO SÉCULO XX ATÉ O ESTADO NOVO

## **8º Conselho Municipal de Intendentes: eleito**

Nas eleições para o quadriênio 1903-1906 foi reconduzido, como superintendente eleito, Manoel Gomes Tavares. Entre os conselheiros municipais, em sua maioria, predominavam os comerciantes, madeireiros e empresários da erva-mate ou ligados a ela. Foram eleitos: Henrique Jürgensen, dono de selaria em Oxford; Francisco da Silva Sinks, ervateiro em Lençol; Amando Jürgensen, dono de serraria e farmacêutico; Carlos Urban, ervateiro em Mato Preto; e Ricardo Monich, fabricante de barrica. Foram ainda eleitos os suplentes: Antonio Swarowsky e João Hofmann. Para presidente foi escolhido Francisco da Silva Sinks, entre janeiro de 1903 e janeiro de 1907 (não foram encontradas fotografias de Sinks nos arquivos municipais).

Para juízes de paz foram eleitos: os ervateiros, Antonio Francisco Caldeira, João Wordell, e Ignacio Fischer; e o comerciante, Alberto Krause.

Conforme Almeida (1979, p. 69), em 1904, os dez principais produtos exportados pelo porto de São Francisco eram: a erva-mate, que representava 70,88%; pregos, 4,88%; fumo em folhas, 4,72%; arroz beneficiado,

3,33%; meias, 3,15%; manteiga, 2,91%; solas, 2,71%, velas, 2,43%; farinha de mandioca, 1,12%; e cachaça, 0,81%.

É importante frisar que a maior parte da erva-mate era produzida em São Bento ou cruzava por São Bento, pela estrada Dona Francisca, rumo à Joinville e São Francisco.

Em 04 de setembro de 1904, iniciou em São Francisco do Sul a construção da estrada de ferro que deveria ligar com o tronco da ferrovia São Paulo-Rio Grande, em Porto União. Segundo Ammon, (1923, p. 97): “do relatório do superintendente Tavares, conclui-se que se contava ouvir apitar a primeira locomotiva na estação de São Bento no ano de 1907”.

O autor citado comentou sobre o esforço do superintendente para colocar a estação ferroviária mais próxima do Centro do município; contudo, o diretor da construção alegou dificuldades topográficas, e por isso a estação foi construída em Serra Alta, a quatro quilômetros do local.

Para desvendar essa questão – por qual motivo a ferrovia desviou do Centro de São Bento – aprofundou-se ainda mais esta pesquisa. Pelo decreto nº 5.280, de 09 de agosto de 1904, foram aprovados os estudos de São Francisco a São Bento, com a extensão de 144 quilômetros, estabelecendo-se o prazo de 40 meses para a conclusão da obra. Em 1906, a construtora apresentou um projeto alternativo, para ligar São Bento a Colônia Lucena

(Itaiópolis). Contudo, o Governo Federal não autorizou a obra, pois o objetivo era unir o ramal de São Francisco com a linha tronco da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Em 03 de janeiro de 1908, a companhia entregou ao Governo Federal um estudo definitivo do alto da serra (Rio Vermelho) ao Rio Potinga: 134 quilômetros ao norte de União da Vitória, onde encontraria, por fim, a linha tronco.

Enquanto o governo não se pronunciava, a companhia iniciou, por conta própria, a abertura de cortes para ligar Rio Vermelho a São Bento. Entretanto, o Governo Federal não autorizou o projeto.

Conforme Thomé (1980, p. 91):

O fato de pretender a construção da ferrovia pelo território do Paraná foi contestado pelo engenheiro Alberto Gaston Sengés, chefe da fiscalização, apoiado pelo chefe da Repartição Federal de Estradas de Ferro, Paulo Frontin.

Alegando que a ferrovia prejudicaria os interesses do Paraná, que sofreria concorrência e prejuízos se os seus produtos fossem embarcados pelo porto de São Francisco do Sul, o governo determinou que a linha se afastasse de São Bento e seguisse em direção a Rio Negro.

Portanto, o superintendente Tavares, embora imbuído de boa vontade, não teve voz, pois estava em jogo uma questão interestadual: a questão do Contestado; onde o Paraná não permitiria que a erva-mate e outros produtos

agrícolas paranaenses deixassem de seguir para Paranaguá e fossem desviados para o porto de São Francisco do Sul, com prejuízo para suas rendas.

Por fim, diante das negativas do governo e da questão interestadual do Contestado, a linha férrea permaneceu quatro quilômetros distantes do Centro de São Bento.

### **9º Conselho Municipal de Intendentes: eleito**

Para o quadriênio 1907-1910 foi eleito, pela terceira vez como superintendente, Manoel Gomes Tavares. Como conselheiros foram eleitos: Olympio Nóbrega de Oliveira, ervateiro, e sócio da Companhia Industrial; Amando Jürgensen, serrador e farmacêutico; Maximiano Wagner, ervateiro e comerciante na estrada Dona Francisca; Carlos Urban, ervateiro e comerciante em Mato Preto; e Gustavo Kopp, negociante e relojoeiro no Centro do município. Como suplentes foram eleitos: João Herbst, João Hofmann, e Guilherme Scheide. Para presidente do Conselho de Intendentes foi escolhido Amando Jürgensen.



Presidente Amando Jürgensen  
(janeiro de 1907 a janeiro de 1911).

Com a queda do preço da erva-mate nos mercados do Uruguai e da Argentina, o setor começou a entrar em crise. Contudo, os produtores da erva-mate ainda continuavam na liderança do município. Foram eleitos juízes de paz: os ervateiros, João Wordell, Alfredo Pinto de Oliveira, e Ignácio Fischer, e o comerciante Alberto Krause.

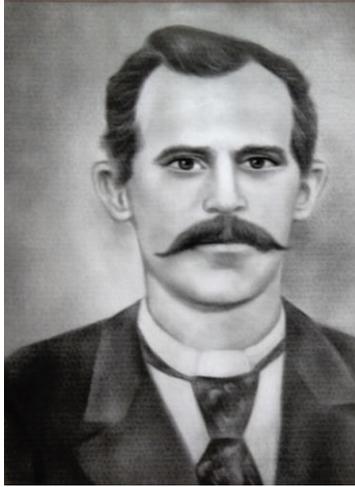
Para o Congresso Representativo do Estado, na legislatura 1910-1912, com poderes para reformar a Constituição Estadual, foi eleito o representante de São Bento, Luiz de Vasconcellos. Na sequência, em 23 de maio de 1910, a nova Constituição Estadual foi finalmente promulgada.

## **10º Conselho Municipal de Intendentes: eleito**

Nas eleições para o período 1911-1914 foi eleito, para superintendente, Manoel Gomes Tavares. Os conselheiros municipais foram: Victor Celestino de Oliveira, e Maximiliano Wagner, ervateiros; Amando Jürgensen, madeireiro e farmacêutico; Adolfo Weber, comerciante; e João Wiese, ervateiro e um dos principais acionistas da Cia Industrial Catarinense. O presidente escolhido foi Victor Celestino de Oliveira, que permaneceu no cargo entre 01 de janeiro de 1911 e 05 de julho de 1911, quando mudou de residência para Joinville. Sua foto atualmente não consta na galeria de presidentes da Câmara Municipal de São Bento do Sul.

Para juízes de paz, os ervateiros ainda predominavam, juntamente com os comerciantes. Foram eleitos: Alberto Krause, Jorge Diener, João Domingos Castilhos e Luiz Stüber.

Na eleição de 1910, foi eleito o deputado estadual Luiz Vasconcellos, representando São Bento e Campo Alegre. Vasconcellos também foi nomeado o primeiro substituto do superintendente.



Presidente Adolfo Weber Sênior  
(janeiro de 1912 a janeiro de 1915).

Em 09 de julho de 1913, Manoel Gomes Tavares foi autorizado pelo Conselho a vender terras do patrimônio municipal.

O agravamento da crise da economia ervateira, provocada pela suspensão das importações pela Argentina, a partir de 1910, refletiu nos setores políticos. Sem a força econômica da erva-mate que lhe dava sustentação, Tavares aceitou o cargo de coletor federal e abandonou a política. Entregou a superintendência em 15 de junho de 1913, para seu substituto, Luiz de Vasconcellos.

Em abril de 1913, foi inaugurada a estrada de ferro no trajeto de São Francisco do Sul a Marcílio Dias, no município de Canoinhas, passando por Rio Negro. A

povoação ao sul do Rio Negro somente foi denominada Mafra a partir de 1917.

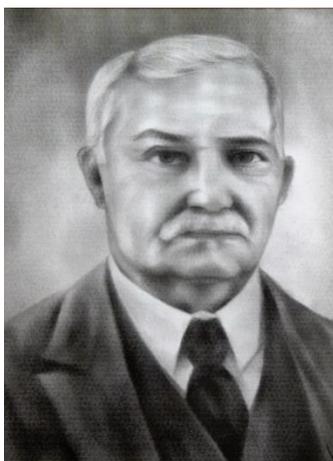
A ferrovia abriu novas frentes para investimentos em novas e maiores áreas para a agricultura. Ervateiros compraram grandes áreas de ervais na região de Canoinhas. Entre os principais ervateiros, que migraram para Canoinhas, pode-se citar: Bernardo Olsen, Wolfgang Ammon, Olympio Nóbrega de Oliveira e Abdon Baptista.

O centro ervateiro do Planalto passou, então, de São Bento para Canoinhas. Com a ferrovia, baixou-se o preço do transporte, deslocando os ervateiros para a região Oeste. A região de São Bento teve enormes prejuízos. Comerciantes, ferreiros, carroceiros, freteiros, localizados às margens da estrada Dona Francisca, não conseguindo enfrentar a concorrência com a erva-mate de Canoinhas, tanto em qualidade como em quantidade e preço do frete, abandonaram a atividade.

### **11º Conselho Municipal de Intendentes: eleito**

Para o quadriênio 1915-1918, foi eleito o superintendente Luiz de Vasconcellos; e como substituto Jorge Zipperer. Para conselheiros municipais foram eleitos: Amando Jürgensen, Wenzel Kalhoffer (encontra-se no arquivo público municipal um recibo com duas assinaturas: numa, está assinado Wenzel Kahlhofer; e logo

abaixo assina o mesmo documento como Wenceslau Kahlhofer; ou seja, ele mesmo usava os dois nomes), Henrique Möller, Antonio Swarowsky Junior e Bernardo Olsen. Para suplentes foram eleitos: André Ehrl, Frederico Fendrich, e Guilherme Scheide. Os políticos predominantes não eram mais da erva-mate, mas do comércio (embora Bernardo Olsen e Wenzel Kalhoffer, além de comerciantes de secos e molhados, também fossem ervateiros). Para juízes de paz foram eleitos: Alberto Krause, Adolfo Weber, Jorge Diener e Max Wagner.



Presidente Amando Jürgensen  
(janeiro de 1915 a 03 de janeiro de  
1918).

Naquele período, Antonio Swarowsky, conselheiro, solicitou autorização ao Conselho para instalar uma linha telegráfica da estação ferroviária para o Centro de São

Bento. O objetivo era deixar a linha à disposição do público.

Além de enfrentar a crise provocada pela inauguração da ferrovia, que desativou os negócios ao longo da estrada Dona Francisca, e que atingiu principalmente as localidades de Lençol, Oxford e Bela Aliança, a exportação da erva-mate entrou em queda; um dos motivos foi a concorrência da erva-mate da Argentina.

Naquele período, a Guerra do Contestado entrou em sua fase crítica, aumentando os combates e as mortes. A guerra trouxe também prejuízos aos ervateiros, por causa da diminuição da oferta de matéria-prima.

Na Europa, teve início a Primeira Guerra Mundial, com o envolvimento direto da Alemanha e da Áustria; terra natal da maior parte da população de São Bento. O envolvimento desses países gerou muitos conflitos no Brasil, pois os nacionalistas brasileiros passaram a vigiar os imigrantes e os teuto-brasileiros como possíveis traidores da pátria.

Ammon (1923, p. 109) afirmava:

É bem natural e prova de caráter da povoação, que os brasileiros de origem alemã demonstrassem a sua afeição pela pátria de seus avós, exprimindo o seu interesse pelo destino do povo alemão e provando-o com dádivas ricas para a cruz vermelha, socorro dos feridos, viúvas e órfãos de guerra, inválidos, cegos de guerra e crianças

famintas. Somente um homem inferior negará sua origem.

Contudo, a situação se agravou quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, pois as perseguições e delações aumentaram.

Em 1917, o diretor de educação de Santa Catarina, professor Orestes Guimarães, aprovou o programa escolar para o estado, com as seguintes disciplinas obrigatórias: língua nacional, história e geografia do Brasil, e educação cívica. Guimarães afirmava que, se é crime não venerar a língua da velha pátria, não aprender ou desprezar a língua e as tradições nacionais é traição. Assim, acusadas de traição, as escolas em todas as regiões de colonização alemã foram fechadas; as crianças ficaram sem aulas, por falta de professores habilitados em ensinar a língua portuguesa. Continuaram funcionando apenas aquelas cujos professores lecionavam português.

Vasconcellos, vivendo em uma comunidade onde predominava o ensino em língua alemã, era casado com uma teuto-brasileira. Não concordava com o ponto de vista de Guimarães; resolveu confrontá-lo. Solicitou ao governador do estado a exoneração de Guimarães. Curiosamente, quem levou a pior foi Guimarães, então considerado um dos melhores diretores de Educação de Santa Catarina. O secretário do Interior e Justiça, também diretor da Instrução Pública, através da circular nº 15, de 24

de outubro de 1919, comunicou ao superintendente de São Bento: “comunico-vos que a 16 do corrente, o Sr. Orestes Guimarães foi, a seu pedido, exonerado do cargo de Inspetor Escolar Estadual. Fica, no entanto, responsável pela inspeção das escolas subvencionadas pelo Governo Federal. Assinado – Henrique Fontes – Diretor”. Por ironia, o Grupo Escolar de São Bento foi denominado Orestes Guimarães.

Para servir como ponto de referência da segurança nacional, foi fundado, durante a guerra, o Tiro de Guerra Brasileiro. Para tanto, foram recrutados sócios, construída a caserna e realizados exercícios. A Sociedade Tiro Brasileiro solicitou, em dezembro, uma verba de 500\$000 (quinhentos mil réis) e justificou: “para que a mocidade nela possa receber instrução militar e nesta hora de tão graves apreensões para nossa adorada pátria certamente não negará ao Tiro 377 o seu apoio e valioso auxílio”. Assinaram o pedido: Manoel Gomes Tavares, presidente; Jorge Zipperer, vice-presidente; Oscar Eberhardt, diretor de Tiro; Roberto Buchmann, tesoureiro; e Francisco L. Alves, secretário. O pedido foi deferido em 03 de janeiro de 1918.

Entretanto, terminada a guerra, o tiro foi desativado e as suas instalações vendidas para pagar dívidas.

Os são-bentenses não deixaram de ajudar também a Alemanha, mesmo com o encerramento da guerra. Várias promoções foram realizadas para arrecadar fundos. Em

1921, Eduardo Trinks, presidente da Sociedade Harmonie, entregou um documento com “DM” 18.096 (dezoito mil e noventa e seis) marcos alemães, que foram enviados para o Marechal Von Hindenburgo, como contribuição de São Bento para a reconstrução da Alemanha. Talvez por esse gesto, a Sociedade Harmonie se credenciou para realizar um concerto para o ministro alemão Plehn, em visita a São Bento, em 08 de dezembro de 1921.

A superintendência, com verba própria e do Governo Federal, subvencionava as escolas particulares em vários pontos do município. Entre elas: - a Escola Pública Km-17, Estrada Humboldt, professor Silverio Minikowsky; - a Escola Paroquial Católica, professor Antonio Peters; - a Escola Pública Estrada Banhados, professor José Furst; - Escola Comunidade Protestante – presidente Willy Jung; - a Escola Pública Banhados de Cima, professor João Neumann; - a Escola Pública Colônia Olsen, professor Francisco Kohlbeck; - a Escola Pública Lençol, professor João Wiese; - a Sociedade Polaca de Rio Vermelho, professor João Serafin; - a Escola Pública Alemã de Rio Vermelho, professor Antonio Behr; - a Escola Pública Rio Humboldt/Natal, professor Alberto Duwe; - a Escola Pública Km-77, Professor Alfredo Swarowsky; - a Escola Pública Km-82, Max Wagner; - a Escola Pública do Salto, em Rio Negrinho, professor Gregorio Cavalheiro de Almeida; - a Escola Paroquial de Rio Vermelho, professor Estanislau Sidonio Wakulsky; - a Escola Colônia Olsen,

professor Antonio Schissel, e, no ano seguinte, o professor Leo Kurowsky; - e a Sociedade Escolar de Oxford, professor W. Zimmermann.



Presidente Henrique Möller (janeiro de 1918 a janeiro de 1919).

O superintendente encaminhou para a aprovação do Conselho Municipal o orçamento para 1918, fixando a receita em 22:030\$000 (vinte e dois contos e trinta mil réis). Contudo, o orçamento era bastante modesto diante das necessidades da comunidade. A falta de recursos era um problema permanente nos municípios. Nesse período, em São Bento, as maiores despesas consistiam na manutenção das escolas públicas e particulares, bem como na conservação das estradas e caminhos.

## **12º Conselho Municipal de Intendentes: eleito**

Para o quadriênio 1919-1922, foi eleito superintendente Luiz de Vasconcellos. Seus substitutos foram: Carlos Zipperer Sobrinho e Roberto Buchmann. Para conselheiros municipais foram eleitos: Antonio Lisboa dos Santos, Carlos Urban, Jorge Zipperer, Eleutério Tavares Junior e Alfredo Pinto de Oliveira (que não tomou posse por ter mudado de residência). Oliveira, comerciante na estrada Dona Francisca, foi substituído pelo conselheiro eleito, Amando Jürgensen, proprietário de farmácia, drogaria e fábrica de licores.

Para juízes de paz foram eleitos: Carlos Nóbrega, Alberto Krause, Ernesto Bollmann e Carlos Wagner.

Vasconcellos, como membro do Congresso Representativo do Estado, assumiu o cargo de 2º secretário da mesa legislativa. Nessa condição, teve que dispor de mais tempo em Florianópolis, deixando a superintendência para o seu substituto, Carlos Zipperer Sobrinho.

Em 01 de julho de 1921, com a ausência do superintendente, assumiu Armando Jürgensen, por ser o conselheiro mais velho, pois o substituto, Carlos Zipperer, havia renunciado ao cargo.

Os políticos predominantes neste período eram industriais e comerciantes.



Presidente Carlos Urban (janeiro de 1919 a janeiro de 1923).

Nessa época, o governador do estado, Hercílio Luz, regulamentou a abertura de novas escolas: a contratação de professores passou ser realizada por concurso público, realizado na presença dos inspetores.

Amando Jürgensen, como superintendente, construiu, no ano de 1922, o pavilhão no jardim público e mandou colocar bancos ao redor. O centenário da Independência do Brasil foi comemorado com muitas festividades. A superintendência deu total apoio para a exposição do centenário, realizada no Rio de Janeiro, onde 26 expositores de São Bento expuseram seus produtos e conseguiram os primeiros prêmios e medalhas.

Segundo Ammon (1923, p. 114), a indústria e o comércio de São Bento em 1922 eram compostos de 30

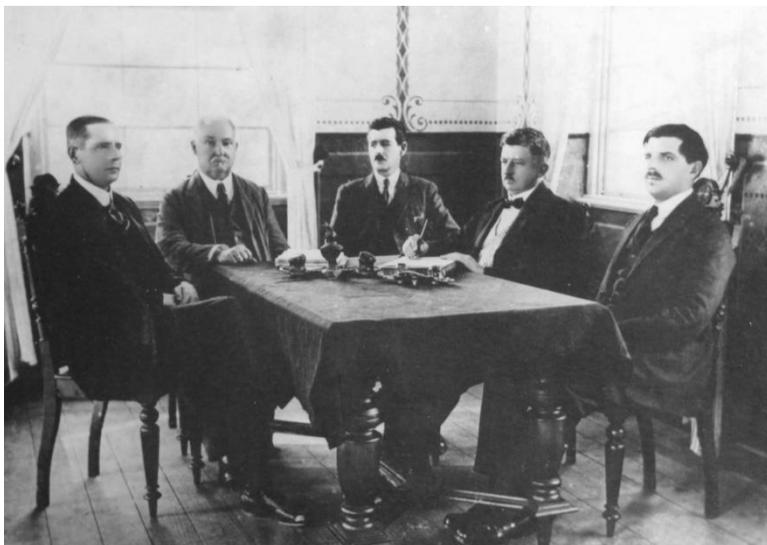
casas de negócios; 15 serrarias; sete hotéis e albergues; nove açougues; duas agências de banco; três agências comerciais; 11 alfaiatarias; quatro barbearias; cinco olarias; seis botequins; quatro carpintarias; nove carpintarias de carros; uma charutaria; duas oficinas de carruagens; três de curtumes; uma drogaria; três cervejarias; uma fábrica de licores; uma fábrica de vinagre; uma fábrica de sabão; uma fábrica de cola (grude); três fábricas de gasosa; um moinho de café; três fábricas de móveis; uma fábrica de móveis de vime; três chapelarias; 14 forjas (ferraria); cinco funilarias; duas livrarias; cinco marcenarias; cinco engenhos de palhiço; nove moinhos; duas oficinas mecânicas; cinco padarias; uma farmácia; dois fotógrafos; uma relojoaria; duas papelarias; sete sapatarias; duas tamancarias; oito selarias; uma tipografia; três dentistas; dois médicos; dois agrimensores; dois pintores; quatro mercados; e cinco negócios de aluguel de carros.

De acordo com os dados populacionais da época, constata-se que São Bento teve uma grande redução no número de habitantes. Ammon (1923, p. 115) afirma que: “a sede de São Bento era composta de 70 casas, com mais ou menos 1.000 habitantes”. O autor também afirma que, em 1899, havia 49 casas de negócios e vários engenhos de erva mate; porém, em 1923, não havia nenhum engenho de erva-mate e apenas 30 casas de negócios. Vale ressaltar que o autor acima citado apresenta como causas do esvaziamento de São Bento os altíssimos impostos pagos pelos comerciantes e a questão de limites com o Paraná.

Ainda neste período, foi renovado o contrato de iluminação pública com a empresa Henrique Moeller & Cia, com 30 lâmpadas, e a validade do contrato até março de 1932.

### **13º Conselho Municipal de Intendentes: eleito**

Em 12 de novembro de 1922, procedeu-se a apuração da eleição para superintendente, conselheiros municipais e juizes de paz. A apuração realizou-se no paço municipal, na sala das sessões do Conselho Municipal.



Conselho Municipal de Intendentes  
1923-1926

Para o quadriênio 1923-1926, foi eleito para superintendente Luiz de Vasconcellos. Para conselheiros municipais foram eleitos: Amando Jürgensen, Firmino Vieira Branco, Jorge Zipperer, Eduardo Trinks e Ernesto Bollmann. Como suplentes foram eleitos: João Treml, André Lisboa dos Santos, Pedro Rodrigues da Silva, Paulo Schlemm Sobrinho e Carlos Zipperer Sobrinho. Foram eleitos juizes de paz: Alberto Krause, Wenceslau Kahlhofer, Hugo Fischer e Frederico Fendrich. A ata foi escrita pelo tabelião, Luiz Guenther.



Presidente Jorge Zipperer (janeiro de 1923 a janeiro de 1927).

Na eleição de 04 de dezembro de 1924, para a renovação do Congresso Representativo do Estado de

Santa Catarina, no período 1925-1927, o major Luiz Vasconcellos recebeu a segunda maior votação para o cargo no estado: 15.693 votos. Na eleição para a Mesa Diretora do Congresso Legislativo de Santa Catarina, em 21 de julho de 1927, o major Luiz Vasconcellos foi eleito como 1º secretário. No ano seguinte, foi reformada a Constituição Estadual; Vasconcellos ocupou o cargo de vice-presidente da Constituinte.

#### **14º Conselho Municipal de Intendentes: eleito**

Em São Bento, para o quadriênio 1927-1930, foram eleitos: para superintendente, Luiz de Vasconcellos; e os substitutos Hugo Fischer e Luiz Bollmann.

Entre os conselheiros municipais, os políticos predominantes eram: médicos, comerciantes, industriais. Foram eleitos: Dr. Pedro Raymundo Cominese, Otto Diener, João Treml, Theodoro Schwarz e Luiz Olsen.

Para o Congresso Representativo de Santa Catarina, no período de 1928-1930, foi reeleito o deputado Luiz de Vasconcellos, que também foi eleito como 1º secretário da Mesa Diretora.

Empolgado com o seu prestígio em Florianópolis, Vasconcellos deixou o comando da superintendência nesse período, assumindo, em seu lugar, em momentos

diferentes, Hugo Fischer, Luiz Bollmann e Dr. Pedro Raymundo Cominese.



Presidente Dr. Pedro Raymundo Cominese (janeiro de 1927 a outubro de 1930).

Por meio do projeto de lei nº 01, de 14 de fevereiro de 1927, o Conselho Municipal aprovou a criação da Intendência Municipal do Distrito de Rio Negrinho, fixando também o vencimento do intendente local.

O Conselho aprovou ainda a lei de 06 de agosto de 1927, que autorizou o superintendente em exercício, Dr. Cominese, a transferir a designação da Rua André para Alameda Dr. Adolfo Konder.

Por meio da lei municipal nº 162, de 15 de fevereiro de 1927, o Conselho autorizou o superintendente, Hugo

Fischer, a contratar a Cia de Força e Luz, de propriedade de Jorge Zipperer, para o fornecimento de iluminação para o distrito de Rio Negrinho.

Os conselheiros desse período aprovaram, ao todo, 26 projetos de lei, destacando-se: a aprovação dos orçamentos dos vários anos; a proibição da exportação de alimentos; a autorização para a aquisição de um terreno para a construção do aeroporto; a aprovação da lei que determinou a construção de residências somente com material duro, proibindo a construção de casas de madeira no perímetro urbano; a proibição da abertura do comércio aos domingos; e a fixação das receitas e despesas para o ano de 1929.

Neste período, o Conselho aprovou, e o superintendente, Hugo Fischer, sancionou, a lei municipal nº 187, de 12 de janeiro de 1929, que abriu concorrência para o fornecimento de energia elétrica para Rio Negrinho.

Na sequência, por meio da lei municipal nº 190, de 23 de outubro de 1929, determinou-se à Hugo Fischer a abertura de concorrência para a instalação de uma linha telefônica e fonográfica, objetivando a ligação intermunicipal e interestadual.

Em 1929, a quebra da bolsa de valores de Nova York provocou uma crise econômica mundial. As exportações brasileiras foram afetadas, principalmente o café. A crise financeira também atingiu os demais setores da economia. Apesar da crise que rondava o país e os municípios, em

São Bento, a administração pública caminhou dentro da normalidade.

### **Luiz de Vasconcellos: primeiro prefeito de São Bento**

Em 02 de janeiro de 1929, Luiz de Vasconcellos voltou a comandar a municipalidade, não mais como superintendente, mas como prefeito.

Hugo Fischer foi nomeado subprefeito e estava governando São Bento quando foi exonerado pelo ato nº 01, de 08 de outubro de 1930, do Dr. Reynaldo d'Almeida Grott, prefeito municipal provisório, nomeado pela Revolução de 1930.

Com a revolução, os conselhos municipais de intendentess foram dissolvidos.

### **A Revolução de 1930**

Em 1929, o Brasil era governado por Washington Luís, representante da oligarquia cafeeira paulista. O seu sucessor, pelo acordo do café com leite, devia ser um candidato mineiro. Mas a crise de 1929 prejudicou os cafeeicultores; estes romperam o acordo com os mineiros e elegeram, novamente, um presidente representante dos cafeeicultores, com o objetivo em salvar o setor. Os políticos

mineiros, traídos, se uniram aos políticos descontentes de outras regiões do país e indicaram Getúlio Vargas como representante da Aliança Liberal.

Getúlio perdeu a eleição, mas, com o apoio de lideranças urbanas, chefiou a Revolução de 1930. Vargas assumiu o governo provisório e, pelo decreto nº 19.398, de 11 de novembro do mesmo ano, dissolveu o Congresso, as assembleias legislativas, as intendências Municipais e nomeou interventores para os estados.

### **Prefeitos municipais provisórios: fechamento do legislativo, 1930**

A Intendência Municipal de São Bento permaneceu fechada até 1936. O prefeito em exercício, Hugo Fischer, teve que entregar as chaves para o prefeito provisório, Dr. Reynaldo d'Almeida Grott, que governou o município de forma autoritária, até receber um cartório.

A Aliança Liberal, que deu sustentação política a Getúlio, fez uma grande festa em São Bento. Encontra-se no arquivo público municipal um recibo no valor de 38\$000 (trinta e oito mil réis) para pagamento do jantar fornecido aos músicos de Rio Negrinho, que vieram tocar na festa. Outro recibo, no valor de 220\$000 (duzentos e vinte mil réis), foi referente às despesas, entre os dias 24 e 25 de outubro de 1930, por ocasião dos festejos no Salão

Hoffmann, em comemoração a vitória da Aliança Liberal. O dinheiro foi recolhido entre diversos companheiros, conforme consta na respectiva lista de adesão.

Dr. Reynaldo d'Almeida Grott, nomeado prefeito provisório de São Bento, governou por decretos-leis, decretos, portarias e resoluções. Demitiu o intendente, José da Cruz Veiga, e nomeou Eduardo Virmond como intendente de Rio Negrinho, 2º distrito de São Bento. Pelo ato nº 8-A, de 28 de outubro de 1930, Grott nomeou uma comissão formada por Theodoro Buschle, Ewaldo Buschle, Willy Ballock, Bruno Endler, José Cordeiro, Antonio Zacharias de França, Otto Moldenhauer, Prospero Godfrey Eloy, Carlos Alberto da Costa e Silva, Irineu da Silva, e Dr. Alfredo Varela, para fiscalizar as contas da prefeitura no período 1926-1930.

Grott ainda mudou o nome de várias ruas de São Bento. Pelo decreto nº 03, de 11 de novembro de 1930, mudou o nome da Alameda Adolfo Konder para Avenida Nereu Ramos; da Praça da Vila para Praça Coronel Vidal Ramos; da Rua das Neves para Dr. Henrique Rupp Junior; da rua em frente à administração municipal para Rua Dr. João Pessoa.

Em dezembro de 1930, encaminhou para aprovação do interventor estadual o orçamento para 1931, fixado em 115:000\$000 (cento e quinze contos de réis).

Grott governou como prefeito municipal provisório até 07 de janeiro de 1931, quando assumiu em seu lugar

José Cordeiro, secretário da prefeitura. Este dirigiu o município até 10 de fevereiro, provisoriamente, quando foi substituído pelo prefeito, 1º tenente Ernesto João Nunes, nomeado pelo interventor de Santa Catarina.

### **Prefeito nomeado**

O novo prefeito, tenente Ernesto João Nunes, logo ao assumir, em 10 de fevereiro de 1931, teve que resolver um problema criado pelo seu antecessor, que abriu concorrência pública para a iluminação do distrito de Rio Negrinho. O empresário de Rio Negrinho, Jorge Zipperer, em 12 de fevereiro, enviou ao interventor estadual um ofício historiando a participação da sua empresa no desenvolvimento do distrito, e protestando contra a abertura da concorrência. Insistiu que a iluminação era fornecida por sua empresa, Jorge Zipperer & Cia, e que, para isso, fez grandes investimentos em fios e postes.

O general interventor estadual enviou o ofício para os técnicos, que emitiram parecer informando que a empresa de Jorge Zipperer fornecia energia somente até às 24 horas, e que essa energia era imprópria para a geração industrial. De acordo com o parecer, os técnicos eram favoráveis ao fornecimento de energia pela Companhia Sul Brasileira de Eletricidade (Empresul), pois era de melhor qualidade, e fornecida de forma permanente. Somente em

06 de maio de 1936, a Câmara de São Bento voltou a discutir o contrato para o fornecimento de energia elétrica para Rio Negrinho, pela Empresul.

Em 24 de fevereiro de 1931, o general interventor federal de Santa Catarina, Ptolomeu de Assis Brasil, enviou um ofício ao prefeito de São Bento com instruções aos prefeitos provisórios. Os prefeitos deveriam cumprir todos os encargos contidos nos decretos do governo; conservar sua autoridade; fazer a administração operosa, justa, honesta e econômica; enviar, mensalmente, ao interventor estadual, um memorial resumindo as novidades que haviam ocorrido; e receber ordens exclusivamente do interventor.

A Comissão de Tomada de Contas e Sindicância do Tesouro do Estado solicitou ao prefeito, em 16 de março de 1931, todos os recebimentos que, durante o quadriênio 1926-1930, foram de conta do Governo do Estado, promovidos pela prefeitura, indicando a denominação empregada para justificá-los: auxílio, conservação de estradas, construção de estradas, etc. Solicitou ainda que fosse especificada a data de pagamento, a importância e a proveniência.

O general interventor exonerou os membros da comissão de sindicância e verificação: José Cordeiro, Rodolpho Jürgensen, e Arno Hoeschl. Pela resolução nº 1.000, de 18 de agosto de 1931, nomeou os novos membros

da comissão para São Bento: Prospero Eloy, Álvaro Guerreiro Kruger e Carlos Alberto da Costa.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça nomeou os cidadãos Adolfo Olsen, Wenceslau Kahlhofer e Próspero Eloy para o conselho consultivo do município, que então fazia o papel da Câmara Municipal.

Como as câmaras continuaram fechadas, o interventor federal enviou aos prefeitos o ofício nº 07, de 06 de dezembro de 1931, solicitando que fosse organizado o projeto de orçamento municipal para o exercício de 1932, que deveria ser submetido a aprovação do interventor.

Em 05 de janeiro de 1932, o prefeito e 1º tenente, Ernesto João Nunes, recebeu o seu orçamento para o exercício de 1932, com parecer favorável, com receitas estimadas em 112:200\$000 (cento e doze contos e duzentos mil réis). Contudo, o valor foi inferior ao do ano anterior.

Nunes encaminhava seus projetos para o conselho consultivo e criava resoluções. Em 1931, foram realizadas duas reuniões do conselho consultivo: uma preparatória e outra na qual foi aprovada a proposta orçamentária para aquele ano.

Em 1932, foram realizadas outras quatro reuniões: na primeira, foi discutida a proposta para a instalação da telefonia e isenção de imposto por cinco anos para empresas instaladas em São Bento; na segunda, foi confirmada a instalação da telefonia; na terceira, foi efetuada a análise e a aprovação da prestação de contas do

prefeito; na quarta e última reunião do conselho, Eloy pediu demissão. Para substituí-lo, foi nomeado João Tremel. Na oportunidade, foi também aprovado o orçamento para 1933.

A última resolução promulgada por Nunes foi a de nº 86, de 11 de março de 1933, ainda como prefeito de São Bento. Já a resolução seguinte, nº 87, de 15 de maio de 1933, foi outorgada pelo novo prefeito, Eduardo Virmond.

### **Prefeito nomeado: sem legislativo, maio de 1933**

Eduardo Virmond, intendente distrital de Rio Negrinho, foi nomeado o novo prefeito de São Bento, em abril de 1933. Convocou uma reunião do conselho consultivo municipal para 21 de outubro de 1933. O conselho continuou composto pelos cidadãos: Wenzel Kahlhofer, Adolfo Olsen e João Tremel.

Naquela ocasião, foi aprovada a nova tabela de impostos, que isentou a fábrica de estrados por cinco anos. Na outra reunião, em 24 de novembro de 1934, foi aprovada a construção da Intendência de Rio Negrinho.

Em 29 de dezembro, foi aprovada a sugestão de orçamento para o ano de 1935, e a isenção de impostos por cinco anos para a fábrica de ladrilhos.

Na reunião de 04 de novembro de 1935, o prefeito foi autorizado a adquirir uma área para ampliar o cemitério

municipal; foi autorizado, também, a comprar um carro tanque, e isentar de impostos por cinco anos a fábrica de goma, de Rio Negrinho.

O conselho reuniu-se novamente em 29 de janeiro de 1936, ocasião, na qual, aprovaram o orçamento para aquele ano.

Em janeiro de 1934, o conselho tomou uma medida nada comum: reduziu em 10% o imposto territorial urbano; e em 20% o imposto de viação rural, até que o preço da erva-mate voltasse a subir e atingisse 8\$00 (oito réis) por 15 quilos.

Ainda em janeiro, foi aberta nova concorrência para o fornecimento de energia elétrica para Rio Negrinho.

Por desavenças políticas durante a campanha eleitoral, Virmond decidiu não entregar o cargo ao novo prefeito eleito. Transmitiu então ao secretário-tesoureiro, Hermes Justino Pátria Nova, até a transmissão definitiva ao prefeito eleito pelo integralismo – ideologia que dava sustentação política a Getúlio Vargas. O ato foi formalizado por meio da resolução nº 16, de 06 de abril de 1936.

Vargas centralizou o poder, dispensou o legislativo e governou por decreto. Sob forte pressão popular, principalmente em São Paulo, convocou a constituinte para elaborar uma nova Constituição.

O polêmico anteprojeto da Constituição de 1934 foi formulado com base em ideias revolucionárias,

permitindo, por exemplo, a composição das câmaras com representações de classes profissionais. Dizia o art. 88, do anteprojeto: “os Conselhos Municipais poderão ser constituídos mediante representação de classes. O Poder Executivo, porém, será exercido por um Prefeito, eleito por sufrágio igual, direto e secreto”.

Embora não tenha adotado as ideias revolucionárias previstas no anteprojeto, a nova Constituição, promulgada em 14 de julho de 1934, inovou: no seu art. 13, deu um novo direcionamento e autonomia aos municípios; além da autonomia política, definiu as eleições para prefeitos e vereadores, e autorizou a decretação de impostos, taxas e outras rendas, bem como a organização dos seus serviços.

Uma medida que favoreceu os municípios foi o aumento do retorno dos impostos federais. Segundo Avelar, (1976, p. 292): “entre 1929 e 1937 a produção industrial aumentou perto de 50% e a produção primária, destinada ao mercado interno, cresceu 40%. Assim, apesar da depressão econômica mundial, a renda nacional cresceu no período”.

São Bento, uma cidade com um grande número de pequenas indústrias, foi muito beneficiada por uma resolução do Governo Federal que permitiu a isenção de impostos municipais, por cinco anos, para as indústrias pioneiras.

## **As câmaras municipais são recriadas em Santa Catarina**

A Constituição Federal serviu como referência às Constituições Estaduais, que foram reformadas. A partir da Constituição Estadual de 1935, as funções da Câmara, dos vereadores e do prefeito ficaram bem definidas. A Constituição de Santa Catarina, promulgada no dia 25 de agosto de 1935, estabeleceu, em seu art. 91, que o órgão executivo municipal estaria, a partir de então, sob a tutela do prefeito, eleito por quatro anos, em votação direta e secreta. No art. 92, estabeleceu que o órgão legislativo do município passasse a ser a Câmara Municipal, composta por vereadores eleitos para um mandato de quatro anos, mediante votação direta, secreta e sistema proporcional.

O momento político mundial foi de transição. A Itália estava sob o controle do partido fascista e a Alemanha do partido nazista. Os governantes desses dois países adotaram a ditadura e a ideologia como forma de governo. No Brasil, crescia a influência de um partido similar aos europeus, inspirado na doutrina integralista.

Em São Bento, o prefeito eleito foi Ernesto Venera dos Santos, chefe do partido integralista, com apoio local dos simpatizantes do partido nazista. Fundou uma sede regional da Ação Integralista Brasileira, com núcleos em quase todas as localidades de São Bento e Rio Negrinho, como o lema “ordem não se discute, se cumpre”.

Ernesto Venera dos Santos assinou o seu primeiro ato em 01 de abril de 1936. Em 01 de setembro de 1936, iniciou a publicação do jornal “O Aço”, de propriedade da Livraria Santos.

Em 15 de maio de 1937, foi aprovado o Código de Posturas Municipais para a “Cidade Integralista de São Bento”. Durante o seu mandato difundiu o civismo entre a comunidade, principalmente nas escolas, onde era muito valorizada a fila de entrada, as sessões cívicas, com recitação pelos alunos de poesias patrióticas e cantos. Nas datas cívicas, eram organizadas grandes concentrações de pessoas para os desfiles.

Por fim, a Câmara aprovou e Ernesto Venera sancionou, em 26 de novembro de 1936, o orçamento para o ano de 1937.

### **Renasce a Câmara Municipal com sete vereadores**

Seguindo as determinações da Constituição do Estado de Santa Catarina, de 1935, os primeiros vereadores eleitos no século XX, para a Câmara Municipal da São Bento, para o período 1936-1939, foram: Roberto Buchmann, Martin Zipperer, Engelberto Grossl, Wenzel Kahlhofer, Germano Rudnick, Carlos Lampe e Dr. Pedro Raymundo Cominese.

## **1ª Mesa Diretora: 1936**

Para a Mesa Diretora, em 1936, foram eleitos: presidente, Roberto Buchmann; vice-presidente, Martin Zipperer; 1º secretário, Engelberto Grossl; e 2º secretário, Wenzel Kahlhofer. Renunciaram aos seus cargos: Martin Zipperer e Wenzel Kahlhofer. Em segundo escrutínio, foram eleitos: Germano Rudnick, para vice-presidente; e Carlos Lampe, para 2º secretário.

Os políticos predominantes eram médicos, industriais e comerciantes.



Presidente Roberto Buchmann (abril de 1936 a março de 1937).

Getúlio foi contra a oligarquia agrária. Seu projeto foi desenvolver a indústria nacional e a urbanização, o que

ficou evidente com a aproximação dos industriais da política a partir dessa fase.

Conforme o livro de atas (1936, p. 03), o primeiro compromisso da Câmara Municipal de São Bento foi dar posse ao novo prefeito eleito, Ernesto Venera dos Santos.

Na primeira sessão, em 04 de abril, foi fixado o subsídio do prefeito, e realizada a eleição das comissões, com a presença de pessoas externas à Câmara. A Câmara protocolou ainda o protesto contra a nomeação, pelo prefeito, de Roberto Lampe, para intendente do distrito de Rio Negrinho.

Na sessão do dia 27 de abril, a Câmara solicitou ao Governo do Estado verbas para a construção da cadeia e do quartel.

Em sessão extraordinária, no dia 06 de maio, foi estudada a proposta apresentada pela Empresul, para a iluminação pública de Rio Negrinho.

No ano de 1936 foram canceladas, por falta de quórum, as sessões dos dias: 11 de maio, 15 de maio, 18 de junho, 02 de julho, 24 de setembro, 01 de outubro, 10 de dezembro e 23 de janeiro de 1937.

## **2ª Mesa Diretora: 1937**

Na eleição para a Mesa Diretora, de 1937, foram eleitos: presidente, Francisco Roesler; vice-presidente,

Carlos Lampe; 1º secretário, Engelberto Grossl, e 2º secretário, Roberto Buchmann.

Na sessão do dia 04 de março de 1937, o vereador Germano Rudnick renunciou ao cargo, tomando posse o suplente, Francisco Roesler.

Em 18 de março de 1937, foi empossado o vereador José Hantschel.

Em setembro, foi aprovado o orçamento para 1938, e foi realizada a última reunião do ano, no edifício da prefeitura, na sala das sessões da Câmara, com a presença de: Francisco Roesler, presidente; Roberto Buchmann, 2º secretário; e dos vereadores, Martim Zipperer, José Hantschel, e Carlos Lampe. Não estavam presentes: o 1º secretário, Engelberto Grossl, e o vereador Dr. Pedro Raymundo Cominese.

Ainda em 1937, foram canceladas, por falta de quórum, as sessões dos dias: 13 de março, 18 de março, 20 de março, 10 de maio, 17 de junho e 09 de setembro.



Presidente Francisco Roesler (março de 1937 a 23 de setembro de 1937).

### **As câmaras municipais são novamente fechadas: 1937**

Com a decretação do Estado Novo e a implantação de um governo ditatorial, em 10 de novembro de 1937, as câmaras municipais foram fechadas em todo o país; e, a partir dessa data, os prefeitos foram nomeados e não mais eleitos.

A população urbana de São Bento, segundo Piazza (1994, p. 337) novamente caiu: dos 4.170 habitantes, em 1920, para apenas 1.522 (o autor não indicou a população rural). A população urbana da cidade foi reduzida para  $\frac{1}{4}$ , de 1920. Os motivos da debandada foram: a crise econômica que se abateu a partir de 1929; a busca de novas

alternativas econômicas; e a ocupação efetiva da região oeste de Santa Catarina e do sul do Paraná, depois de 1917, com o fim da questão contestada. Essa região abriu terras virgens para os agricultores, com lotes maiores e baratos. Além disso, criou oportunidade para diversos profissionais: artesãos, comerciantes, serradores, ervateiros e industriais. Muitos emigraram para outros centros como Joinville e principalmente Curitiba.

Outro fator importante que favoreceu a migração interna foi a restrição imposta à imigração externa, a partir de 1934, para evitar a formação de “quistos raciais” no Brasil. Segundo Avelar (1976, p. 293), “[...] uma comissão elaborou anteprojetos, logo transformados em decretos-leis, sobre nacionalização, extradição, entrada e saída de estrangeiros”.

A partir de novembro de 1937, iniciou o governo ditatorial, uma segunda fase no Brasil. Getúlio Vargas, alegando ameaça comunista e seguindo o exemplo dos governantes europeus – Hitler, Mussolini, Francisco Franco e Salazar – implantou a ditadura, chamada de “Estado Novo”.

A Constituição, outorgada de 11 de novembro de 1937, preservou a autonomia municipal, mas não incluiu o município como componente da federação. As câmaras municipais foram fechadas e somente reabertas quando realizadas as eleições municipais de 1947.

Com a ditadura, os estados passaram a ser governados por interventores nomeados pelo Governo Federal. E os municípios, por prefeitos nomeados pelos governadores.

Sob protesto, Ernesto Venera dos Santos não entregou o cargo ao prefeito interventor de São Bento. Por meio da resolução nº 124, de 28 de dezembro de 1937, passou o cargo de prefeito ao tesoureiro em exercício, Roberto Koenig, até a entrega ao prefeito nomeado pelo interventor federal. As câmaras foram dissolvidas e os prefeitos passaram a governar por decretos-leis, decretos, portarias e resoluções.

Quem assumiu foi o prefeito nomeado, que já havia governado São Bento quando ainda era 1º tenente, retornando como capitão, Ernesto João Nunes.

No período em que exerceu o cargo de prefeito nomeado, Nunes expediu 23 resoluções, a maioria demitindo e contratando funcionários. Por meio da resolução nº 01, de 03 de janeiro de 1938, exonerou Affonso Jung do cargo de intendente do distrito de Rio Negrinho, e nomeou Pedro Simão de Oliveira.

Através do decreto-lei nº 01, de 25 de janeiro de 1938, Nunes fez a revisão dos impostos municipais, e criou a taxa de melhoramento para o embelezamento de ruas urbanas. As ruas selecionadas foram: Nereu Ramos, Felipe Schmidt, 24 de Maio, José Zipperer, João Pessoa e Visconde de Taunay.

Pelo decreto-lei nº 02, de 15 de janeiro de 1938, Nunes fixou o orçamento para o ano de 1938; pelo decreto-lei nº 03, de 10 de março de 1938, fixou uma multa de 20% para pagamento de impostos atrasados; pelo decreto-lei nº 04, de 02 de junho de 1938, regulamentou o uso das rádios em São Bento; pelo decreto-lei nº 06, de 20 de junho de 1938, deu novos limites ao perímetro urbano do município; por meio do decreto-lei nº 10, de 24 de outubro de 1938, a praça onde está localizada a prefeitura e o jardim Bandeirantes recebeu nova denominação: Getúlio Vargas. Por fim, pelo decreto-lei nº 12, de 23 de dezembro de 1938, Ernesto Nunes incorporou ao patrimônio municipal os principais cemitérios de São Bento e Rio Negrinho.

Wenzel Kahlhofer foi então nomeado prefeito de São Bento, substituindo Nunes.

Kahlhofer proibiu textos nos túmulos dos cemitérios em língua estrangeira; pelo decreto-lei nº 22, de 17 de outubro de 1939, incorporou à municipalidade o cemitério da Estrada dos Bugres; pela resolução nº 105, de 04 de novembro de 1939, denominou: a Rua dos Fundadores, de Rua Marechal Deodoro; a Rua 24 de Maio, de Benjamim Constant; e a Rua Rosenthal, de Quintino Bocaiúva. Pelo decreto-lei nº 26, de 07 de fevereiro de 1940, Nunes regulamentou o pagamento do IPTU; e pelo decreto nº 04, de agosto de 1940, regulamentou o comércio ambulante.

Kahlhofer instituiu também a bolsa-escola, destinada aos alunos carentes do município que quisessem se profissionalizar no liceu industrial do estado. Além da bolsa, a prefeitura também pagava a passagem.

Em 1940, o município doou uma área de terra de 9.000 metros quadrados – com 20 metros de largura por 450 metros de fundos – no terreno do patrimônio municipal, na localidade de Pedreira, para a instalação da caserna e do stand de tiro de guerra nº 377. As despesas para instalação correram por conta da Sociedade de Tiro.

Pelo decreto-lei nº 10, de 23 de dezembro de 1940, determinou-se a remoção das bombas de gasolina localizadas nos passeios da cidade, estipulando para isso um prazo de 90 dias.

Em outro decreto-lei, promulgado 20 de janeiro de 1941, foi regulamentada a construção dos passeios, meios-fios e calçamentos. Na sequência, foi proibido o uso de letreiros e placas que não estivessem escritos em língua nacional.

Neste período foi construída a cadeia pública, com cerca ao redor, a casa para os operários da prefeitura, e a residência para os policiais; foram construídos 7.000 metros quadrados de passeios e realizada a reforma do jardim da praça; foram ainda realizados reparos e alargada a rodovia entre São Bento e Humboldt. Por fim, foram adquiridos quatro alqueires de terras para o campo modelo de cooperação agrícola, que tinha como objetivo ensinar

novas técnicas agrícolas aos colonos; construídas e reformadas pontes no interior de São Bento e Rio Negrinho; e adquirida, ainda, uma área de terra para a ampliação do Grupo Escolar.

No mandato de Kahlhofer, a erva-mate teve uma valorização muito grande. A cafeína extraída da erva era vendida, antes do início da guerra, por 170\$000 (cento e setenta mil réis) o quilo. Em 1941, passou a ser vendida por 600\$000 (seiscentos mil réis) o quilo.

Como seu último ato, Kahlhofer assinou o decreto-lei nº 12, de 30 de março de 1942, que autorizou os cartórios a cobrar, da prefeitura, a metade dos emolumentos das pessoas carentes.

José Atanásio de Freitas, capitão e delegado especial de polícia, atendendo orientações superiores, proibiu em 29 de janeiro de 1942 o uso dos idiomas alemão, italiano e japonês em lugares públicos. Os infratores estavam sujeitos à prisão.

Ainda neste período, o Governo Federal contratou a Móveis Kastrup, empresa controladora da Cia Industrial de Móveis (CIMO), e mobiliou com móveis de Rio Negrinho os aposentos do palácio presidencial. A qualidade dos móveis foi elogiada pelo presidente Getúlio Vargas e a CIMO ganhou projeção nacional.

Wenzel Kahlhofer foi substituído por Joaquim de Sales, que assinou o seu primeiro ato, o decreto-lei nº 13, de

04 de abril de 1942, isentando de impostos municipais a construção de imóveis residenciais para famílias carentes.

Sales autorizou a construção de uma escola municipal em Rio da Veada, no distrito de Rio Negrinho, denominada Ministro Gaspar Dutra.

Pelo decreto-lei nº 15, de 13 de maio de 1942, Sales declarou de utilidade pública a estrada particular construída ao longo da Estrada do Rio dos Bugres e do rio Patacão, atravessando o patrimônio municipal e outros terrenos particulares até Queimados, onde se encontrava a Estrada do Alto Rio Preto.

Em julho de 1942, Nereu Ramos, interventor federal, decretou o racionamento geral de combustíveis em Santa Catarina. Além do racionamento, exigiram-se mais sacrifícios da população, como: a contribuição do “tostão” para a construção de escolas; a campanha para a compra de avião para a Força Aérea Brasileira (FAB) – que levantou em São Bento mais de 30:000\$000 (trinta contos de réis) –; e a contribuição em sucata de ferro, zinco, cobre e alumínio para a fabricação de armas e equipamentos militares.

Sales ainda decretou um feriado municipal: o dia 25 de agosto, em homenagem à Duque de Caxias; denominou o encontro da Avenida Nereu Ramos com a Rua Felipe Schmidt, de Praça da Independência; assim como decretou o racionamento de combustíveis, já citado, proibindo o

tráfego de automóveis e camionete nos domingos e feriados.

Em 1º de outubro foi instituído, por ordem do prefeito Joaquim de Sales, o serviço de defesa passiva. Eram exercícios de defesa antiaérea; a falta de acatamento à ordem sujeitava o infrator a dois anos de prisão. Havia ainda um alarme para o escurecimento total das residências e outro para restabelecer a calma.

Em 24 de outubro, os jornais divulgaram a criação da nova moeda brasileira, o Cruzeiro, valendo 1\$000 (um mil réis).

Neste período, criaram-se também as escolas municipais nas localidades de Corredeiras e Sertãozinho.

Joaquim de Sales se afastou temporariamente da prefeitura para assumir como escrivão vitalício civil e feitos da fazenda, na comarca de São Bento, em 12 de dezembro de 1942. Foi substituído pelo secretário municipal, Rubens Franklin, e nomeado pelo interventor do estado, em 12 de dezembro de 1942, para exercer temporariamente o cargo de prefeito. Assinou decreto na condição de secretário do município, respondendo pelo expediente da prefeitura; e declarou luto oficial nos dias 28, 29 e 30 de dezembro, pelo falecimento do capitão Ernesto Nunes, em Florianópolis. Joaquim de Sales somente retornou como o prefeito titular em 09 de janeiro de 1943.

Em 28 de janeiro de 1943, o Brasil rompeu relações com a Alemanha, Itália e Japão. As forças armadas

organizaram e enviaram, para combater as forças do eixo, na Itália, a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Foram convocados também marinheiros para a defesa do litoral brasileiro.

O capitão Atanásio de Freitas, delegado especial de polícia de São Bento, com jurisdição em Campo Alegre, tornou público que os estrangeiros naturais dos países com os quais o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais deveriam comunicar residência às autoridades dentro de 15 dias. Ficaram proibidos, a partir daquela data, os hinos, cantos e saudações na língua dos países acima mencionados; ficou proibido mudar de residência sem comunicar às autoridades policiais; ou reunir-se, ainda que em casa particulares, para comemorar aniversários, ou realizar bailes e banquetes; ou ainda viajar de uma para outra localidade sem autorização ou “salvo conduto”.

O prefeito criou a Comissão Municipal de Preços, responsável pelo tabelamento e fiscalização dos preços das mercadorias em São Bento e Rio Negrinho; e criou a diretoria do tiro de guerra, da qual se tornou presidente.

O Governo Federal lançou, e os interventores estaduais, e prefeitos, ficaram responsáveis pela arrecadação das obrigações compulsórias de guerra – ou bônus de guerra. Não se tratava de uma doação, mas de um empréstimo popular para que o Brasil pudesse entrar e continuar na guerra.

O prefeito de São Bento assinou a portaria nº 27, de março de 1943, que estabelecia que, para qualquer transação com a prefeitura – como requerer alvará e benefício fiscal – o cidadão deveria apresentar a quitação escolar. Se estrangeiro, deveria apresentar prova de entrada e permanência regular no Brasil.

A Cruz Vermelha Brasileira lançou uma campanha de arrecadação estadual e o município catarinense que mais contribuiu para a entidade foi São Bento. Por esse feito, o prefeito Joaquim de Sales, foi indicado como sócio benemérito da entidade em Santa Catarina.

Por meio do decreto-lei nº 49, de 02 de agosto de 1943, o prefeito denominou de Rua Capitão Ernesto Nunes a via pública que constituía o prolongamento da Rua João Pessoa, conhecida como Estrada Wunderwald.

Em início de agosto, o município recebeu uma importante comunicação da capital: o nome São Bento seria mudado no início do ano seguinte. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) então solicitou sugestões para a escolha de um novo nome para o município. Com isso, iniciou-se uma mobilização comunitária, com a coleta de opiniões para a indicação de um novo nome. Venceram os nomes nacionalistas: Catangára (madeira com a qual os índios faziam seus arcos, acompanhando o nome dos municípios vizinhos, Jaraguá e Corupá), São Bento da Serra, e também, Bentópolis.

A mobilização feita pela imprensa local deixou claro que a população estava ciente de que a mudança de nome de fato ocorreria, pois já havia, no Brasil, uma grande quantidade de municípios com o nome “São Bento”.

Contudo, a alteração tinha como objetivo apenas atender a aspectos técnicos dos Correios. Nada teve a ver com questões políticas contra os alemães.

O nome escolhido pela população para o município foi “São Bento da Serra”.

Assim, para comemorar o novo nome, no dia 01 de janeiro de 1944, foi organizada uma cerimônia cívica, com missa, discursos e desfile.

Entretanto, as autoridades superiores escolheram e utilizaram outro nome: “Serra Alta”. A escolha foi uma decepção para muitos, pois Serra Alta era o nome atribuído à estação ferroviária.

No decreto-lei seguinte, de nº 63, Joaquim Sales finalmente assinou como “prefeito de Serra Alta”. Na ocasião, foi fixado o valor para as licenças de funcionamento de escritórios ou estabelecimentos comerciais e industriais.

Após a mudança, o prefeito promulgou também um decreto-lei alterando o nome da Rua 24 de Maio para Rua Barão do Rio Branco.

No início de dezembro de 1943, São Bento recebeu a visita do interventor estadual, Nereu Ramos, acompanhado de sua comitiva, que, além de visitar os

órgãos públicos, visitou também a Indústria Augusto Klimmek S/A (atual Condor S/A).

Pelo decreto-lei nº 64, de 03 de abril de 1944, o prefeito de Serra Alta homenageou Jorge Zipperer, alterando o nome Rua da Estação, em Rio Negrinho, para Rua Jorge Zipperer.

O último ato normativo de Joaquim de Sales, como prefeito de Serra Alta, foi no dia 17 de janeiro de 1945.

Na sequência, um novo prefeito foi nomeado: o capitão Osmar Romão da Silva, que assinou o seu primeiro ato no dia 01 de fevereiro de 1945.

No início de maio de 1945, foi organizada uma grande passeata em comemoração ao término da 2ª Guerra Mundial. A passeata teve a frente a Banda Tremml, seguida da Legião Brasileira de Assistência (LBA), autoridades e a população em geral.

Em dezembro, o capitão Osmar Romão da Silva colou grau como bacharel em Ciências Sociais, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná.

Para concluir o seu curso e tratar da sua saúde, foi substituído por Wenzel Kahlhofer. Em 07 de dezembro de 1945, Silva foi eleito presidente do Partido Social Democrata (PSD), de Serra Alta.

Wenzel Kahlhofer, no período de ausência do capitão Osmar Romão da Silva, retornou como prefeito, assinando a portaria de nº 30, de novembro de 1945, que

nomeou Péricles Porto Virmond como intendente de Rio Negrinho.

O último ato normativo de Kahlhofer, nesse período, foi datado em 19 de fevereiro de 1946. Em seguida, o capitão Osmar Romão da Silva retornou ao Governo Municipal, assinando a primeira portaria, após o seu retorno, em 21 de fevereiro de 1946. Em seu mandato, o município continuou sem Câmara ou conselho consultivo. As normas continuavam sendo emitidas pelo executivo.

Em 17 de agosto de 1946, Silva encaminhou o novo Código de Posturas; e, pelo decreto nº 77, de 29 de dezembro de 1946, aprovou a tabela de impostos para o ano seguinte. O seu último decreto foi no dia 02 de fevereiro de 1947. Em 01 de março de 1947, foi internado na clínica do Dr. Cominese. No dia 10 de abril, faleceu.

Waldemiro Santos, contador, que respondia pelo expediente da prefeitura durante o tratamento de saúde do capitão Osmar, continuou na função por mais algum tempo. Assinou portarias, dispensou funcionários e nomeou outros. Seu último ato como prefeito foi o decreto nº 01, de 19 de abril de 1947. Então, passou o cargo de prefeito para Antonio Treml, indicado pelo Partido Social Democrata (PSD).

Treml tomou posse no dia 19 de abril de 1947. Em seu primeiro ato, dispensou e nomeou funcionários; entre eles, Herberto Tureck, nomeado intendente do distrito de Rio Negrinho no lugar de Péricles Porto Virmond.

Pelo decreto nº 82, de 01 de setembro de 1947, Tremel transferiu a escola do Km-75, na estrada Dona Francisca, para Rio Natal. Em seu último decreto, no dia 18 de outubro de 1947, nomeou uma professora para a escola municipal da Estrada dos Bugres.

Para substituir Tremel, que se candidatou a vereador, foi indicado Alexandre Weber, que até então ocupava o cargo de secretário da prefeitura. Weber então tomou posse como prefeito interino de Serra Alta. Seu último ato foi o decreto nº 91, de 24 de dezembro de 1947.

Durante o Estado Novo, o Brasil participou da 2ª Guerra Mundial. Em São Bento, houve muita agressão e perseguição aos imigrantes e aos teuto-brasileiros. Surgiram acusações de formação de quistos, com reuniões pró-nazismo. Seus membros foram denominados de quintas colunas; ou, em outras palavras, traidores.

Posteriormente, com a redemocratização do Brasil, foi promulgada a Constituição de 1946. A carta de 1946 estabeleceu, em seu art. 1º, que a federação era formada: pelos estados, Distrito Federal e territórios; contudo, não incluiu o município na divisão político-administrativa brasileira. Por outro lado, ainda em relação aos municípios, manteve a sua autonomia administrativa, financeira e política.

A Constituição do Estado de Santa Catarina, de 23 de julho de 1947, no seu art. 99, previa que a autonomia dos municípios seria assegurada pela eleição do prefeito e dos

vereadores, assim como pela administração própria, com: a) a decretação e a arrecadação dos tributos, e; b) a organização dos serviços públicos locais.

A convocação das eleições de 1947 reiniciou o processo de democratização no Brasil. Houve maior liberdade para a formação de novos partidos políticos nacionais. Em São Bento, os maiores partidos eram: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e o Partido Democrata Cristão (PDC).

Em Santa Catarina, o interventor, Nereu Ramos, pertencia ao Partido Social Democrata (PSD). Durante o seu governo, o PSD dominou todo o estado; também era o maior em Serra Alta – município – na década de 1940.

Ramos atraiu para o seu partido principalmente os industriais e comerciantes. Enquanto isso, a classe média, os pequenos industriais e comerciantes se agruparam em torno da UDN. Os operários e ferroviários, atendendo a convocação de Getúlio Vargas, se agruparam em torno do PTB. A Igreja Católica, sob as ordens do bispado de Joinville, incentivou seus fiéis a se filiarem ao PDC.

Esses partidos políticos disputaram o poder local em Serra Alta até o golpe civil-militar de 1964.

## SÃO BENTO – FIM DO ESTADO NOVO: REDEMOCRATIZAÇÃO

Getúlio Vargas liderou um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937, e governou como ditador até que foi deposto pelos militares, em 29 de outubro de 1945. Para a classe política, o regime ditatorial foi um período conturbado: os governantes impunham suas políticas e o povo não podia opinar ou discutir sobre elas; e, se reclamasse do autoritarismo, ainda poderia ser preso.

Para os industriais, foi um período de prosperidade e tranquilidade. Como o Brasil não podia importar produtos manufaturados durante a guerra, teve que substituir as importações. Por outro lado, a exportação de matérias-primas cresceu muito durante a guerra, a ponto de faltar alimentos para o povo, como foi o caso do açúcar.

Vargas assumiu o governo com apoio dos industriais e ofereceu a eles facilidades para financiamentos e aquisição de produtos pelo governo. O objetivo era que o Brasil saísse do extrativismo e desenvolvesse a indústria de transformação. Para isso, o governo se tornou o principal comprador dos produtos industriais brasileiros.

Vargas criou o Departamento Administrativo Social Público (DASP), que padronizou os móveis para o poder público. A Móveis Kastrup, do Rio de Janeiro, conseguiu, então, um contrato milionário com o Governo Federal para

mobiliário as escolas que estavam sendo construídas pelo país. De Rio Negrinho, adquiriam móveis escolares, cadeiras e poltronas de cinema, vindos da fábrica comandada por Martim Zipperer.

Incentivada pelo estímulo dado pelo Governo Federal às indústrias, a Câmara entrou no espírito industrial e autorizou a prefeitura a isentar de impostos, por cinco anos, inúmeras empresas pioneiras que se instalaram em Serra Alta e em Rio Negrinho.

Em Santa Catarina, o interventor Nereu Ramos aumentou o controle sobre as comunidades alemãs, italianas e japonesas: a polícia prendia os imigrantes e seus descendentes; os partidários e amigos do governador pediam para soltá-los. Em seguida, convidavam pessoas que exerciam liderança na comunidade para ingressar no Partido Social Democrata (PSD) – o mais influente no estado, ao qual pertencia Nereu Ramos. Assim, foi montada a máquina do PSD, que contava com a elite econômica que controlou por um longo período a política catarinense. Em São Bento, o PSD conseguiu atrair para suas fileiras as principais lideranças econômicas.

Com o final da ditadura – ou, Estado Novo – e com o término da 2ª Guerra Mundial, Serra Alta retornou à normalidade democrática. Foram marcadas eleições para prefeito e para a Câmara Municipal, encerrando, assim, um período de insegurança e desconfiança.

Neste período, a maior parte da população de Serra Alta era de origem teuto-brasileira – isto é, descendentes dos povos germânicos que lideraram a guerra na Europa. Aqui, estavam integrados na comunidade nacional, mas ainda alimentavam o sonho em retornar a terra natal. Contudo, no final da década de 1940, a guerra e a Europa para a maioria dos descendentes de imigrantes ficaram para trás; acabou a esperança da grande Alemanha, que acolheria de volta seus filhos emigrados. Agora, restava contribuir com o crescimento do Brasil, integrar-se aos projetos comunitários, e investir no futuro, pois o futuro era aqui. Da mesma forma, foi também necessário preparar um futuro melhor para as próximas gerações. Assim, as mobilizações para os projetos comunitários começaram a ser gestados.

Um grupo de líderes comunitários e empresários se reuniu para construir o Ginásio São Bento, com o objetivo em trazer educação de qualidade para o município. Na Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento, um grupo de apaixonados pela música, liderado por Donaldo Ritzmann, criou a Orquestra Juvenil.

Foram dois exemplos, dos muitos, que ocorreram naquele período com total apoio dos líderes locais. As lideranças iniciaram os projetos e o poder público, quando convocado, colaborou. Reativou-se, assim, o espírito de mutirão, tão útil no início da colonização de São Bento, quando as famílias se ajudavam mutuamente.

## **Câmara eleita para o período de 1947 a 1950**

Depois de um longo período de ditadura, o povo voltou a ser representado junto ao poder municipal, escolhendo os seus vereadores, que tomaram posse perante a justiça eleitoral.

Segue a transcrição de parte da ata de instalação da Câmara eleita para o quadriênio 1947-1950.

Ata da Instalação da Câmara Municipal. Aos seis dias do mês de dezembro de 1947 no edifício da Prefeitura Municipal de Serra Alta, na sala de audiência do Juiz de Direito da comarca, às quinze horas, o Juiz Eleitoral da 30ª. Zona Dr. Eduardo Domingos da Silva assumiu a presidência dos trabalhos, convidando o Sr. Olímpio Vidal Teixeira, vereador eleito para servir de secretário, o que foi aceito. Procedida a chamada dos vereadores eleitos, constatou-se a presença dos senhores Antonio Treml, Olímpio Vidal Teixeira, Mathias Severiano dos Santos, Carlos Zipperer Sobrinho, Alfredo Diener, Luiz Bernardo Olsen, Luiz Hilgenstieler, os quais exibiram os seus diplomas verificando a legitimidade dos ditos diplomas, o Juiz Eleitoral convidou os eleitos a tomarem assento no lugar de honra. Em seguida o Dr. Juiz convidou os vereadores a prestarem o compromisso legal os quais fizeram [...].

## **1ª Mesa Diretora: 1947**

Em 1947, a Mesa Diretora ficou assim constituída: Antonio Trembl, presidente; Carlos Zipperer Sobrinho, vice-presidente; Olímpio Vidal Teixeira, 1º secretário; e Luiz Hilgenstieler, 2º secretário. Como suplentes foram eleitos: Francisco Roesler, Wenzel Kahlhofer, José Bail, Emílio Jungton, Theodor Jung, Carlos Lampe e Afonso Zipperer. Todos os suplentes tiveram oportunidade de assumir em algum momento.



Presidente Antonio Trembl  
(dezembro de 1947 a fevereiro de  
1949).

Os políticos da época eram: industriais, comerciantes, e empregados de indústria. Contudo, nem todos os

empresários queriam se expor na política. Muitos, então, indicavam funcionários de confiança para representá-los.

Nesse ano, conforme Piazza, (1994, p. 337), a população da cidade de Serra Alta cresceu: eram 2.712 habitantes, pouco mais da metade da população de 1920.

Na sessão do dia 11 de dezembro, às 09 horas, a Câmara deu posse ao prefeito eleito, Henrique Schwarz.

No dia 09 de dezembro de 1947, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, um pedido para que o nome do município voltasse a ser “São Bento”, pois, em 1948, iria comemorar 75 anos de fundação. Então, receberam um ofício do IBGE sugerindo uma consulta popular para definir o novo nome: continuar como “Serra Alta”; ou, alterá-lo para “São Bento da Serra”; ou, ainda, para “São Bento do Sul”. Alguns anos antes, em 1943, Jaraguá também havia mudado o seu nome: passou a se chamar “Jaraguá do Sul”.

## **2ª Mesa Diretora: 1948**

A Mesa Diretora de 1947 foi reeleita. Na reunião do dia 12 de fevereiro, o presidente, Antonio Treml, ingressou com um pedido de licença, assumindo em seu lugar, Carlos Zipperer Sobrinho. Foi também convocado o suplente, Francisco Roesler. No mesmo período, o vereador Luiz Bernardo Olsen solicitou três meses de

licença; e o suplente da UDN, Wenzel Kahlhofer, solicitou a renúncia do mandato, em caráter irrevogável. Foi convocado então para assumir como vereador o suplente da UDN, José Bail. O presidente Antonio Tremel se licenciou em 01 de agosto; assim, o vereador Carlos Zipperer Sobrinho assumiu a presidência até o final daquele ano.

Em 12 de fevereiro, a Câmara recebeu uma comunicação de que o Governo do Estado iria transferir de forma gradativa para o município o imposto de indústrias e profissões, aumentando a arrecadação municipal para os próximos quatro anos. Nessa data ficou também definida a necessidade em adequar o Estatuto dos Funcionários à Constituição Federal e à Lei Orgânica dos Municípios.

Em 25 de maio de 1948, a Câmara aprovou a lei que regulava a incidência, a cobrança e o lançamento de impostos sobre a exploração agrícola e industrial.

Em 03 de agosto, a Câmara enviou ao presidente em exercício de Santa Catarina, José Boabaid, um pedido de retificação da linha divisória entre os municípios Serra Alta e Jaraguá do Sul, respeitando as divisas antigas pelo rio Humboldt e Ano Bom, cuja divisa era feita por uma linha demarcada por terra ou linha seca. Os moradores dessas localidades eram favoráveis à manutenção da antiga divisa.

## **Mudança de nome de Serra Alta para São Bento do Sul**

A mudança de nome de Serra Alta para São Bento do Sul só veio a ocorrer em 23 de setembro de 1948, durante os festejos dos 75 anos de fundação do município.

O presidente da Câmara Municipal, em exercício, Carlos Zipperer Sobrinho, convocou para esse dia uma sessão extraordinária. A reunião foi realizada em 23 de setembro, às 10 horas, na sala de reuniões da Câmara, no edifício da prefeitura, com a presença do presidente em exercício de Santa Catarina, José Boabaid, do representante da Assembleia Legislativa, Alfredo Campos, do bispo de Joinville, Dom Pio de Freitas, e de outras autoridades. Estiveram também presentes os vereadores: Carlos Zipperer Sobrinho, presidente em exercício; Olímpio Vidal Teixeira, 1º secretário; Luiz Hilgenstieler, 2º secretário; Francisco Roesler, Luiz Bernardo Olsen, Alfredo Diener e Mathias Severiano dos Santos.

Composta a mesa, o presidente em exercício de Santa Catarina foi convidado a presidir a sessão. Este solicitou, então, ao 1º secretário, Olímpio Vidal Teixeira, que fizesse a leitura dos vários telegramas recebidos, a maior parte felicitando o município pelos 75 anos de fundação.

A Câmara Municipal de Florianópolis também enviou um telegrama de felicitações, mas usando o novo nome do município: São Bento do Sul.

Tenho honra em comunicar-vos que a Câmara de Florianópolis consigna votos de congratulações ao ilustrado legislativo que tão dignamente dirige pelo auspicioso trabalho e pelo 75º aniversário da fundação da cidade de **São Bento do Sul**, grande expressão de grandeza e progresso em nosso Estado. Cordiais saudações, Batista Pereira, presidente.

Portanto, foi na Câmara Municipal, na reunião do dia 23 de setembro, às 10 horas da manhã, que os vereadores foram finalmente informados sobre o novo nome do município.

Passados os festejos, a Câmara voltou a tratar dos assuntos cotidianos. Em 09 de novembro de 1948, o vereador Mathias Severiano dos Santos entrou com pedido de licença e, em seu lugar, foi convocado o suplente, Emilio Jungton. No dia 09 de dezembro de 1948, a Câmara regulamentou as construções em madeira que teriam paredes duplas, com um espaço mínimo de 10 centímetros entre ambas – as quais não poderiam ter mais de dois andares. Os alicerces seriam, a partir de então, feitos de pedra, tijolos ou concreto armado.

Outro assunto que gerou muita discussão foi a proposta do executivo em alterar o feriado do dia 01 de novembro (dia de Todos os Santos) pelo o dia 02 de novembro (dia de Finados).

### **3ª Mesa Diretora: 1949**

A Mesa Diretora, para o ano de 1949, ficou constituída por: Carlos Zipperer Sobrinho, presidente; Alfredo Diener, vice-presidente; Olímpio Vidal Teixeira, 1º secretário; e Luiz Hilgenstieler, 2º secretário.



Presidente Carlos Zipperer Sobrinho  
(fevereiro de 1949 a fevereiro de  
1951).

A Câmara Municipal, na sessão do dia 02 de outubro de 1949, depois de muitas discussões, aprovou os feriados religiosos municipais de acordo com a tradição da comunidade: Ascensão de Nosso Senhor (variável); Corpo de Deus (variável); Assunção de Nossa Senhora, no dia 15

de agosto; Todos os Santos, no dia 01 de novembro; e Imaculada Conceição, no dia 08 de dezembro.

#### **4ª Mesa Diretora: 1950**

A Mesa Diretora de 1949 foi reeleita no dia 07 de fevereiro de 1950.

Na sequência, foi novamente aprovada, no dia 19 de dezembro de 1949, a lei de isenção aos impostos municipais, por cinco anos, para as indústrias pioneiras que se instalassem no município.

#### **Câmara eleita para o período de 1951 a 1954**

No dia 06 de fevereiro, foram eleitos sete vereadores para o período 1951-1954: Emilio Engel, Afonso Zipperer, Mario Murara, Eugenio Ferreira de Lima, Ewaldo Antonio Buschle, Engelberto Grossl e Henrique Schwarz. Como suplentes foram eleitos: Ernesto Venera dos Santos, Renato Cubas de Lacerda, Francisco Kobs, Francisco Rückl, Paulo Fendrich e Francisco Gery Kamiensky. Todos os suplentes tiveram oportunidade em assumir em algum momento.

Emílio Engel foi eleito presidente para as quatro mesas diretoras do período.



Presidente Emilio Engel (fevereiro de 1951 a janeiro de 1955).

### **1ª Mesa Diretora: 1951**

Para a Mesa Diretora, foram eleitos: Emilio Engel, presidente; Afonso Zipperer, vice-presidente; Mario Murara, 1º secretário; e Eugenio Ferreira de Lima, 2º secretário.

Em 31 de janeiro de 1951, na sala de sessões da Câmara, tomou posse o novo prefeito eleito: Alfredo Diener.

O primeiro projeto em tramitação, neste período, foi analisado pela Câmara no dia 06 de fevereiro de 1951. Na ocasião, o poder executivo pediu autorização à Câmara Municipal para abrir, consertar, retificar e prolongar

diversas ruas urbanas, suburbanas e rurais de São Bento do Sul. Foi também nomeado José Bail como intendente de Rio Negrinho.

Em 15 de setembro de 1951 foi formada, com o apoio da Câmara Municipal, a “comissão pró-ginásio São Bento”. O objetivo era buscar apoio para implantar, em São Bento do Sul, o ensino ginásial. Participaram dessa comissão líderes políticos e empresários, entre eles: Ernesto Venera dos Santos, Geraldo Ziesche, Alfredo Klimmek, Ferdinando Schuelmann, Francisco Roesler, Carlos Zipperer Sobrinho, Erico Pfeiffer, Octavio Maia, Raulino Scharf, Franz Brack, Lino Zschoerper, Honório Zschoerper, Henrique Schwarz, Donald Ritzmann, Ervino Schumacher, Otto Roesler Filho e Emilio Engel.

Com o auxílio das empresas e com o apoio da Câmara Municipal, a construção do ginásio foi iniciada em 05 de fevereiro de 1953.

## **2ª Mesa Diretora: 1952**

A mesa eleita no dia 05 de fevereiro de 1952 era formada pelos vereadores: Emílio Engel, presidente; Engelberto Grossl, vice-presidente; Eugenio Ferreira de Lima, 1º secretário; e Mario Murara, 2º secretário.

A Câmara, na reunião do dia 06 de dezembro, encaminhou um expediente à Cia. Telefônica, solicitando

maior divulgação dos serviços. O objetivo era ampliar o número de novos assinantes, assim como a rede telefônica local. Na mesma reunião, solicitou a cobrança da Intendência de Rio Negrinho da renda de aforamentos dos terrenos do patrimônio municipal. Foi aprovada ainda a subvenção para o Grupo Escolar São José; para o jardim de infância das Irmãs; para o jardim de infância da comunidade evangélica de São Bento do Sul; e para o jardim de infância da comunidade evangélica de Rio Negrinho. Os vereadores também aprovaram verbas destinadas à comissão pró-ginásio São Bento.

Naquele período, assumiram os suplentes, Francisco Kobs e Francisco Rückl.

Entretanto, as sessões seguintes foram mais acaloradas. Na reunião do dia 30 de abril de 1952, o assunto mais discutido foi a gratificação dos vereadores. De acordo com a lei, as despesas com o transporte dos vereadores para as reuniões seriam custeadas pelo município, mediante a apresentação de comprovantes. Naquela ocasião, ficou decidido que os vereadores teriam direito a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por cada sessão que comparecessem. Contudo, queriam receber em dobro quando a sessão ultrapassasse o horário regimental. A reunião não agradou a todos, pois na sequência, Francisco Gery Kamiensky, Mario Murara e Afonso Zipperer, protocolaram pedidos de licença. Foram, então,

convocados os suplentes: Renato Cubas de Lacerda, Ernesto Venera dos Santos e Francisco Ruckl.

As reuniões seguintes, realizadas nos dias 06 de maio e 05 de agosto, não atingiram o quórum necessário. Então, a sessão ordinária somente foi realizada no dia 02 de setembro de 1952.

Na reunião de 09 de dezembro, foi discutido um folheto sobre um projeto de lei da Petrobras, com a venda de ações para as prefeituras. Também se discutiu a compra de um trator Caterpillar D6, tendo em vista a necessidade na abertura e conservação das estradas do município.

### **3ª Mesa Diretora: 1953**

Na reunião realizada no início de fevereiro de 1953, foi eleita a Mesa Diretora daquele período: Emilio Engel, presidente; Ernesto Venera dos Santos, vice-presidente; Henrique Schwarz, 1º secretário; e Francisco Kobs, 2º secretário.

A sessão do dia 27 de setembro foi uma sessão especial. Naquela ocasião, foram comemorados os 80 anos de fundação de São Bento do Sul.

Contudo, outra importante questão estava tomando tempo dos vereadores. E esta questão foi definida apenas na sessão do dia 06 de outubro de 1953. A partir de então, a

Avenida Argolo deveria ter, em toda a sua extensão, 14 metros de largura.

Outro importante assunto, que gerou muita discussão, entrou em pauta na sessão do dia 19 de novembro de 1953, quando foi definida a aquisição de um terreno a ser doado ao estado para a criação de um posto agropecuário em São Bento do Sul, na localidade Bela Aliança. Os vereadores de Rio Negrinho defenderam que o posto deveria ser instalado em Lençol, o que gerou acalorados debates.

### **O distrito de Rio Negrinho é elevado a município**

A sessão do dia 11 de dezembro de 1953 foi presidida pelo vereador Ernesto Venera dos Santos, presidente em exercício. O objetivo era tratar sobre a criação do município de Rio Negrinho.

Foi aprovada, então, a resolução nº 02/1953, que autorizou o vereador Eugenio Ferreira de Lima, em nome da Câmara Municipal de São Bento do Sul, a entrar em entendimento com a Câmara Municipal de Mafra, a fim de promover as medidas legislativas necessárias à criação do município de Rio Negrinho. O novo município seria composto por áreas dos atuais distritos de Rio Negrinho e Rio Preto do Sul, com a sua sede na vila de Rio Negrinho.

A proposta de criação do município de Rio Negrinho foi votada por ambas as câmaras municipais, de São Bento do Sul e Mafra, e assinada por: Ernesto Venera dos Santos, Henrique Schwarz, Francisco Kobs, Engelberto Grossl, Eugenio Ferreira de Lima, Ewaldo Antonio Buschle e Paulo Fendrich.

Aprovada pelas duas câmaras municipais, a criação do município de Rio Negrinho ainda precisava ser homologada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A homologação ocorreu por meio da lei estadual nº 133, de 30 de dezembro de 1953. Na sessão do dia 04 de fevereiro de 1954, a Câmara Municipal de São Bento do Sul finalmente recebeu um convite para participar da posse do prefeito provisório do recém-emancipado município de Rio Negrinho, Henrique Liebl.

Segundo o Plano Diretor, (1973/74, p. 314) a população urbana de São Bento do Sul, em 1950, era de 2.712 habitantes; enquanto a população urbana de Rio Negrinho era de 3.690 habitantes.

#### **4ª Mesa Diretora: 1954**

Em 02 de fevereiro de 1954, a Mesa Diretora foi composta por: Emilio Engel, presidente; Ernesto Venera dos Santos, vice-presidente; Francisco Kobs, 1º secretário; e Engelberto Grossl, 2º secretário.

Superadas as questões sobre a criação do município de Rio Negrinho, a Câmara Municipal de São Bento voltou a tratar de assuntos locais. Entre eles, a aprovação de incentivos culturais para o município.

Várias foram as ações da Câmara Municipal que estimularam a música em São Bento do Sul. Na sessão do dia 11 de maio de 1954, foi aprovada a verba para o Departamento de Música da Sociedade Ginástica São Bento, com um auxílio anual para o desenvolvimento e manutenção da sua escola de música. Na mesma reunião, foi aprovada uma subvenção anual para a Banda Treml, que, em troca, tocaria quinzenalmente nas retretas de verão, abertas ao público.

Ambas as ações foram importantes para a cultura em São Bento do Sul, pois incentivaram a criação e a manutenção de uma das poucas escolas de música então existentes no Brasil. As ações por parte da Câmara Municipal também contribuíram com o funcionamento e a manutenção da Banda Treml, proporcionando as retretas de verão, realizadas até os dias de hoje. Essas duas instituições são responsáveis por um dos títulos de São Bento do Sul: “a cidade da música”.

Na reunião do dia 14 de novembro de 1954, o vereador Eugenio Ferreira de Lima deixou a Câmara Municipal de São Bento do Sul para assumir uma vaga na Câmara Municipal de Rio Negrinho. Foi aprovado, então, um voto de louvor pelo seu desempenho na Câmara

Municipal de São Bento do Sul. Em seu lugar, foi convocado Renato Cubas de Lacerda.

### **Câmara eleita para o período 1955 a 1958**

A Câmara do período 1955-1958 era formada por sete vereadores: Carlos Zipperer Sobrinho, Luiz Schiessl, Ernesto Venera dos Santos, Henrique Schwarz, Olímpio Vidal Teixeira, Alfredo Klimmek e Leopoldo Weiss.



Câmara Municipal de  
São Bento do Sul  
1955-1958

Como suplentes foram eleitos: Octavio Maia, Afonso Treml, Ervino Grossl, Francisco Kobs, Carlos Ehrl Júnior, Otto Diener Junior e Kurt Weber. Todos tiveram oportunidade de tomar posse em algum momento da legislatura.

### **1ª Mesa Diretora: 1955**



Presidente Carlos Zipperer Sobrinho  
(fevereiro de 1955 a janeiro de 1956).

A Mesa Diretora foi formada pelos vereadores: Carlos Zipperer Sobrinho, presidente; Luiz Schiessl, vice-presidente; Ernesto Venera dos Santos, 1º secretário; e Henrique Schwarz, 2º secretário. Com o falecimento de

Henrique Schwarz, o suplente Octavio Maia assumiu a 2ª secretaria, em 09 de agosto de 1955.

Na sessão extraordinária do dia 31 de janeiro de 1956 foi empossado o prefeito Carlos Zipperer Sobrinho, eleito para o período de 1956-1961.

## **2ª Mesa Diretora: 1956**

Em 07 de fevereiro de 1956, foi eleita a nova Mesa Diretora, formada pelos vereadores: Ernesto Venera dos Santos, presidente; Octavio Maia; vice-presidente; Alfredo Klimmek, 1º secretário; e Leopoldo Weiss, 2º secretário.

Na reunião do dia 10 de março de 1956, a Câmara debateu sobre o calçamento no Centro da cidade. Os vereadores decidiram que seria necessário realizar um estudo técnico, pois, a princípio, a pavimentação com asfalto seria mais barata. Os vereadores entenderam que, além de caro, o paralelepípedo, em dias de chuva, era escorregadio e de transporte oneroso. Na sessão do dia 24 de abril, surgiu uma nova proposta: pavimentar o Centro da cidade com lajotas de concreto.

Na reunião do dia 10 de abril, chegou à Câmara uma denúncia de que uma camionete da prefeitura foi vista em Corupá fazendo serviços particulares. A Câmara enviou, então, um ofício ao prefeito Carlos Zipperer Sobrinho solicitando esclarecimentos. O prefeito respondeu, por

ofício, no dia 08 de maio, informando que a camionete da prefeitura foi a Jaraguá do Sul por ordem dele, para buscar vacina para a peste, que estava atacando animais no município. Segundo ele, a denúncia de que a camionete estava a serviço particular era falsa.

Por outro lado, os feriados religiosos continuaram recorrentes na Câmara. E, novamente, naquele período, voltaram à tona. Foi finalmente aprovada a transferência do feriado de 01 de novembro (dia de Todos os Santos) para o dia 02 (dia de Finados).

A Câmara Municipal também demonstrou preocupação com a paralisação dos trabalhos da rodovia no trecho entre São Bento do Sul e Corupá, e solicitou providências ao Governo do Estado. Em resposta, foi informada de que seria deslocado um trator H5 da patrulha mecanizada de Canoinhas para dar continuidade aos trabalhos. No mesmo ofício, foi informada de que o trecho entre Mafra, Rio Negrinho e São Bento do Sul, prosseguia com rapidez.

O vereador Ernesto Venera dos Santos, no dia 11 de junho de 1956, fez um veemente pronunciamento na Câmara, protestando contra a morosidade dos serviços públicos. Cobrou 15 itens pedidos, até então não atendidos pela prefeitura.

Na reunião do dia 17 de janeiro de 1956, foi realizada uma sessão em homenagem ao prefeito eleito, Carlos

Zipperer Sobrinho, até então vereador. Em seu lugar assumiu o suplente, Carlos Ehrl Júnior.

Ainda neste período foi fixado o calendário para as reuniões ordinárias da Câmara: seriam realizadas nas primeiras terças-feiras dos meses fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano; ou seja, quatro sessões anuais.

Na reunião do dia 22 de agosto de 1956, a Câmara aprovou a retificação da via entre São Bento do Sul e Oxford.

Em 12 de setembro, o vereador do PDC, Carlos Ehrl Júnior, renunciou ao cargo. Contudo, depois de muitas conversas, voltou atrás e desistiu da renúncia. Quem não se conformou foi o suplente, Otto Diener Junior, que protestou. Em votação secreta, os vereadores optaram pela permanência de Ehrl.

Diener então recorreu à justiça, sem êxito.

Na sessão de 28 de novembro, a Câmara aprovou o projeto de lei para criação de uma escola na localidade de Pedreira, na Estrada Capitão Ernesto Nunes. Esta escola foi denominada “Escola Isolada Rural de Pedreira” – hoje, a Escola de Ensino Básico Prefeito Carlos Zipperer Sobrinho.

### **3ª Mesa Diretora: 1957**

Conforme a ata do dia 05 de fevereiro de 1957, foram eleitos para a Mesa Diretora: Ernesto Venera dos Santos,

presidente; Octavio Maia, vice-presidente; Alfredo Klimmek, 1º secretário; e Leopoldo Weiss, 2º secretário.



Presidente Ernesto Venera dos Santos (fevereiro de 1956 a fevereiro de 1958).

Novamente os feriados religiosos voltaram à pauta. Entretanto, depois de muita polêmica, foi aprovada a lei municipal que definiu os feriados religiosos municipais: Sexta-feira Santa, Ascensão de Nosso Senhor, Corpo de Deus, Assunção de Nossa Senhora, Todos os Santos, Finados e Imaculada Conceição. Naquela época, a lei federal facultava aos municípios criar até sete feriados religiosos municipais.

Contudo, havia divergência, pois a maior parte dos feriados religiosos aprovados em lei era respeitada, em especial, pelos católicos. Os luteranos passaram então a

defender que o dia de Finados deveria também ser feriado. Para agradar aos dois credos religiosos, a Câmara Municipal criou dois feriados: dias 01 e 02 de novembro.

Na sessão do dia 06 de agosto de 1957, o vereador Carlos Ehrl renunciou ao cargo. Otto Diener Junior então requereu a vaga, e, finalmente, foi efetivado.

Na sessão do dia 06 de dezembro, Alfredo Klimmek pediu licença. Em seu lugar assumiu Kurt Weber.

#### **4ª Mesa Diretora: 1958**



Presidente Octavio Maia (fevereiro de 1958 a janeiro de 1959).

Na sessão do dia 04 de fevereiro de 1958, foi eleita a nova Mesa Diretora: Octavio Maia, presidente; Leopoldo

Weiss, vice-presidente; Ernesto Venera dos Santos, 1º secretário; e Alfredo Klimmek, 2º secretário.

Nessa data, entrou em pauta um projeto para a criação de um brasão para o município. A proposta foi questionada pelo vereador Ernesto Venera dos Santos, que defendeu já haver um brasão nacional, sendo necessária a criação de um brasão local. Nessa mesma sessão foi também aprovada a lei municipal que autorizou o calçamento das ruas da cidade. A taxa de cobrança dos custos de implantação, aprovada pela Câmara, foi de um terço para o proprietário do terreno.

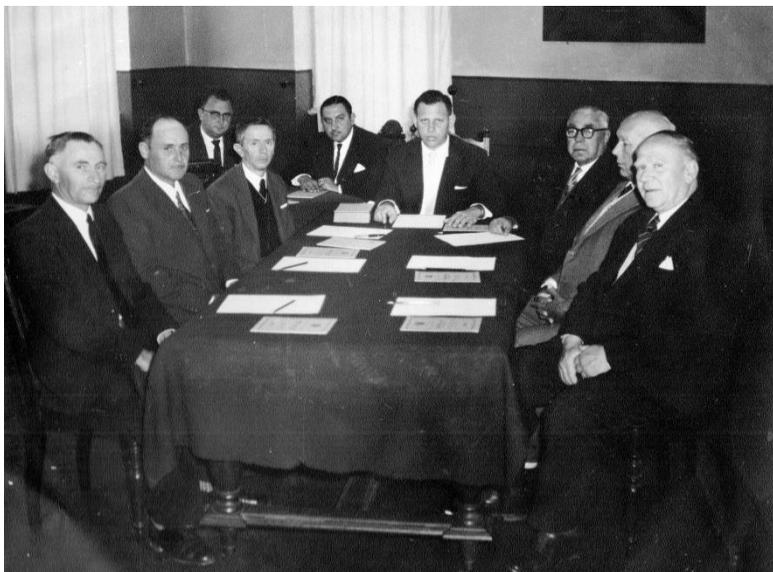
Em 19 de abril, foi realizada uma sessão solene durante a visita do governador de Santa Catarina, Jorge Lacerda. Contudo, esta que foi a última em vez que Lacerda esteve em São Bento do Sul antes do trágico acidente que tirou a sua vida.

Na sessão de 21 de maio, o vereador Octavio Maia protocolou um pedido de licença. Em seu lugar foi convocado Afonso Treml.

Em 18 de junho, a sessão foi dedicada aos ilustres catarinenses mortos no acidente aéreo: senador Nereu Ramos, governador Jorge Lacerda, deputado Leoberto Leal; e o maior empresário são-bentense, Antonio Kaesemodel, e sua esposa, Ema, sogros do presidente da Câmara. O prefeito Carlos Zipperer Sobrinho, por meio do decreto nº 05, de 17 de junho de 1958, decretou luto oficial por cinco dias em São Bento do Sul.

## **Câmara eleita para o período de 1959 a 1962**

De acordo com a lei estadual nº 987, de 16 de janeiro de 1953, a instalação das câmaras municipais passou a ser registrada em livro próprio. Seguindo a determinação do art. 48, da Lei Orgânica dos Municípios, a Câmara Municipal de São Bento do Sul tomou posse no dia 03 de fevereiro de 1959. Foram eleitos: Francisco Paulo Kaesemodel, Olímpio Vidal Teixeira, Ernesto Jorge Diener, Emílio Engel, Leo Franz, Osman Gomes dos Santos e Alfredo Diener. Como suplentes foram eleitos: Alfredo Matheus Buschle, Ervino Huebl, Carlos Muehlbauer Sobrinho e Octavio Maia.



Câmara Municipal de  
São Bento do Sul (1959-1962).

## 1ª Mesa Diretora: 1959

Foram eleitos para a Mesa Diretora de 1959: Francisco Paulo Kaesemodel, presidente; Olímpio Vidal Teixeira, vice-presidente; Ernesto Jorge Diener, 1º secretário; e Emílio Engel, 2º secretário. Como suplentes foram eleitos: Alfredo Matheus Buschle, Ervino Huebl, Carlos Muehlbauer Sobrinho e Octavio Maia.



Presidente Francisco Paulo Kaesemodel (fevereiro de 1959 a fevereiro de 1960; fevereiro de 1961 a fevereiro 1962; e fevereiro de 1962 a fevereiro de 1963).

Segundo Piazza, (1994, p. 337) a população da cidade de São Bento do Sul, em 1960, era de 6.435 habitantes.

Em 14 de abril de 1959, a Câmara aprovou um abono salarial aos funcionários da prefeitura.

## 2ª Mesa Diretora: 1960



Presidente Ernesto Jorge Diener  
(fevereiro de 1960 a fevereiro de  
1961).

Na eleição para a composição da Mesa Diretora, em 02 de fevereiro de 1960, foram eleitos: Ernesto Jorge Diener, presidente; Olímpio Vidal Teixeira, vice-presidente; Francisco Paulo Kaesemodel, 1º secretário; e Emilio Engel, 2º secretário.

Presente na reunião do dia 23 de agosto de 1960, o deputado federal Osmar Cunha informou à Câmara que incluiu no orçamento a subvenção de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para o Ginásio São Bento.

### **3ª Mesa Diretora: 1961**

A Mesa Diretora de 1961 foi formada pelos vereadores: Francisco Paulo Kaesemodel, presidente; Olímpio Vidal Teixeira, vice-presidente; Ernesto Jorge Diener, 1º secretário; e Emilio Engel, 2º secretário.

Na reunião do dia 05 de setembro de 1961, foi aprovado o crédito para o pagamento da filmagem de vários pontos do município. Na mesma sessão, a Câmara recebeu do governador Celso Ramos um telegrama alertando sobre o momento delicado em que se encontrava o país: o presidente Jânio Quadros havia renunciado e o vice-presidente, João Goulart, estava em viagem ao exterior.

### **4ª Mesa Diretora: 1962**

Na reunião do dia 06 de fevereiro de 1962, a Mesa Diretora do período anterior foi reeleita.

Na reunião do dia 07 de fevereiro de 1962, foi apresentado o relatório de atividades do ano de 1961: foram realizadas 28 reuniões, aprovadas 13 leis e seis resoluções.

## **Câmara eleita para o período de 1963 a 1966**

Para o quadriênio 1963-1966, tomaram posse, em 31 de janeiro de 1963, conforme a Lei Orgânica dos Municípios (lei estadual nº 22, de 14 de novembro de 1947), os vereadores eleitos: Darcy Olavo Moldenhauer, Carlos Zipperer Sobrinho, Vitor Vidal dos Santos, Leopoldo Weiss, Ernesto Jorge Diener, Osvaldo Zipperer e Octavio Maia. Como suplentes foram eleitos: Carlos Weiss Sobrinho, João Wenceslau Pscheidt, João Bento da Luz, Arthur Carlos Pfützenreuter, Mieceslau Kazubowski, Max Fiedler, Rodolfo Denk, Durvaldo Hantschel e Fernando Telma. Todos os suplentes tiveram oportunidade em tomar posse.

Os políticos predominantes continuavam sendo: os industriais, comerciantes e funcionários públicos.

Para o período 1961-1966, o prefeito eleito foi novamente Alfredo Diener.

## 1ª Mesa Diretora: 1963



Presidente Darcy Olavo Moldenhauer (fevereiro de 1963 a dezembro de 1965).

A Mesa Diretora, que tomou posse em 31 de janeiro de 1963, foi resultado de uma composição para excluir o PSD. Era composta por: Darcy Olavo Moldenhauer (PTB), presidente; Carlos Zipperer Sobrinho (UDN), vice-presidente; Vitor Vidal dos Santos (PTB), 1º secretário; e Leopoldo Weiss (UDN), 2º secretário.

A composição da mesa não agradou aos vereadores do PSD, o que fez com que o presidente, Moldenhauer, conclamasse a Câmara a manter-se livre das competições partidárias, exercendo uma ação conjunta, em benefício do município de São Bento do Sul. Contudo, o PSD não se

conformou. Quando podia, criava qualquer fato novo, colocando a Mesa Diretora em dificuldades.

O Jornal Tribuna da Fronteira, do dia 17 de fevereiro de 1963, noticiou que o vereador Osvaldo Zipperer havia solicitado um aumento salarial aos servidores municipais. Segundo o vereador, os servidores recebiam “salário de fome”. Na sessão do dia 19 de fevereiro, o mesmo vereador encaminhou um pedido para a reformulação das normas de calçamento e solicitou a reforma do Regimento Interno da Câmara.

Naquele período, outro assunto em voga foram as festividades alusivas ao aniversário de São Bento do Sul. Foi publicado no jornal Tribuna da Serra (ano 01, nº 35, de 29 de setembro de 1963) que: “as festividades de aniversário do Município resultaram em fracasso total”. Os motivos foram: a programação – que segundo a imprensa, foi organizada em cima da hora – e os recursos escassos, pois a prefeitura não designou verbas para o evento.

Na reunião da Câmara, em 05 de março, alguns vereadores sentindo-se ofendidos com as críticas que recebiam da população culparam a imprensa.

Dentre os principais projetos discutidos naquele período destacaram-se: a solicitação para a isenção do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (SISA), destinada aos trabalhadores; e o projeto que declarou a utilidade pública da Banda Tremel.

Em junho daquele ano, Moldenhauer informou que foi consignado, pelo Governo Federal, um crédito de Cr\$ 40 milhões para a construção da rede de abastecimento de água em São Bento do Sul.

No mês de julho de 1963, os membros da Câmara e os empresários estavam apreensivos, pois havia iniciado a greve dos trabalhadores em São Bento do Sul. Um dos líderes do movimento foi o vereador pelo PTB, Vitor Vidal dos Santos.

## **2ª Mesa Diretora: 1964**

A Mesa Diretora, eleita em 1964, era composta pelos vereadores: Darcy Olavo Moldenhauer, presidente; Carlos Zipperer Sobrinho, vice-presidente; Vitor Vidal dos Santos, 1º secretário; e Leopoldo Weiss, 2º secretário.

Na gestão da 2ª Mesa Diretora, a Câmara, por meio da resolução nº 01, de 04 de fevereiro de 1964, concedeu o título de cidadão são-bentense ao governador Celso Ramos.

## **São Bento do Sul na Ditadura Militar: 1964 a 1985**

Em 31 de março de 1964, por meio de um golpe civil-militar, foi deposto o presidente João Goulart, e instituída a ditadura no Brasil. Naquele período, iniciou a perseguição aos comunistas e aos simpatizantes.

A ditadura teve o apoio da igreja católica e da elite econômica. Outorgou a Constituição de 1967, que preservou a escolha dos prefeitos e das câmaras de Vereadores pelo voto popular. Mas não para todos os municípios. Como o governo se baseava no binômio segurança-desenvolvimento, nas capitais e nas estâncias hidrominerais os prefeitos eram nomeados pelo governador do estado. Nos municípios de fronteira, considerados de segurança nacional, os prefeitos eram nomeados pelo Presidente da República. Nesse contexto, as câmaras municipais passaram a ter a função de homologar os projetos oriundos do poder executivo municipal.

Durante a ditadura militar os líderes sindicais foram acusados em agir contra o regime implantado. O vereador Vitor Vidal dos Santos – vereador pelo PTB e líder em movimentos grevistas – foi acusado pela Câmara em ter procedimento incompatível com o decoro parlamentar. Foi formada, então, uma comissão processante. A comissão especial foi formada pelos vereadores: Osvaldo Zipperer, Carlos Zipperer Sobrinho e Darcy Olavo Moldenhauer. A comissão processante foi favorável à acusação e autorizou

a cassação do mandato de Santos, sob a alegação de que cabia à Câmara excluir o membro que se envolvesse “em movimentos subversivos para destruição do regime que nos compete defender”. Santos foi cassado em 20 de abril de 1964, pela Câmara Municipal, mas recuperou o mandato no dia 03 de novembro do mesmo ano, bem como seu cargo na Mesa Diretora, por via judicial.

Como protesto, renunciaram ao cargo, em 03 de novembro de 1964, os vereadores: Carlos Zipperer Sobrinho, vice-presidente; Leopoldo Weiss, 2º secretário; e Octavio Maia.

## **2ª Mesa Diretora: substituta**

Para vice-presidente foi eleito o suplente, Rodolfo Denk. Para 2º secretário, foi eleito o suplente, Mieceslau Kaszubowski, que contestou a sua eleição por estar ausente da Câmara nesse dia; para a reunião do dia 09 de novembro de 1964, foi nomeado o 2º secretário, Arthur Carlos Pfützenreuter; a Câmara então elegeu, como 2º secretário, João Wenceslau Pscheidt, em 17 de novembro de 1964. O PSD recorreu, os vereadores foram reintegrados e o único vereador que confirmou a renúncia foi Octavio Maia.

Essa legislatura teve vários problemas provocados pela própria composição da Mesa Diretora, da qual o PSD

ficou afastado, e, periodicamente, preparava ataques. Com o pedido de licença de 60 dias de João Wenceslau Pscheidt, deveria assumir o cargo de vereador o suplente, Durval Hantschel, que também protocolou um pedido de licença de 60 dias.

### **3ª Mesa Diretora: 1965**

Em 02 de fevereiro de 1965, foi eleita a nova Mesa Diretora: Darcy Olavo Moldenhauer, presidente; Rodolfo Denk, vice-presidente; Vitor Vidal dos Santos, 1º secretário; e João Wenceslau Pscheidt, 2º secretário.

Com o pedido de licença de 30 dias do vereador Ernesto Jorge Diener, foi convocado o suplente, Fernando Telma; e com o pedido de licença por 30 dias do vereador Osvaldo Zipperer, foi convocado o suplente, Max Fiedler.

De acordo com o art. 10, do ato institucional nº 02, de 24 de outubro de 1965, os vereadores eleitos não receberiam remuneração.

Neste período, os partidos políticos foram extintos e uma nova legislação eleitoral criou a Aliança Renovadora Nacional (Arena), para apoiar a ditadura; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como partido de oposição. O regime ainda outorgou ao poder executivo o direito em expedir decretos-leis, que não eram deliberados na Câmara.

Pela emenda constitucional nº 01, de 01 de dezembro de 1965, os municípios tiveram suas receitas vinculadas à participação destes, nas receitas estaduais e federais. Portanto, perderam a autonomia financeira.

O prefeito Alfredo Diener faleceu durante a sua gestão, em 1965. Em seu lugar, assumiu o presidente da Câmara, Darcy Olavo Moldenhauer. A presidência da Câmara foi ocupada pelo vice-presidente, Rodolfo Denk, de 26 de dezembro de 1965 a 25 de janeiro de 1966. Na galeria de fotos de ex-presidentes – que se encontra na entrada do Plenário, na Câmara Municipal – atualmente não consta a foto do presidente em exercício, Rodolfo Denk. O suplente, João Bento da Luz, assumiu o cargo em 13 de janeiro de 1966.

O mandato de prefeito foi concluído pelo ex-secretário de administração da prefeitura, Eugenio Estanislau Kurowski, indicado pela bancada do PSD. Foi ele que deu posse ao prefeito eleito, Otair Becker.

#### **4ª Mesa Diretora: 1966**

Realizada a eleição para a Mesa Diretora, que tomou posse no dia 01 de fevereiro de 1966, assumiram: Ernesto Jorge Diener, presidente; Osvaldo Zipperer, vice-presidente; Vitor Vidal dos Santos, 1º secretário; e Carlos Weiss Sobrinho, 2º secretário. Nessa sessão retornou para a

Câmara, após ter ocupado interinamente o cargo de prefeito municipal, o vereador Darcy Olavo Moldenhauer.

### **Câmara eleita para o período de 1967 a 1969**

Conforme a ata da primeira sessão da 6ª legislatura, da Câmara Municipal, ocorrida em 31 de janeiro de 1967, tomaram posse os vereadores: Ernesto Jorge Diener, Erico Pfeiffer, Rolando Engel, Carlos Weiss Sobrinho, Ornith Bollmann, Erico Pauli e João Bento da Luz.



Câmara Municipal de  
São Bento do Sul (1967-1969).

Nessa legislatura, assumiram os suplentes: Eugenio Estanislau Kurowsky e Paulo Pscheidt.

Os políticos predominantes eram: industriais, comerciantes, e funcionários públicos. O prefeito eleito para o período 1966-1970 foi Otair Becker.

### **1ª Mesa Diretora: 1967**



Presidente Ernesto Jorge Diener  
(fevereiro de 1967 a fevereiro de  
1970).

A Mesa Diretora que tomou posse, em 31 de janeiro de 1967, foi formada por: Ernesto Jorge Diener, presidente;

Erico Pfeiffer, vice-presidente; Rolando Engel, 1º secretário; e Carlos Weiss Sobrinho, 2º secretário.

Com o objetivo em aumentar o controle sobre o país, os governantes outorgaram uma emenda à Constituição de 1967: a Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969. Essa emenda confirmou a competência dos estados em ditar a lei orgânica municipal. A emenda constitucional manteve as normas de autonomia financeira e administrativa para os municípios. No entanto, preservou as normas para a indicação de prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e municípios de fronteiras.

Para São Bento do Sul, segundo Ternes (2014):

Os anos de 1966 a 1970 seriam anos de transformações ousadas, que fizeram o município apagar décadas de sonolento ciclo de isolamento, vividas sob o típico marasmo dos tempos coloniais, quando se passavam as décadas e nada acontecia.

O choque de governança realizado por Becker, na prefeitura, contaminou também a Câmara, que respondeu a altura as suas responsabilidades.

## **2ª Mesa Diretora: 1968**

A nova Mesa Diretora, reunida na sala de sessões, do edifício Sonia, era formada pelos vereadores: Ernesto Jorge

Diener, presidente; Erico Pfeiffer, vice-presidente; Rolando Engel, 1º secretário; e Carlos Weiss Sobrinho, 2º secretário.

### **3ª Mesa Diretora: 1969**

Para 1969, foi reeleita a Mesa Diretora de 1968. A eleição foi realizada no dia 04 de fevereiro de 1969.

Nesse período, a Câmara contribuiu muito com a administração municipal: autorizou recursos para a reforma do palacete Wolff – que, no futuro, abrigaria o museu e a biblioteca pública municipal – para a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), para o ajardinamento e a construção da escadaria da igreja matriz, para a criação de novos parques e jardins, para a construção do pavilhão de exposição, para a doação de áreas para o posto de saúde, para a sede do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), para fundo rotativo agropecuário, para o Conselho Municipal de Esportes (CME) e para a retificação e pavimentação da Rua Antonio Kaesemodel.

Entretanto a Câmara também cobrou obras e ações do Governo do Estado, como: a estadualização do colégio marista, a construção do grupo escolar Celso Ramos Filho – em Oxford – as construções de escolas no interior, a construção do ginásio de esportes, e a instalação da rede elétrica pelo interior; entre outras cobranças.

A Câmara também apoiou iniciativas do executivo para a obtenção de recursos federais. Entre elas: a disponibilização de ambulância – pelo Ministério da Saúde – a construção de casas populares, a implantação da primeira etapa do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae), a ampliação da sede dos Correios, entre outras.

A Câmara, a partir de fevereiro de 1968, alugou salas no edifício Sonia, transferindo as reuniões para aquele local (na esquina da Avenida Argolo, com a Rua Manoel Tavares). Assim, deixou o antigo edifício para uso exclusivo da prefeitura.

A Câmara também autorizou convênio para a construção da ponte sobre o rio Negro, ligando a localidade de Fundão à Campina dos Maias, município de Piên, no Paraná.

A administração municipal teve reconhecimento local, regional e mesmo estadual. Becker foi também convidado a ser suplente de senador na chapa de Antonio Carlos Konder Reis.

O ato institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969, fixou as eleições para prefeitos e vereadores para o dia 30 de novembro de 1969, com a posse marcada para o dia 31 de janeiro do ano seguinte.

Embora tivesse alcançado amplo reconhecimento, Becker não conseguiu unir o partido do governo, a Arena, em São Bento do Sul. Foram lançadas, então, duas chapas:

a Chapa I, composta por Ernesto Jorge Diener, para prefeito (ex-PSD) e Alcione Gomes de Oliveira, para vice-prefeito; e a Chapa II, composta por Ornith Bollmann, para prefeito (ex-UDN), e Octavio Maia, para vice-prefeito.

Pela primeira vez foi criado o cargo de vice-prefeito, eleito juntamente com o prefeito, e sucessor nos casos de vacância. De acordo com a legislação anterior, na ausência do prefeito, o presidente da Câmara assumiria a função no executivo, pois não havia a figura do vice-prefeito.

### **Câmara eleita para o período de 1970 a 1972**

Para o período de 1970-1972, foram eleitos: Leonardo Roesler, Harald Bruno Endler, Milton Engel, Carlos Weiss Sobrinho, Arnaldo Harold Harms, Francisco Paulo Kaesemodel e Victor Keil. Como suplentes foram eleitos: Odenir Osni Weiss, Alexandre Pfeiffer, Ludgerus Weihermann, Arthur Carlos Pfutzenreuter, Pedro Hubner e Egon Otto Zulauf.

Os vereadores tomaram posse no dia 31 de janeiro de 1970, às 15h30, no edifício Sonia. Em seguida, empossaram o prefeito eleito, Ornith Bollmann, e o vice-prefeito, Octavio Maia, conforme determinava o ato institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969.



Câmara Municipal de  
São Bento do Sul (1970-1972).

### **1ª Mesa Diretora: 1970**

A composição da Mesa Diretora, anteriormente denominada “chapa da pacificação”, foi eleita no dia 03 de fevereiro de 1970. Foi formada pelos vereadores: Leonardo Roesler, presidente; Harald Bruno Endler, vice-presidente; Milton Engel, 1º secretário; e Carlos Weiss Sobrinho, 2º secretário.



Presidente Leonardo Roesler  
(fevereiro de 1970 a fevereiro de  
1972).

Os políticos do período eram, em sua maioria, filiados ao partido do governo, a Arena, que dava apoio a ditadura. Predominavam os comerciantes, os industriais e os altos funcionários das indústrias.

## **2ª Mesa Diretora: 1971**

A Mesa Diretora de 1970 foi reeleita para o ano de 1971.

Contudo, a lei nº 5.786, de 14 de junho de 1972, reduziu o prazo para o registro de chapas e fixou novas normas para a escolha de candidatos às eleições de 15 de

novembro de 1972. Assim, o mandato do prefeito Ornith Bollmann foi encurtado por conta da legislação eleitoral.

No dia 28 de fevereiro, o vereador Harald Bruno Endler protocolou um pedido solicitando a construção de uma escola no bairro 25 de Julho.

Em março de 1970, os vereadores aprovaram o calçamento para a Rua Benjamim Constant, o aumento do número de táxis na cidade, e o regulamento dos serviços de carga e descarga no Centro.

Em junho, a Câmara solicitou dotação orçamentária para a ampliação do prédio da prefeitura, pois os vereadores alegavam que as instalações do legislativo deveriam retornar aquele edifício.

Ainda naquele período, a Câmara e a prefeitura, junto a outras lideranças, mobilizaram-se e garantiram as condições necessárias para continuidade do ginásio São José, ameaçado de fechar.

Em outubro de 1970, foi instalado o Conselho Municipal de Turismo, vinculado ao Departamento Estadual de Turismo. Neste conselho, o representante da Câmara foi o vereador Milton Engel.

Em 11 de novembro, estiveram em São Bento do Sul: o governador, Ivo Silveira; o governador indicado, Colombo Machado Salles; e o ministro da Saúde, Francisco de Paula Rocha Lago. Essas autoridades, juntamente com o prefeito Ornith Bollmann, inauguraram o Samae.

Em 15 de novembro de 1970, o ex-prefeito, Otair Becker, foi eleito suplente do senador Konder Reis.

Em março de 1971, a Câmara autorizou o prefeito a doar uma área de 12.000m<sup>2</sup> para a construção do centro social do Serviço Social da Indústria (SESI).

Em 13 de julho de 1971, a Câmara aprovou verbas para os sindicatos do mobiliário, fiação e tecelagem.

Entretanto, outro importante acontecimento marcou aquele período: a concessão de títulos honoríficos. Por meio das resoluções nº 09/1971 e nº 08/1971, respectivamente, a Câmara concedeu, em 23 de julho de 1971, o título de cidadão são-bentense ao padre Fidelis Tomelin, e também ao jornalista Alfredo Blake Sant'Anna. Por meio da resolução nº 07/1971, concedeu o título de cidadão benemérito a Osni de Vasconcellos. Por fim, pela resolução nº 10/1971, concedeu o título de cidadão são-bentense ao empresário José Weihermann.

Em setembro de 1971, Bollmann inaugurou o Museu Municipal e a Biblioteca Pública Luiz de Vasconcellos; em dezembro de 1971, São Bento do Sul foi classificada em 10º lugar na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) em Santa Catarina.

### 3ª Mesa Diretora: 1972

Na eleição para a nova Mesa Diretora, em 01 de fevereiro de 1972, foram eleitos: Harald Bruno Endler, presidente; Carlos Weiss Sobrinho, vice-presidente; Leonardo Roesler, 1º secretário; e Arnaldo Harold Harms, 2º secretário.



Presidente Harald Bruno Endler:  
(fevereiro de 1972 a janeiro de 1973)

Nessa época, os vereadores de municípios com menos de 100 mil habitantes mobilizaram-se e encaminharam ao Ministério da Justiça uma solicitação com o objetivo em receber, a partir de então, remunerações condizentes com o cargo. Em reunião da Câmara, no dia 10 de outubro de 1972, o deputado federal Wilmar Dallanhol

discutiu, então, a sua proposta de remuneração aos vereadores.

Na festa cívica, celebrada no dia 29 de março de 1972, foram inaugurados: o calçamento da Rua Marechal Deodoro; a ponte sobre o rio São Bento, em Oxford; o calçamento da Rua Paulo Schlemm Sobrinho, também em Oxford; e o edifício do INPS, no Centro.

A Câmara aprovou o convênio com a Fundação Universitária do Norte Catarinense (Funorte) – atual Universidade do Contestado (UnC) – autorizando a prefeitura a contribuir com 3% da receita. Contudo, a Câmara conseguiu reduzir mais tarde este valor para 2%. O jornal Tribuna da Serra (Ano X, nº 432, de 22 de abril de 1972), lançou, então, uma campanha: “Estamos unidos por uma faculdade para São Bento”.

A Câmara, em agosto de 1972, aprovou uma resolução aumentando o número de vereadores para a próxima legislatura: dos, então, sete, para nove vereadores, tendo em vista o aumento populacional.

Ainda naquele período, em uma reunião que contou com a presença do governador de Santa Catarina, Colombo Salles, em São Bento do Sul, a Câmara entregou um memorial solicitando: a pavimentação da Rua 25 de Julho, até Serra Alta; a pavimentação da rodovia entre Campo Alegre e Pirabeiraba; a pavimentação do trecho entre São Bento do Sul, Corupá, e Jaraguá do Sul; a eletrificação rural no interior do município; a ampliação da rede telefônica; o

auxílio financeiro para o centenário de São Bento do Sul e também para os Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC); a construção de um edifício para a delegacia e a cadeia; e recursos para ampliação da rede de ensino.

Em outubro de 1972, o Exército solicitou e a Câmara autorizou a doação de uma área de 5.000 m<sup>2</sup> para a construção do tiro de guerra.

Ainda em outubro de 1972, São Bento do Sul foi classificada em 10º lugar na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) em Santa Catarina.

Em novembro de 1972, o vice-presidente da República, Augusto Radmacker, visitou São Bento do Sul. No encontro, a Câmara entregou o pedido de asfaltamento do trecho da BR-116, a Agudos do Sul, e também solicitou: o asfaltamento do trecho entre São Bento do Sul e Joinville; o asfaltamento do trecho entre São Bento do Sul, Jaraguá do Sul e Blumenau; a instalação de cabine de Telex – um sistema internacional de comunicação escrita –; e verbas para a realização da Exibe-100 – a exposição industrial nas comemorações do centenário do município.

A gestão do prefeito Ornith Bollmann foi direcionada, em grande parte, para a festa do centenário do município. Nela, foram realizadas ações como: o nivelamento do campo da Sociedade Guarani, em Oxford; e o nivelamento dos campos da Sociedade Bandeirantes e da Sociedade Ginástica. Bollmann ainda entregou o município com números significativos: São Bento do Sul

possuía, então, a 3ª maior renda per capita de Santa Catarina, e era o 10º município na listagem dos maiores contribuintes do ICM; possuía 18.000 habitantes; e impressionantes 140 indústrias. Por fim, finalizou a administração municipal com o seu partido, a Arena, unida.

Pouco antes, o candidato único a prefeito para a próxima gestão, Osvaldo Zipperer, foi convidado a expor, na Câmara, as suas metas sobre o centenário, o plano diretor e os JASC.

### **Câmara eleita para o período de 1973 a 1976**

Conforme a ata de reunião e posse dos vereadores, do dia 31 de janeiro de 1973, na sala de reuniões da Câmara, no edifício Sonia, às 14 horas, tomaram posse os nove vereadores: Horst Maul, Wilfredo Weihermann, Leonides Vivaldo Jürgensen, Alexandre Alfredo Garcia, José Rodrigues da Luz, Wigando Alexandre Rueckl, Hermes Neumann, Francisco Paulo Kaesemodel e Harald Bruno Endler.



Câmara Municipal de  
São Bento do Sul (1973-1976).

Os políticos pertenciam ao partido do governo, a Arena, e eram comerciantes, industriais, funcionários públicos e funcionários de indústrias.

### **1ª Mesa Diretora: 1973 a 1974**

A Mesa Diretora do período 1973-1974 foi composta pelos vereadores: Horst Maul, presidente; Wilfredo A. Weihermann, vice-presidente; Leonides Vivaldo Jürgensen, 1º secretário; e Alexandre Alfredo Garcia, 2º secretário.

Os vereadores então anunciaram o prefeito eleito para o período 1973-1976: Osvaldo Zipperer; e o vice-prefeito, Arnaldo Harold Harms, que foram empossados na mesma reunião.



Presidente Horst Maul (fevereiro de 1973 a fevereiro de 1975).

Zipperer teve pela frente um grande desafio: preparar a festa do centenário a altura da expectativa do seu povo. Para isso, deu total apoio a Sociedade Amigos de São Bento (SASB), envolvendo na mesma causa todas as entidades locais. Mobilizou a imprensa local, regional e nacional, divulgando o evento pela televisão, em rede nacional.

A mobilização contagiou os empresários locais e os políticos estaduais, principalmente o governador Colombo

Salles. A comunidade também se envolveu, pintando as casas e reformando os jardins.

Para marcar o centenário, foi construído um monumento na praça próxima ao hospital, com dez degraus, cada um deles representando uma década de progresso.

Em 23 de setembro de 1973, o Brasil percebeu que, em São Bento do Sul, havia “um milagre feito de trabalho”. O sucesso das festividades foi enorme, principalmente a Exibe-100 e a feira agropecuária, compensando todo o esforço do executivo e do legislativo. As festividades e os eventos do centenário contribuíram para projetar o nome de São Bento do Sul para o Brasil.

Outro evento de grande importância, realizado em São Bento do Sul, foram os JASC. E, mais uma vez, a cidade demonstrou competência na organização.

Após os jogos, iniciou o levantamento de dados para a elaboração de outro grande projeto de governo: o Município Escola de São Bento do Sul. A Câmara foi convocada para fazer o estudo e a aprovação das novas leis que acompanhavam o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

O apoio da Câmara foi necessário para que o prefeito, Osvaldo Zipperer, realizasse obras importantes como: a construção da Escola Básica Municipal (EBM) Professora Adélia Lutz, no bairro Cruzeiro; a construção da EBM Coronel Osni Vasconcellos, na Vila Progresso; e a

criação da Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa (Fetep).

Na área da saúde e bem-estar social, Zipperer conseguiu um ônibus equipado para o atendimento médico e odontológico da população rural, e a construção dos centros comunitários na Vila Centenário e na Vila 1º de Maio.

Zipperer também providenciou a abertura, o alargamento e a pavimentação de várias vias públicas, com destaque para o calçamento da Rua Augusto Wunderwald, do acesso à Vila 1º de Maio, e do acesso ao núcleo da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab), em Serra Alta. Contribuiu também com a construção do novo prédio da delegacia de polícia e com a incorporação da escola de música ao Departamento de Educação e Cultura da prefeitura.

Entretanto, o projeto de maior impacto interno, desenvolvido por Zipperer, foi a lei que reorganizou a estrutura administrativa da prefeitura, criando e redefinindo cargos e salários.

## **2ª Mesa Diretora: 1975 a 1976**

Em 04 de fevereiro de 1975, na sala de reuniões da Câmara, foi realizada a eleição da Mesa Diretora para o biênio 1975-1976. Foram eleitos: Hermes Neumann,

presidente; Leonides Vivaldo Jürgensen, vice-presidente; Alexandre Alfredo Garcia, 1º secretário; e Harald Bruno Endler, 2º secretário.



Presidente Hermes Neumann  
(fevereiro de 1975 a fevereiro de  
1977).

Em 03 de fevereiro de 1976, o vereador Francisco Paulo Kaesemodel assumiu a Junta Comercial de Santa Catarina (Jucesc). Em seu lugar foi convocado o suplente, Ovande Nilor Olsen.

Por meio da resolução nº 02, de 05 de março de 1975, a Câmara concedeu o título de cidadão são-bentense à Otair Becker. Na mesma sessão, concedeu o título de cidadão são-bentense à Hoyêdo de Gouvêa Lins –

advogado, contista, cronista, poeta, e anos mais tarde, titular na Academia Catarinense de Letras.

A Câmara também proporcionou condições para a construção dos ginásios de esportes das escolas estaduais Orestes Guimarães e São Bento; e para a aquisição de terrenos para a construção das escolas Osmarina Baptista Betkowski, Carlos Zipperer Sobrinho e João Ropelato.

O período de governo de Osvaldo Zipperer foi beneficiado pelo crescimento da indústria moveleira, principalmente depois do centenário do município.

### **Câmara eleita para o período de 1977 a 1982**

No dia 01 de fevereiro de 1977, no edifício Sonia, reuniram-se os vereadores eleitos: Alberto Kobs, Ewaldo Linzmeyer, Hilário Rank, Nancy Pedro Machado Pereira, Pedro Bayerl, Afonso Pscheidt, Werner Grossl, Alexandre Jelinsky, Lourival Natal da Silva, Eduardo Liebl e Ambrosio Chapiewsky.

Esta legislatura iniciou no edifício Sonia. Contudo, posteriormente, em 1979, a sede da Câmara retornou ao antigo edifício da prefeitura, na Praça Getúlio Vargas.



Câmara Municipal de  
São Bento do Sul (1977-1982).

Os políticos dominantes não eram mais do partido do governo, a Arena, pois o MDB conseguiu eleger quatro vereadores. Os políticos eleitos eram: industriais, comerciantes, funcionários públicos, da indústria, entre outros. Com o aumento do número de eleitores no município, o número de vereadores foi também ampliado: de nove para 11.

### **1ª Mesa Diretora: 1977 a 1978**

A Mesa Diretora que assumiu no dia 01 de fevereiro de 1977 era composta por: Alberto Kobs, presidente;

Ewaldo Linzmeyer, vice-presidente; Hilário Rank, 1º secretário; e Nancy Pedro Machado Pereira, 2º secretário. Os vereadores eleitos, conforme determinava o art. 11, da lei complementar estadual nº 05, de 25 de novembro de 1975, então deram posse ao prefeito, Odenir Osni Weiss, e ao vice-prefeito, Mieceslau Kaszubowski.



Presidente Alberto Kobs (fevereiro de 1977 a fevereiro de 1979).

Contudo, na primeira semana em que o prefeito eleito assumiu, um violento temporal se abateu sobre o município, causando destruição de estradas e pontes, quedas de barreira, e o rompimento da rede de abastecimento de água. Ficaram isoladas as localidades de Rio Natal, Ano Bom e Estrada dos Bugres. Foi necessário, então, organizar às pressas a defesa civil para fazer o

levantamento dos prejuízos e buscar os recursos para a reconstrução. A Câmara foi solidária, auxiliou o prefeito, e aprovou os projetos emergenciais necessários.

Nessa época, a prefeitura foi transferida para o edifício onde anteriormente ficava a sede do Banco do Brasil, na Rua Nereu Ramos. Assim, a Câmara voltou a funcionar no antigo prédio da prefeitura.

Os registros de inaugurações, obras e outros atos administrativos municipais de relevância também intensificaram-se nas administrações de Osvaldo Zipperer e Odenir Weiss. Por meio da assessoria de imprensa da prefeitura, comandada então por Renato Piccinini – jornalista, empresário e ex-locutor da Rádio Rio Negrinho – importantes acontecimentos municipais receberam maior atenção. Piccinini registrou grande parte dos acontecimentos políticos da época. Muitas fotografias deste período também são de sua autoria. Foi também candidato a vereador em Rio Negrinho, e a ele, são atribuídas inovações no formato das propagandas eleitorais na região.

Weiss, com o apoio da Câmara, também investiu nas instituições de ensino em São Bento do Sul. No início de 1978, houve a ampliação da escola Frederico Fendrich, em Serra Alta, e a construção das escolas dos conjuntos habitacionais Serra Alta, Vila 1º de Maio e Centenário. A Câmara também aprovou o pedido de instalação da faculdade de Administração, em São Bento do Sul.

No dia 23 de agosto de 1978, a Câmara concedeu o título de cidadão são-bentense a Douglas de Macedo Mesquita.

## **2ª Mesa Diretora: 1979 a 1980**



Presidente Werner Grossl (fevereiro de 1979 a fevereiro de 1981)

No dia 01 de fevereiro de 1979, foi eleita nova Mesa Diretora: Werner Grossl, presidente; Hilário Rank, vice-presidente; Nancy Pedro Machado Pereira, 1º secretário; e Alberto Kobs, 2º secretário.

A Câmara, em 12 de fevereiro de 1979, enviou um ofício cumprimentando o vice-prefeito, Mieceslau

Kazubowsky, por ter assumido o cargo de prefeito durante as férias do titular, Odenir Weiss.

A reconstrução do interior do município levou a prefeitura a protelar as obras no Centro e em áreas onde a destruição não foi tão grande. A Câmara recebeu críticas de que as obras de calçamento estavam em ritmo lento. Contudo, na Câmara, ficou demonstrado que Odenir Weiss, em dois anos, calçou quantidade significativa de ruas.

Em reunião, no dia 19 de fevereiro de 1979, a Câmara também aprovou a compra de cinco caminhões novos.

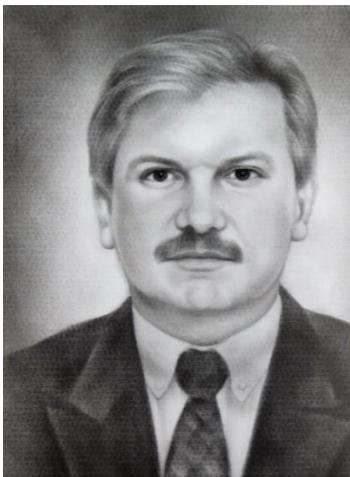
No dia 08 de março de 1979, Donald Ritzmann recebeu o título de cidadão são-bentense. Ritzmann foi fundador e diretor por 36 anos da escola de música de São Bento do Sul – hoje, a Escola de Música Donald Ritzmann. No dia 18 de junho de 1979, a Câmara concedeu o título de cidadão são-bentense a Alfredo Frederico Klimmek, filho de Augusto Klimmek, e um dos fundadores da Klimmek & Cia – hoje, a Condor S/A. Por meio das resoluções nº 02, de 30 de junho de 1980, e nº 03, da mesma data, a Câmara concedeu, respectivamente, os títulos de cidadão são-bentense à: Jorge Konder Bornhausen, advogado e político; e à Espiridião Amin Helou Filho, administrador, político, e ex-governador de Santa Catarina. No dia 26 de novembro de 1979, a Câmara concedeu o título de cidadão são-bentense a Oswaldo Roberto Colin, joinvilense, e ex-presidente do Banco do Brasil.

Em 26 de novembro daquele ano, o assunto mais comentado foi a extinção dos partidos políticos, a Arena e o MDB, bem como a nova forma de organização partidária. Os mandatos de prefeito, vice-prefeito e vereador foram prorrogados por mais dois anos. Então, os agentes políticos eleitos no pleito anterior permaneceram nas funções públicas por seis anos, no total. O objetivo era coincidir as eleições em todo o Brasil para a maioria dos cargos, no ano de 1982.

Em São Bento do Sul, os dois principais partidos continuaram sendo: o PDS, que apoiava o governo; e a oposição, feita pelo PMDB.

### **3ª Mesa Diretora: 1981 a 1982**

A Mesa Diretora, para 1981, foi formada por: Hilário Rank, presidente; Ambrosio Chapiewsky, vice-presidente; Werner Grossl, 1º secretário; e Nancy Pedro Machado Pereira, 2º secretário.



Presidente Hilário Rank (fevereiro de 1981 a fevereiro de 1983).

Em 23 de fevereiro de 1981, a Câmara foi surpreendida com a notícia de que o deputado Genésio Tureck havia saído do PDS e ingressado no PMDB.

Em 24 de março de 1981, foi definida a área para a construção da escola “professor Roberto Grant”.

No dia 27 de maio de 1982, a Câmara convidou os jovens de São Bento do Sul a comparecerem na Sociedade Desportiva Bandeirantes, no dia 04 de junho, para prestigiarem a assinatura do convênio com a Fetep para implantação da faculdade de Administração, em São Bento do Sul. O evento contou com a presença do professor Lauro Zimmer, e do deputado federal Esperidião Amin.

Em 28 de agosto, a Câmara e toda a população foram também convidadas a participar da inauguração do autódromo municipal.

Nesta legislatura, os vereadores foram parceiros do prefeito em inúmeros projetos. Entre eles: a aquisição de maquinários e tubos; a abertura de ruas; a construção do edifício da Fetep; a construção do edifício da escola de música; o calçamento e a pavimentação de ruas; a construção de escolas e quadras esportivas; e também o atendimento de creches e pré-escolas.

Aplicando recursos municipais, do Governo do Estado e do Governo Federal, o prefeito Odenir Weiss conseguiu dobrar o número de salas de aula existentes no em São Bento do Sul.

Contudo, o crescimento econômico vertiginoso da década de 1970 foi reduzido na década seguinte. Conforme Mafra (1973, p. 68): “o propalado milagre no início da década de 70 fez aflorar o idealismo do imigrante. Os empresários investiram tudo o que puderam e ganharam muito dinheiro, tendo seus esforços recompensados”. Passada a euforia, iniciou a crise no final da década de 1970 e início de 1980, fechando dezenas de empresas moveleiras. A crise atingiu também a prefeitura, e o desemprego atingiu níveis alarmantes, fazendo com que a Câmara agisse com mais cautela.

A lei federal nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982, fixou as normas para a realização das eleições gerais no mesmo

ano: para governador, vice-governador, senador, deputados federais e estaduais, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. O prefeito Odenir Osni Weiss foi eleito em 1976 para um mandato de quatro anos; com a reforma eleitoral, o seu mandato foi prorrogado para seis anos. Ou seja, foi concluído apenas em fevereiro de 1983.

A Câmara, por meio da resolução nº 01, de 13 de maio de 1982, concedeu o título de cidadão são-bentense a Dulfe Krautz Carneiro. Pela resolução nº 02, de 20 de setembro de 1982, recebeu o título de cidadão são-bentense Henrique Helion Velho de Córdova, ex-deputado federal por Santa Catarina e ex-governador do estado.

### **Câmara eleita para o período de 1983 a 1988**

No dia 01 de fevereiro de 1983, às 10 horas, os vereadores eleitos tomaram posse, votaram e elegeram a Mesa Diretora. Em seguida, deram posse ao prefeito, Genésio Tureck, e ao vice-prefeito, Afonso Pscheidt. Os 13 vereadores eleitos foram: Braulio José Pscheidt, Ewaldo Mallon, Rolf Gschwendner, Claudio Luiz Pollum, Arno Otto Roesler, Leonardo Afonso Grosskopf, Eraldo Eduardo Ziemann, Orlando Rueckl, Hilário Rank, Deodato Raul Hruschka, Mario Neneve, Leonides Vivaldo Jürgensen e Livito Pykocz.



Câmara Municipal de  
São Bento do Sul (1983-1988).

Tendo em vista que Tureck integrava o PMDB, influenciou também na eleição dos novos vereadores. Sete dos vereadores eleitos garantiram a maioria para o prefeito na Câmara. Os políticos predominantes eram: industriais, comerciantes e funcionários das indústrias. Para o período 1983-1988, tendo em vista o crescimento populacional de São Bento do Sul, foram eleitos 13 vereadores.

### **1ª Mesa Diretora: 1983 a 1984**

A Mesa Diretora que tomou posse no dia 01 de fevereiro de 1983 era formada por: Braulio José Pscheidt, presidente; Ewaldo Mallon, vice-presidente; Rolf

Gschwendner, 1º secretário; e Cláudio Luiz Pollum, 2º secretário.



Presidente Bráulio José Pscheidt:  
(fevereiro de 1983 a janeiro de 1985).

Em 15 de janeiro de 1985, com eleição pelo Colégio Eleitoral, foi eleito Tancredo Neves para presidente da República, encerrando o período ditatorial, iniciado em 1964.

## **2ª Mesa Diretora: 1985 a 1986**

A Mesa Diretora, que tomou posse em 01 de fevereiro de 1985, era formada por: Claudio Luiz Pollum, presidente; Bráulio José Pscheidt, vice-presidente; Hilário

Rank, 1º secretário; e Leonardo Afonso Grosskopf, 2º secretário.



Presidente Claudio Luiz Pollum  
(fevereiro de 1985 a fevereiro de  
1987).

Um grupo de vereadores do PMDB se uniu com os vereadores do PDS e elegeram uma Mesa Diretora eclética, formada por diferentes partidos.

### **3ª Mesa Diretora: 1987 a 1988**

A Mesa Diretora que tomou posse, no dia 02 de fevereiro de 1987, era composta por: Ewaldo Mallon, presidente; Claudio Luiz Pollum, vice-presidente; Livito

Pykocz, 1º secretário; e Eraldo Edmundo Ziemann, 2º secretário.



Presidente Ewaldo Mallon (fevereiro de 1987 a janeiro de 1989).

Apesar da crise econômica que afetou a indústria moveleira e o comércio local, o prefeito buscou recursos externos, através de convênios. Construiu e reformou escolas, ampliou o atendimento dos alunos com a merenda escolar, pavimentou ruas, construiu e reformou pontes, adquiriu e reformou a frota de caminhões e máquinas da Secretaria de Estradas de Rodagem e da Secretaria de Obras. Adquiriu terrenos para instalação de escolas, creches e posto de saúde.

Tragicamente, no retorno de uma viagem a Florianópolis, onde entregou uma lista de pedidos aos

órgãos do Governo do Estado, o prefeito de São Bento do Sul, Dr. Genésio Tureck, sofreu um acidente fatal. Com a morte de Tureck, o mandato foi concluído pelo vice-prefeito, Afonso Pscheidt, que tomou posse no dia 05 de maio de 1988, perante a Câmara, fazendo o juramento de praxe. O ato de posse foi realizado de acordo com o art. 7º, § 2º, e com o art. 75, III, da lei complementar estadual nº 05, de 26 de novembro de 1975, vigente naquela época.

Segundo Kormann (2006, p. 187),

(...) o prefeito Genésio Tureck recebeu '*in memoriam*' o título de 15º melhor prefeito do Brasil e o troféu Libertador, especialmente por sua atuação nos campos da educação, saúde e habitação.

Os problemas sociais em São Bento do Sul se agravaram. A cada dia mais pessoas vindas de regiões pobres do Sul do Paraná e do planalto de Santa Catarina mudavam para São Bento do Sul, onde já tinham parentes morando. A prefeitura adquiriu, então, áreas para a construção de residências para essas pessoas. Também ampliou o atendimento em creches, liberando as mães para o trabalho.

Passado o turbulento período da ditadura, o Brasil passaria novamente por mudanças, com a promulgação da Constituição de 1988.

## A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS CÂMARAS MUNICIPAIS

A Constituição de 1988 foi denominada pelos parlamentares constituintes como “a Constituição cidadã”, em virtude da abrangência dos direitos e garantias que estabeleceu.

A organização dos municípios e a ação das câmaras municipais ficaram bem definidas. No capítulo IV, a Constituição de 1988 tratou dos municípios. Ficou criado, então, o denominado poder legislativo municipal; incumbido com o dever de legislar e também fiscalizar, mediante controle externo, os atos municipais, conforme o art. 31. Entretanto, com o passar dos anos estes artigos sofreram várias alterações.

Estabeleceu a redação original da Constituição de 1988, em seu art. 29:

**Art. 29.** O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos,

mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV - número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

V - remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

VII - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembléia Legislativa;

VIII - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

IX - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;

X - cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XI - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

XII - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único.

O art. 30 estabeleceu a competência dos municípios:

**Art. 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

O art. 31, que até o momento não recebeu alterações, estabeleceu as diretrizes gerais da ação fiscalizadora municipal:

**Art. 31.** A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É vedada a criação de tribunais, Conselhos ou órgãos de contas municipais.

## **Câmara eleita para o período de 1989 a 1992**

Conforme a ata de reunião e posse da Mesa Diretora, no dia 01 de janeiro de 1989, para o quadriênio de 1989-1992, foram eleitos 13 vereadores: Magno Bollmann, Ervino Rank, Silvio Dreveck, Estanislau Cieslinsky, Arno Otto Roesler, Gelasio Luiz Tureck, Luiz Sergio Dias, Rafael Maria Kitzberger, Landivo Stoeberl, Edimar Geraldo Salomon (Edi), Emilio Malinowsky, Adolar Neumann e Pedro Bayer.



Câmara Municipal de  
São Bento do Sul (1989-1992).

## **1ª Mesa Diretora: 1989 a 1990**



Presidente Magno Bolmann  
(fevereiro de 1989 a fevereiro de  
1991).

A Mesa Diretora para o período 1989-1990 era constituída por: Magno Bollmann, presidente; Ervino Rank, vice-presidente; Silvio Dreveck, 1º secretário; e Estanislau Cieslinski, 2º secretário.

## **A Constituinte e a Lei Orgânica Municipal**

As leis municipais, em especial as leis orgânicas, de modo geral, possuem a sua história intimamente vinculada aos códigos de posturas. Os códigos de posturas reuniam normas estabelecidas de acordo com os padrões éticos e

culturais de cada cidade. Estes códigos eram a principal fonte do direito municipal durante a fundação de São Bento do Sul.

Quando foi fundado, em 1884, São Bento não desenvolveu imediatamente um Código de Posturas próprio; autorizado pela presidência da Província, utilizou durante um determinado período o Código de Posturas de Joinville. Posteriormente, no dia 16 de outubro de 1888, foi finalmente aprovado o primeiro Código de Posturas de São Bento.

Com o passar do tempo e com as mudanças político-administrativas que ocorreram, o Código de Posturas de São Bento sofreu várias alterações, mas continuou vigente.

Contudo, com o surgimento de novas normas municipais, e com as mudanças políticas-administrativas no cenário nacional, a importância e a abrangência dos códigos de posturas foram reduzidas.

Com a Proclamação da República, as antigas províncias passaram a estados federados, cada qual com a sua própria Constituição Estadual. A Constituição do Estado de Santa Catarina foi promulgada, então, no dia 26 de janeiro de 1895. Em seu art. 3º, nas disposições transitórias, determinou que o Congresso Representativo – o poder legislativo estadual – decretasse a Lei Orgânica dos Municípios que ainda não a houvessem estabelecido. Entendia-se por Lei Orgânica Municipal, a lei responsável pela organização político-administrativa local, estabelecida

de acordo com as normas das Constituições estadual e federal.

Outro fato importante é que, nesse período, a Constituição de Santa Catarina já havia estabelecido a separação municipal dos poderes: o art. 69, estabeleceu que o poder legislativo seria exercido pelos conselhos municipais; e o art. 72, que o poder executivo municipal seria exercido por um superintendente.

Entretanto, com o surgimento das leis orgânicas, bem como de outras normas, que a partir de então regularam o funcionamento de áreas específicas dos municípios, os códigos de posturas perderam parte de sua importância.

A primeira lei orgânica dos municípios de Santa Catarina surgiu por meio da lei nº 22, de 14 de novembro de 1947. Permaneceu vigente até a sua revogação, por meio da lei estadual nº 1.084, de 17 de setembro de 1970; esta última foi revogada pela lei complementar estadual nº 05, de 26 de novembro de 1975.

Durante este período, a organização político-administrativa de São Bento do Sul foi definida de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios, promulgada pelo poder legislativo estadual. Já o Código de Posturas permaneceu vigente, embora com menor importância.

Outro fato importante, relacionado a este período, é que, no dia 30 de dezembro de 1976, Hermes Neumann promulgou o ato que organizou o regimento interno da Câmara.

A lei complementar estadual nº 05/1975 permaneceu vigente até a promulgação da Constituição de 1988, quando cada município passou a promulgar a sua própria lei orgânica municipal, de forma autônoma, nos termos do art. 29, da mesma carta.

Com a promulgação da Constituição de 1988, São Bento do Sul, então regida pela lei complementar nº 05/1975, imposta pelo estado, desenvolveu a Lei Orgânica Municipal de 1990, vigente até os dias de hoje.

Instalada em 24 de outubro de 1989, a Constituinte Municipal de São Bento do Sul, aprovada por dois terços da Câmara, foi composta pelos vereadores: Silvio Dreveck, presidente; Edimar Geraldo Salomon (Edi), vice-presidente; Luiz Sérgio Dias, 1º secretário; Adolar Neumann, 2º secretário; e Arno Otto Roesler, relator geral.

Além da pauta legislativa, os vereadores permaneciam por mais tempo na Câmara para desenvolver a redação – ocasião na qual cada artigo era exaustivamente discutido. Após meses de trabalho, o anteprojeto da Lei Orgânica de São Bento do Sul (LOM) foi concluído.

Em tempo muito curto – apenas seis meses – foi finalmente promulgada, no dia 05 de abril de 1990, a Lei Orgânica de São Bento do Sul.

A redação da Lei Orgânica Municipal foi dividida em títulos: I – dos princípios fundamentais; II – da organização dos poderes; III – da organização do município; IV – da tributação, das finanças e dos orçamentos; V – da ordem

econômica; VI – da ordem social; VII – das disposições finais e transitórias. Os títulos por sua vez, foram divididos em capítulos, que abrangem toda a organização político-administrativa municipal, respeitadas as Constituições estadual e federal.

### **O Regimento Interno**

Conforme estabeleceu a recém-promulgada Lei Orgânica de São Bento do Sul, em seu art. 180, passados 15 dias da promulgação a Mesa Diretora da Câmara instalou a comissão especial que, em 90 dias, apresentou o anteprojeto do Regimento Interno da casa.

Por meio do decreto legislativo nº 10, de 20 de abril de 1990, o presidente da Câmara designou os vereadores Landivo Stoeberl, Ervino Rank, Edimar Geraldo Salomon (Edi), Arno Otto Roesler, e Luiz Sergio Dias, para compor a comissão especial para a elaboração do Regimento Interno.

A Comissão elaborou o anteprojeto, seguindo o disposto no art. 16, da Lei Orgânica Municipal. Esse artigo previa que a Câmara deveria elaborar o regimento no prazo de 180 dias para regulamentar os atos de posse, da eleição da mesa, suas atribuições e demais formalidades, bem como todo o processo legislativo.

Novamente, num esforço muito grande da comissão especial, bem como dos demais vereadores, por meio da

resolução nº 16, de 14 de dezembro de 1990, o presidente da Câmara, Magno Bollmann, promulgou o regimento interno. Esse regimento foi utilizado pela Câmara até o dia 16 de dezembro de 2010, quando, então, entrou em vigor o regimento revisado e atualizado, vigente até os dias de hoje.

O prefeito eleito para o período seguinte – 1993-1996 – foi Lourenço Schreiner, tendo como vice-prefeita, Maria da Conceição Tureck – a primeira mulher a ocupar um cargo eletivo em São Bento do Sul. Schreiner teve que contar, no início de sua gestão, com o apoio de uma Câmara dividida em legislativa e constituinte. Contador por formação, Schreiner foi secretário de Finanças na gestão do prefeito Dr. Genésio Tureck.

## **2ª Mesa Diretora: 1991 a 1992**

A eleição para a Mesa Diretora da Câmara foi muito concorrida. Para ela, foram formadas quatro chapas. Venceu a chapa nº 02, formada por: Ervino Rank, presidente; Edimar Geraldo Salomon (Edi), vice-presidente; Luiz Sergio Dias, 1º secretário; e Magno Bollmann, 2º secretário.



Presidente Ervino Rank (fevereiro de 1991 a fevereiro de 1993)

Os membros da Mesa Diretora tomaram posse no dia 26 de dezembro de 1990, para o período de 1991-1992.

Na reunião do dia 23 de abril de 1992, o presidente, Ervino Rank, licenciou-se para tratar de problemas de saúde. A presidência, então, foi ocupada pelo vice-presidente, Edimar Geraldo Salomon (Edi), por um período de 30 dias.

A Câmara, desde o início, estava ciente da crise que assolava o país e, em particular, o setor moveleiro da região. Por isso, em vista da elaboração da Lei Orgânica Municipal, não criou grandes dificuldades para que o prefeito, Lourenço Schreiner, realizasse as obras de infraestrutura necessárias para o município, que não

parava de receber imigrantes do Paraná e do norte de Santa Catarina.

A prefeitura abriu novas ruas, outras foram pavimentadas, aplicou investimentos na área da saúde, educação, construção e de casas populares. Porém, a maior obra não ficou visível: a galeria de águas pluviais; principalmente nos trechos da Rua Barão do Rio Branco e da Rua Jorge Lacerda. Esta obra solucionou um dos maiores problemas do Centro da cidade: o alagamento das ruas, que trazia prejuízos ao comércio e ao trânsito.

### **Câmara eleita para o período de 1993 a 1996**

A posse e a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal foi realizada no dia 01 de janeiro de 1993. Para o quadriênio de 1993-1996 foram eleitos 13 vereadores: Wilson João Bento, Senildo Linzmeyer, Nelson Bogo, Lourival Maia de Lima, Adolar Neumann, Arnaldo Harold Harms, Clélia Maria Bork Roesler, Ernesto José Rank, Eugenio Voigt, Lucides Rudnick, Magno Bollmann, Márcio Mallon e Silvio Dreveck.

Eram eles: empresários, comerciantes e funcionários de empresas, entre outros.



Câmara Municipal de  
São Bento do Sul (1993-1996).

Pela primeira vez, uma mulher foi eleita para assumir a função de vereador em São Bento do Sul.

### **1ª Mesa Diretora: 1993 a 1994**

A Mesa Diretora entre 1993-1994 foi composta por: Wilson João Bento, presidente; Senildo Linzmeyer, vice-presidente; Nelson Bogo, 1º secretário; e Lourival Maia de Lima, 2º secretário. Em seguida a eleição da mesa, a Câmara deu posse ao prefeito, Frank Bollmann, e ao vice-prefeito, Jaime Fuck.



Presidente Wilson João Bento  
(janeiro de 1993 a dezembro de  
1994).

Na reunião do dia 14 de janeiro de 1993, a Câmara recebeu ofícios do vereador Silvio Dreveck comunicando o licenciamento para ocupar a Secretaria da Saúde; e também do vereador Adolar Neuman, comunicando o licenciamento para ocupar a Secretaria da Agricultura. Foram convocados para assumir os suplentes: Aristeu Kaszubowski e Adelino Liebl. Com o licenciamento do vereador Magno Bollmann, foi convocado, em 03 de maio de 1993, o suplente, Orlando Bona.

## **2ª Mesa Diretora: 1995 a 1996**

A Mesa Diretora para o período 1995-1996 foi composta por: Marcio Mallon, presidente; Nelson Bogo, vice-presidente; Lourival Maia de Lima, 1º secretário; e Eugenio Voigt, 2º secretário.



Presidente Marcio Mallon (janeiro de 1995 a dezembro de 1996).

Em 16 de fevereiro de 1995, o vereador Magno Bollmann voltou a licenciar-se, e, em seu lugar, tomou posse Olímpio Cassimiro Schmidt. Em 08 de abril de 1996, retornou ao legislativo municipal o vereador titular, Silvio Dreveck, substituindo Olímpio C. Schmidt. O 2º secretário, Lourival Maia de Lima, protocolou um pedido de licença e, em seu lugar, assumiu, em 08 de agosto de 1996, o suplente, Edimar

Geraldo Salomon (Edi). Contudo, por já ter assumido outros compromissos, Salomon licenciou-se ao final da mesma sessão. Foi então convocado o suplente, Isaltino Pscheidt, que assumiu no dia 15 de agosto de 1996.

A Câmara, pelo decreto nº 08, de 12 de dezembro de 1996, concedeu o título de cidadão honorário a José Henrique Carneiro de Loyola; joinvilense, ex-diretor-presidente da Fiação São Bento, ex-presidente do Conselho de Administração da Sociesc, e ex-presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Bento do Sul.

A Câmara foi muito prestigiada no governo Bollmann. Três vereadores participaram do executivo como secretários municipais. Contudo, a prefeitura continuou sofrendo com a falta de recursos, em virtude da crise, pois, naquele período, houve significativa redução na arrecadação de impostos para o município.

O prefeito, apoiado pela Câmara, preocupou-se em manter as secretarias atendendo à população, sem deixar faltar recursos para a saúde, educação, obras, bem-estar social, cultura, entre outras áreas. Buscou recursos e parcerias e conseguiu realizar obras importantes para São Bento do Sul, como: o pavilhão de exposições Promosul; o Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente (CAIC – no local onde atualmente funcionam a EBM Dalmir Pedro Cubas, a Pré-Escola Municipal Sossego da Mamãe, e a unidade de saúde ESF-2), no bairro Serra Alta; e a realização dos JASC; entre outras obras e ações.

Ainda na gestão do prefeito Frank Bollmann, foi construído o calçadão, no Centro do município.

### **Câmara eleita para o período de 1997 a 2001**

Para o quadriênio 1997-2001, foram eleitos: Hilário Rank, Aristeu Kaszubowski, Karin Marly Zschoerper, Pedro Woehl, Eraldo Edmundo Ziemann, Braulio Hantschel, Clelia Maria Bork Roesler, Edimar Geraldo Salomon (Edi), Egon Bento Baum, Gelasio Luiz Tureck, Guido Tarcilio Pollum, Pedro Streit, Senildo Linzmeyer, Silvio Ivens Grossl e Wilson João Bento.

A posse e a eleição da Mesa Diretora foi realizada no dia 01 de janeiro de 1997, no Centro Cultural Dr. Genésio Tureck, às 10 horas. Em virtude do aumento no número de eleitores em São Bento do Sul, a quantidade de vereadores também aumentou, de 13 para 15.

Os vereadores eram comerciantes, funcionários de empresas, entre outros. Pela primeira vez duas mulheres foram eleitas vereadoras; e uma foi eleita primeira suplente, assumindo em 20 de janeiro de 1997.

O prefeito eleito para o período foi Silvio Dreveck.



Câmara Municipal de  
São Bento do Sul (1997-2001).

Os vereadores suplentes que assumiram o cargo em algum momento nesta legislatura foram: Edith Jürgensen, Vilson Valandro, Paulino Barbosa Filho, Marcio Mallon e Dimas de Freitas.

### **1ª Mesa Diretora: 1997 a 1998**

A Mesa Diretora eleita para o período 1997-1998 foi composta por: Hilário Rank, presidente; Aristeu Kaszubowski, vice-presidente; Karin Marly Zschoerper, 1ª secretária; e Pedro Woehl, 2º secretário.



Presidente Hilário Rank (janeiro de 1997 a dezembro de 1998).

Em seguida, foi empossado o prefeito, Silvio Dreveck, e o vice-prefeito, Landivo Stoeberl, para o mandato de 01 de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2000.

Pela primeira vez na história de São Bento do Sul uma mulher ocupou um cargo na Mesa Diretora da Câmara Municipal, Karin Marly Zschoerper.

Seguindo o exemplo de seu antecessor, Dreveck também convidou vereadores para ocupar secretarias municipais: Edimar Geraldo Salomon (Edi) ocupou a Secretaria de Obras; e Wilson João Bento ocupou a Secretaria do Desenvolvimento Econômico. A suplente, Edith Jürgensen, foi então convocada para substituir o vereador Edimar Geraldo Salomon (Edi).

No dia 18 de agosto de 1997, o suplente, Vilson Valandro, foi convocado para tomar posse como vereador na vaga de Wilson João Bento, que havia retornado para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Contudo, no dia 25 de agosto de 1997, o suplente, Paulino Barbosa Filho, foi convocado para tomar posse no lugar de Vilson Valandro, que pediu licença para tratar de assuntos particulares.

Posteriormente, em 17 de novembro de 1997, o suplente, Marcio Mallon, substituiu o vereador Hilário Rank, que também havia se licenciado para tratar de assuntos particulares.

## **2ª Mesa Diretora: 1999 a 2000**

A Mesa Diretora para o período de 1999-2000 foi composta por: Senildo Linzmeyer, presidente; Hilário Rank, vice-presidente; Pedro Wohl, 1º secretário; e Karin Marly Zschoerper, 2º secretária.

Em 15 de fevereiro de 1999, o suplente, Dimas de Freitas, tomou posse substituindo o vereador Pedro Streit, licenciado para exercer o cargo de diretor de Meio Ambiente.

Neste período, a Câmara Municipal concedeu vários títulos honoríficos. Entre eles: pelo decreto nº 11, de 26 de outubro de 1999, concedeu o título de cidadã honorária a

Mariléia Gastaldi Machado Lopes, então reitora da Univille; pelo decreto nº 12, concedeu, em 10 de dezembro de 1999, o título de cidadão honorário a Horst Maul, ex-presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul; pelo decreto nº 13, concedeu, em 15 de dezembro de 1999, o título de cidadão honorário ao Dr. Nelson Maia Peixoto, juiz de direito; e, pelo decreto nº 14, de 15 de dezembro de 1999, concedeu o título de cidadão benemérito a Alexandre Pfeiffer, ex-vereador de São Bento do Sul.

A Câmara contribuiu com a administração de Silvio Dreveck aprovando projetos que melhoraram a infraestrutura da cidade. Entre eles: a ampliação da rede de água e esgoto; a dragagem de rios; a construção de praças; a criação do transporte coletivo integrado; e a manutenção de estradas e pontes, com a retificação e a colocação de saibro.

Na área da cultura, Dreveck adquiriu o prédio do centro cultural; na educação, construiu e reformou escolas; na saúde, ampliou e reformou a rede de postos de saúde; na economia, criou o condomínio empresarial.

Dreveck também adquiriu o edifício no qual atualmente está instalada a sede da prefeitura municipal, na Rua Jorge Lacerda, Centro; e iniciou a construção de casas populares, adquirindo terrenos.

Outra importante ação realizada no governo Dreveck foi a criação do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de São Bento do Sul (Ipresbs).

## **Câmara eleita para o período de 2001 a 2004**

Para o quadriênio 2001-2004 foram eleitos: Edimar Geraldo Salomon (Edi), Ivanor Varela, Clélia Maria Bork Roesler, Marli Zimmermann, Adolar Neumann, Claudio Luiz Schultz, Deodato Raul Hruschka, Fernando Mallon, Jorge Plácido Alves, Lírio Volpi, Maria Salete Berti Montenegro, Mauro Laudemir Oribka, Sergio Rogério Pacheco, Pedro Streit e Tadeu do Nascimento.

De acordo com a ata, a sessão de posse foi realizada no dia 01 de janeiro de 2001, às 10 horas, nas dependências da Sociedade Desportiva Bandeirantes.

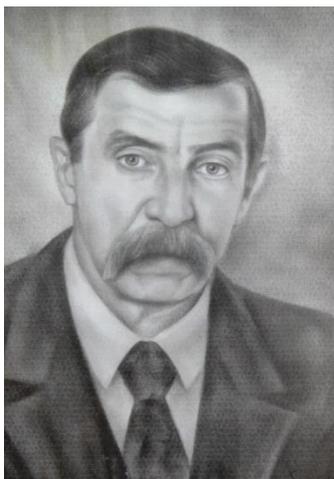


Câmara Municipal de  
São Bento do Sul (2001-2004).

Nessa legislatura foram eleitas três mulheres. Os vereadores eram industriais, comerciantes, representantes

de sindicatos, e autônomos; ou seja, formou-se uma representação significativamente eclética.

### **1ª Mesa Diretora: 2001 a 2002**



Presidente Edimar Geraldo Salomon (Edi) (janeiro de 2001 a dezembro de 2002).

A Mesa Diretora para o período de 2001-2002 foi composta por: Edimar Geraldo Salomon (Edi), presidente; Ivanor Varela, vice-presidente; Clélia Maria Bork Roesler, 1º secretária; e Marli Zimmermann, 2º secretária. Pela primeira vez, duas mulheres ocuparam simultaneamente cargos na Mesa Diretora.

Após a composição da mesa, a Câmara deu posse ao prefeito reeleito, Silvio Dreveck, e ao vice-prefeito, Landivo Stoeberl.

Dreveck foi o único prefeito reeleito para o período subsequente na história de São Bento do Sul. As Constituições republicanas brasileiras historicamente vedavam essa prática, o que impediu a candidatura à reeleição dos prefeitos anteriores. Contudo, em 1997, o art. 14, § 5º, da Constituição de 1988 foi alterado, permitindo a reeleição para um único período subsequente.

O vereador Deodato Raul Hruschka foi convidado a dirigir a Secretaria de Saúde; e a vereadora Maria Salete Bertí Montenegro, a ocupar o cargo de diretora no Departamento de Habitação. Assim, em 08 de fevereiro, assumiram os suplentes: Ivo Pankewicz e Senildo Linzmeyer.

A Câmara, pelo decreto nº 07, de 21 de agosto de 2001, concedeu o título de cidadão honorário ao Dr. Júlio Teddy Miranda Ascui, em reconhecimento ao seu valoroso trabalho como médico em São Bento do Sul.

Em 06 de maio de 2002, tomou posse o suplente, Wilson João Bento, substituindo o vereador Deodato Raul Hruschka, que reassumiu a Secretaria de Saúde; em 11 de julho de 2002, tomou posse o suplente, Dimas de Freitas, substituindo o vereador Pedro Streit, licenciado para exercer o cargo de diretor do Departamento de Agropecuária.

## 2ª Mesa Diretora: 2003 a 2004



Presidente Clélia Maria Bork Roesler  
(janeiro de 2003 a dezembro de  
2004).

Para a Mesa Diretora do período 2003-2004 foram eleitos: Clélia Maria Bork Roesler, presidente; Claudio Schultz, vice-presidente; Marli Zimmermann, 1º secretária; e Jorge Plácido Alves, 2º secretário.

Pela primeira vez uma mulher foi eleita presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul.

O suplente, Pedro Bayer, assumiu no dia 05 de maio de 2003, durante licença do vereador Fernando Mallon. Bayer voltou para a Câmara no dia 18 de setembro de 2003, no lugar do vereador licenciado, Lírio Volpi.

No dia 02 de setembro de 2004, Gelasio Luiz Tureck tomou posse, substituindo o vereador Fernando Mallon, que solicitou licença; Tureck tomou posse tendo em vista que Alfredo Pedro Bayerl, 1º suplente, informou, por meio de ofício, que não poderia assumir o cargo.

Por meio do decreto nº 18, de 07 de junho de 2003, a Câmara Municipal concedeu o título de cidadão honorário a Pedro Machado de Bittencourt, autor do hino de São Bento do Sul.

Nesta gestão, as finanças municipais estavam saneadas, o que viabilizou a Câmara autorizar empréstimos e financiamentos para novas obras: na área da infraestrutura, foi ampliada a rede de água e esgoto, e também construída uma nova adutora para garantir o fornecimento de água; foram ainda efetuados grandes investimentos para a pavimentação de ruas; na saúde, foram construídos postos de saúde e de distribuição de remédios; foi ainda concedido auxílio para implantação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital e Maternidade Sagrada Família; na educação, o governo investiu na construção de centros de educação infantil, pré-escolas e escolas de ensino fundamental, bem como, em ginásios de esportes para as unidades de ensino.

A Câmara também autorizou auxílio para a construção dos edifícios da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e da Universidade da Região de

Joinville (Univille); e a economia foi estimulada com incentivos para as indústrias pioneiras.

Na segurança pública, a Câmara autorizou a cedência de um terreno para a construção da sede do batalhão da Polícia Militar, e da sede do Corpo de Bombeiros, em Oxford.

Por fim, a Câmara investiu em seu próprio patrimônio: autorizou a construção do edifício da atual sede do poder legislativo municipal, na Rua Vigando Kock, 69.

### **Câmara eleita para o período de 2005 a 2008**

Conforme ata, a posse dos vereadores, no dia 01 de janeiro de 2005, ocorreu nas dependências do Centro Cultural Dr. Genésio Tureck, às 10 horas.

Para o período de 2005-2008 foram eleitos apenas 10 vereadores: Leonísio Lauro Marques, Mauro Sadowski, Lourival Ferreira de Castilho, Luis Carlos Contesini, Eduardo Antonio Rodrigues de Moraes, Sergio Rogério Pacheco, Ivo Pankiewski, Sérgio Luis Celeski, José Kormann e Luiz Carlos Pedrozo.

Os políticos eleitos eram industriais, comerciantes, professor, representante de sindicato, médico, e servidor público. Para prefeito foi eleito Fernando Mallon, e, para vice-prefeito, Ernesto Rank.



Câmara Municipal de  
São Bento do Sul (2005-2008).

Muitas alterações no quadro de vereadores ocorreram nesta legislatura, com vários pedidos de afastamento, e marcada, também, por uma cassação de mandato.

### **1ª Mesa Diretora: 2005 a 2006**

Para a Mesa Diretora do período 2005-2006 foram eleitos: Deodato Raul Hruschka, presidente; Sérgio Luiz Celeski, vice-presidente; Ricardo Malinowski, 1º secretário; e Lourival Ferreira de Castilho, 2º secretário.



Presidente Deodato Raul Hruschka  
(janeiro de 2005 a dezembro de  
2006).

Em 17 de janeiro de 2005, o suplente, Ricardo Malinowsky, tomou posse substituindo o vereador titular, José Kormann, indicado para o cargo de presidente da Fundação Cultural. O suplente, Mauro Sadowski, assumiu em substituição a Adolar Neumann, também convidado a integrar o poder executivo.

Em 23 de maio de 2005, o suplente, Marcio Rafael Diener Junior, assumiu o cargo de vereador, substituindo Mauro Sadowski, licenciado para tratar de assuntos particulares.

Em 20 de outubro de 2005, o suplente, Eduardo Antonio Rodrigues de Moraes, tomou posse em substituição ao vereador Deodato Raul Hruschka, que assumiu o cargo de prefeito municipal em exercício.

Em 27 de abril de 2006, o suplente, Eduardo Antônio Rodrigues de Moraes, assumiu o cargo de vereador em substituição a Sergio Rogério Pacheco, em licença para tratar de assuntos particulares.

Em 15 de maio de 2006, assumiu o suplente, Edimar Geraldo Salomon (Edi), em substituição a Deodato Raul Hruschka, que viajou ao exterior para acompanhar a comitiva do prefeito. Nesse período, assumiu a presidência da Câmara Municipal, Sérgio Luis Celeski.

Em 14 de setembro de 2006, assumiu o suplente, Dimas de Freitas, em substituição a Luiz Carlos Contesini, licenciado para tratar de assuntos particulares. Nessa mesma data, assumiu Marcio Rafael Diener Filho, em substituição a Mauro Sadowski.

Na reunião do dia 06 de novembro Kormann foi escolhido como o novo 1º secretário da Mesa Diretora.

Nesse período, a nova sede do poder legislativo municipal foi concluída e inaugurada, no dia 29 de julho de 2005.

## **2ª Mesa Diretora: 2007 a 2008**

No dia 20 de dezembro de 2006, foi escolhida a Mesa Diretora para o período 2007-2008: José Kormann, presidente; Luiz Carlos Pedroso, vice-presidente; Sérgio Luiz Celeski, 1º secretário; e Mauro Sadowski, 2º secretário.



Presidente José Kormann (dezembro de 2006 a abril de 2008).

Em 01 de fevereiro de 2007, o suplente, Eduardo Antonio Rodrigues de Moraes, assumiu em substituição a Deodato Raul Hruschka, que assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Regional, em Mafra.

Neste mesmo período, a Câmara concedeu o título de cidadão honorário ao professor Mário Cristofolini.

Em 06 de março de 2007, o suplente, Marcio Rafael Diener Junior, assumiu novamente; mas agora substituindo Luiz Carlos Contesini, que havia falecido.

Em 08 de outubro de 2007, o suplente, Dimas de Freitas assumiu no lugar de Marcio Rafael Diener, que pediu licença para tratar de assuntos particulares.

Em 15 de outubro de 2007, o suplente, Dimas de Freitas, tomou posse substituindo Mauro Sadowski. Em 07

de abril de 2008 o suplente Alfredo Pedro Bayer assumiu em substituição a Sérgio Luiz Celeski, que pediu licença para tratar de assuntos particulares.

Outro importante fato marcou a história do município neste período: a Câmara, no dia 24 de julho de 2007, concedeu o título de cidadão honorário ao ex-prefeito, Osvaldo Zipperer.



Presidente interino Luiz Carlos Pedrozo (04 de abril de 2008 a 21 de abril de 2008).

Poucos foram os casos recentes de cassação de mandato na Câmara Municipal de São Bento do Sul. Entretanto, nessa legislatura, o vereador e presidente da Câmara, José Kormann, teve o seu mandato cassado pela Justiça Eleitoral. A ação foi movida por Ricardo

Malinowski, primeiro suplente da mesma coligação, que alegou suposto ato de infidelidade partidária praticado por Kormann, ao ter trocado de partido sem justificativa. O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina acatou o pedido do autor e declarou a perda do mandato de Kormann em favor do primeiro suplente.

No dia 10 de abril de 2008, o juiz da 30ª zona eleitoral enviou uma correspondência ao vice-presidente da Câmara:

Comunico-lhe que este tribunal por meio do acórdão nº 22 084, cuja cópia segue anexa, decretou a perda do cargo de Vereador do Senhor José Kormann, que integra essa Câmara Legislativa. Em vista disso, em obediência ao que dispõe o caput do Art. 10 da Resolução TSE n. 22 610/2007, Vossa Excelência deverá, no prazo de 10 (dez) dias, do recebimento deste ofício, dar posse no referido cargo, ao suplente, comunicando posteriormente a esta Corte. Assinado, o Juiz Eleitoral. Assinaram a ata com a transcrição dos atos do Judiciário, os Vereadores presentes.

Embora não tivesse cometido qualquer falta grave enquanto vereador, tendo em vista a legislação eleitoral, Kormann foi afastado. Então, no dia 14 de abril de 2008, Ricardo Malinowsky tomou posse como vereador titular.

Pouco antes, no dia 07 de abril de 2008, o suplente, Alfredo Pedro Bayerl, assumiu em substituição a Sérgio

Luiz Celeski, que pediu licença para tratar de assuntos particulares.

### **3ª Mesa diretora: substituta, 2008**



Presidente Ricardo Malinowsky  
(abril de 2008 a dezembro de 2008).

Realizada a nova eleição, a Mesa Diretora ficou assim composta: Ricardo Malinowsky, presidente; Luiz Carlos Pedroso, vice-presidente; Sérgio Luiz Celeski, 1º secretário; e Mauro Sadowski, 2º secretário.

Em 10 de julho de 2008, o suplente, Dimas de Freitas substituiu por 30 dias o vereador Mauro Sadowski, que pediu licença para tratar de assuntos particulares.

Em 21 de agosto de 2008, com o retorno de Adolar Neumann, o suplente, Marcio Rafael Diener Junior, deixou a Câmara.

Neste período, o legislativo municipal concedeu o título de cidadão honorário a Zelindro Ismael Farias, capitão da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC).

Embora esta legislatura tenha sido marcada por momentos conturbados, a Câmara contribuiu significativamente com o Governo Municipal, questionando, mas também aprovando inúmeros projetos de interesse comunitário. Entre estes projetos, destacam-se: a aquisição de equipamentos agrícolas; a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), do entreposto do mel, e do projeto de fruticultura; na área administrativa, a instituição do sistema de pregão eletrônico; na educação, a reforma de 21 escolas, bem como a pintura de 11 e a ampliação de outras 13; e a criação de novas escolas, pré-escolas e centros de educação infantil.

A administração municipal, sob o comando do prefeito Fernando Mallon, e com o apoio da Câmara Municipal, criou a Secretaria Municipal do Meio-Ambiente, e instituiu a coleta seletiva do lixo, apoiando também as cooperativas dos catadores. Foi criado, ainda, o Conselho de Desenvolvimento Econômico de São Bento do Sul (Codesbs), para dar apoio aos condomínios empresariais e novas empresas. Na área da assistência social, implantou três unidades de Centro de Referência da

Assistência Social (CRAS) e disponibilizou cursos para várias idades.

Os poderes executivo e legislativo municipais também contribuíram com a aquisição de terrenos para a criação de loteamentos populares, e para a construção de habitações. No esporte, a administração municipal concedeu apoio financeiro para 25 associações esportivas, e restaurou a piscina municipal. Na área da saúde, criou o pronto atendimento nos bairros Centenário, Serra Alta, e Cruzeiro, bem como instalou postos de saúde na Vila São Paulo e na Urca. Na área da cultura, criou também a lei municipal de incentivo à Cultura. Por fim, implantou a rede de esgoto no Centro, em Oxford, e no Cruzeiro; e ampliou o reservatório de água.

### **Câmara Eleita para o período de 2009 a 2012**

Para o período de 2009-2012 foram eleitos 10 vereadores: Tadeu Nascimento, Nilva Marli Larsen Holz, Lírio Volpi, Marco Aurélio Viliczinski, Marcio Dreveck, Antonio Joaquim Tomazini Filho, Eduardo Antonio Rodrigues de Moraes, Josias Terres, Adriane Elisa Ruzanowsky e Luiz Alberto Sieves.

Esta legislatura foi formada por: quatro vereadores professores, dois médicos, um sindicalista, um comerciante e também profissionais autônomos.

## 1ª Mesa Diretora: 2009 a 2010



Presidente Antônio Joaquim Tomazini Filho (janeiro de 2009 a dezembro de 2010).

A Mesa Diretora do período 2009-2010 teve a seguinte composição: Antônio Joaquim Tomazini Filho, presidente; Tadeu de Nascimento, vice-presidente; Nilva Marli Larsen Holz, 1ª secretária; e Marco Aurélio Viliczinski, 2º secretário. O prefeito eleito para o período foi Magno Bollmann, tendo como vice-prefeito Flavio Schumacher.

Na reunião do dia 13 de janeiro, tendo em vista que o vereador Marcio Dreveck aceitou o convite para assumir a Secretaria de Obras, foi substituído então pelo suplente, Sergio Rogério Pacheco.

No dia 05 de julho de 2010, o suplente, José Clemir Spinelli, tomou posse substituindo Lírio Volpi, que pediu licença para tratar de assuntos particulares.

Neste período, a Câmara Municipal concedeu títulos honoríficos. Entre eles: pelo decreto nº 04, de 06 de outubro de 2009, concedeu o título de cidadão honorário ao ex-prefeito de São Bento do Sul, então deputado estadual, Silvio Dreveck; pelo decreto nº 05, de 16 de novembro de 2009, concedeu o título de cidadão honorário a Mauro Mariani, ex-prefeito de Rio Negrinho, então secretário de estado da Infraestrutura.

No dia 16 de dezembro de 2010, foi aprovada a atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal.

## **2ª Mesa Diretora: 2011 a 2012**

Para o período legislativo de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2012, para a Mesa Diretora, foram eleitos: Nilva Marli Larsen Holz, presidente; Josias Terres, vice-presidente; Antônio Joaquim Tomazini Filho, 1º secretário; e Tadeu do Nascimento, 2º secretário.



Presidente Nilva Marli Larsen Holz  
(janeiro de 2011 a dezembro de  
2012).

No dia 19 de outubro de 2011, a Câmara Municipal concedeu o título de cidadão honorário a Célio Fontes Teixeira da Silva, empresário; e a Cecília Tureck Ruckl, voluntária do bairro Serra Alta.

Em 09 de abril de 2012, o vereador Marcio Dreveck retornou para a Câmara; contudo, no dia 25 de outubro de 2012, reassumiu suas funções no poder executivo.

Em seu lugar tomou posse o suplente, Sergio Rogério Pacheco.

O governo Bollmann, com a chancela do legislativo municipal, não teve dificuldades para aprovar projetos importantes para o município, como: as obras de saneamento e ampliação da rede de esgoto; a ativação do

aterro sanitário; o aumento de empregos formais; alterações no planejamento urbano; a criação do parque tecnológico, próximo a Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), e a Sociedade Educacional de Santa Catarina (Sociesc); a redução de cargos comissionados; alterações no plano de cargos e salários dos servidores públicos; a aquisição e a reforma do imóvel pertencente à antiga Móveis Leopoldo – atual Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper –; a implantação do salário reflorestamento, destinado aos agricultores que protegem as nascentes dos riachos, na região da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Vermelho; entre outras ações.

Recursos do município também foram investidos na construção e na reforma de várias escolas e centros de educação infantil.

### **Câmara eleita para o período de 2013 a 2016**

Para o período 2013-2016 foram eleitos: Claudiomar Wotroba, Edimar Geraldo Salomon (Edi), Fernando Mallon, José Ermírio Grein, César Augusto Accorsi de Godoy, Marcio Dreveck, Tirso Gladimir Hümmelgen, Rita Maria Dums, Peter Alexandre Kneubuehler, e Nivaldo Bogo.

Os políticos eleitos eram comerciantes, profissionais da saúde, autônomos, servidor público, e liderança comunitária.

O prefeito eleito foi Fernando Tureck, e o vice-prefeito, Arildo Guesser.

### **1ª Mesa Diretora: 2013 a 2014**



Presidente César Augusto Accorsi de Godoy (janeiro de 2013 a dezembro de 2014).

A Mesa Diretora, conforme a primeira reunião ordinária, realizada no dia 01 de fevereiro de 2013, para o período 2013-2014, foi formada pelos vereadores: César Augusto Accorsi de Godoy, presidente; José Ermínio

Grein, vice-presidente; Peter Alexandre Kneubuehler, 1º secretário; e Claudiomar Wotroba, 2º secretário.

Na reunião extraordinária do dia 14 de janeiro de 2013, o suplente, Lírio Volpi, substituiu Nivaldo Bogo, que foi convidado para assumir o cargo de secretário de Obras. Já o suplente seguinte da mesma coligação, Ricardo Malinowsky, foi convocado para substituir Rita Maria Dums, que assumiu o cargo de secretária de Assistência Social.

Na reunião do dia 15 de abril de 2013, o presidente do legislativo municipal, César Augusto Accorsi de Godoy, licenciou-se para uma viagem internacional. Deveria assumir interinamente o vice-presidente, José Ermírio Grein, mas este também havia se licenciado para assumir o cargo de presidente da Fundação Municipal de Desportos (FMD). Em seu lugar tomou posse o suplente, Geraldo Weihermann. Foi, então, realizada uma nova eleição para o cargo de vice-presidente, na qual foi eleito Edimar Geraldo Salomon (Edi), que, com a ausência de Godoy, assumiu interinamente a presidência da casa.

Na reunião do dia 03 de outubro de 2013, houve a posse dos suplentes, Josias Terres e Hélio Alves, que assumiram substituindo os vereadores, Tirso Gladimir Hümmelgen e César Augusto Accorsi de Godoy, respectivamente. No mesmo período, o suplente, Luís Ivan Ferreira de Lima, tomou substituindo Geraldo Weihermann.

No dia 04 de setembro de 2014, Márcio Dreveck solicitou licença por 30 dias. Assumiu, então, o suplente, Marco Rodrigo Redlich.

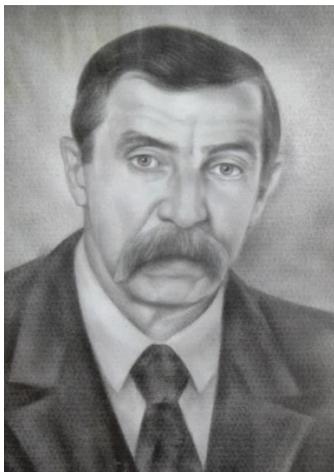
Em 13 de outubro de 2014, o suplente, Roberto Schweitzer de Albuquerque, assumiu substituindo Lírio Volpi, também licenciado.

Entre as ações realizadas por Godoy, frente ao legislativo municipal, merecem destaque: a transmissão das sessões da Câmara Municipal, ao vivo, pela internet; e a pintura e a manutenção da área externa do edifício da Câmara; entre outras.

## **2ª Mesa Diretora: 2015 a 2016**

Em 11 de dezembro de 2014 houve a eleição da Mesa Diretora para o período 2015-2016. Foram eleitos os vereadores: Edimar Geraldo Salomon (Edi), presidente; Tirso Gladimir Hümmelgen, vice-presidente; Claudiomar Wotroba, 1º secretário; e Peter Alexandre Kneubuehler, 2º secretário.

Nesta ocasião, Salomon ocupou a presidência da Mesa Diretora pela quarta vez: dois períodos como titular (2001-2002; e 2015-2016) e dois como interino (31 de abril de 1992 a 23 de maio de 1992; e 15 de abril de 2013 a 15 de maio de 2013).



Presidente Edimar Geraldo Salomon  
– Edi – (janeiro de 2015 a dezembro  
de 2016).

Com o pedido de licença do vereador Tirso Gladimir Hümmelgen, assumiu o suplente, Josias Terres, de 01 de junho a 22 de junho de 2015.

## ENTREVISTAS

No projeto de pesquisa, apresentado e aprovado, consta que seriam entrevistados ex-vereadores. O critério adotado foi: a) entrevistar vereadores das mais antigas legislaturas; b) casais que se elegeram vereadores, e; c) vereadores reeleitos mais de duas vezes.

Foram entrevistados, então, vereadores que participaram de sessões da Câmara na quinta legislatura (1963-1966) – ou seja, há mais de meio século. Um deles foi vereador titular e dois foram suplentes, convocados para participar das sessões da Câmara. Um ainda participou da sexta legislatura (1967-1969) como vereador eleito.

Foram entrevistados, ainda: dois vereadores eleitos para a 7ª legislatura (1970-1972); um da 8ª legislatura (1973-1976); um da 9ª legislatura (1977-1982); um da 10ª legislatura (1983-1985); um da 12ª legislatura (1989-1992), e um da 13ª legislatura (1993-1996). Foram também entrevistadas duas vereadoras, esposas de ex-vereadores: Clélia Maria Bork Roesler (1993-1996, 1997-2001 e 2001-2004), e Edite Jürgensen (1997-2001).

Por fim, foi entrevistado o atual presidente da Câmara Municipal, Edimar Geraldo Salomon (Edi).

1. **OSVALDO ZIPPERER** – natural de Bituva, município de Mafra, nascido em 10 de fevereiro de 1932, realizou seus estudos em Rio Negrinho e São Bento do Sul, e cursou o ginásio e o científico em Curitiba. Assumiu a agência local do Sesi, que atendia aos operários das indústrias com cursos profissionalizantes, farmácia, mercado, cinema, onde pode conhecer a maioria das lideranças comunitárias de São Bento do Sul.

Candidatou-se a vereador pelo PSD, para a 5ª legislatura (1963-1966). Apoiado por amigos e familiares, conquistou uma expressiva votação para aquela época: 598 votos. Foi um dos vereadores mais votados. Perguntado se representava algum bairro ou empresa, respondeu que não. Foi um candidato avulso. Aprovado como fiscal e auditor do INPS, viajou muito para atender a demanda. Contudo, por causa das viagens, não pode participar de todas as reuniões da Câmara. Em 1966, filiou-se ao partido que apoiava o governo militar: a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Na Mesa Diretora de 1966, ocupou o cargo de vice-presidente.

Ao ser questionado sobre os motivos em participar da política, respondeu que foi por incentivo de amigos e também pelo ideal de fazer o bem para a comunidade. Na Câmara, conseguiu aprovar um projeto para a isenção de impostos para a primeira casa dos operários. Conseguiu aprovar também o Regimento Interno da Câmara Municipal e atualizar o Código de Posturas Municipais.

Foi questionado também se teve alguma decepção. Respondeu que não, pois, segundo ele, a Câmara agia em busca de soluções para os problemas da população. Contudo, afirmou que, enquanto pertencia ao partido que fazia oposição ao governo, algumas vezes teve que atender aos interesses partidários.

Em sua opinião, o vereador é importante para a comunidade. Lembrou que, no seu tempo, participava das reuniões semanais sem receber remuneração como vereador. Entretanto, devido ao seu trabalho externo, não se candidatou para a legislatura seguinte, retornando mais tarde como candidato único a prefeito.

**2. ARTHUR CARLOS PFÜTZENREUTER** – natural de São Bento do Sul, nasceu no dia 07 de junho de 1924. Aos 15 anos, foi estudar na Escola de Aprendizes de Marinheiro, em Florianópolis. Serviu o Brasil durante a 2ª Guerra Mundial. Foi ferido, mas se restabeleceu. Posteriormente, deixou a Marinha e voltou a São Bento, pois, segundo ele, a sua família precisava muito. Filiou-se na União Democrática Nacional (UDN) e se elegeu suplente de vereador na quinta legislatura (1963-1966). Assumiu como vereador no dia 09 de novembro de 1964. Nesse período, assumiu interinamente a 2ª secretaria da Mesa Diretora.

Entrevistado, respondeu que não representava nenhum bairro ou empresa; conseguiu votos com os

amigos em todo o município. Entrou na vida pública por idealismo, altruísmo e por fraternidade.

Na Câmara, não teve problemas com os colegas vereadores. Suas ações e decisões foram: idealizar, construir, e defender os demais. Suas brigas eram políticas, em defesa dos projetos que visavam ao bem comum.

Perguntado sobre a importância do vereador, respondeu que são muito importantes, pois encaminham ao executivo pedidos que visem solucionar problemas comunitários.

Entrevistado no dia 04 de novembro de 2015, Arthur atualmente está com 91 anos de idade.

**3. JOÃO BENTO DA LUZ** – natural de Guaramirim, nasceu no dia 10 de outubro de 1930. Exerceu a função de mestre industrial na Fiação São Bento, no bairro Serra Alta. Disposto a lutar por melhores condições para a classe operária, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas. Eleito como suplente de vereador, na 5ª legislatura (1963-1966), assumiu a vaga na Câmara pela primeira vez no lugar do vereador Vitor Vidal dos Santos, que teve o seu mandato cassado. Com a extinção dos partidos políticos, e a criação de novos, filiou-se, em 1965, ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Reelegeu-se para a 6ª legislatura (1967-1969) e foi o primeiro vereador eleito pelo MDB. Por esse motivo, teve muitas dificuldades para aprovar projetos. Deu especial atenção ao bairro Serra

Alta, onde defendeu a dragagem do rio Banhados e a construção de uma praça. Foi um líder comunitário, participante da Associação de Pais e Professores (APP) da Escola Frederico Fendrich. Foi também presidente da Associação Atlética Fiação São Bento. Na eleição de 1976, para a 8ª legislatura, foi eleito primeiro suplente. Entretanto, não conseguiu tomar posse como vereador.

Perguntado sobre os motivos pelas quais ingressou na política, respondeu que sempre gostou, e recebeu convite e incentivo dos amigos. Afirmou ainda que na Câmara nunca teve problemas.

Sobre decepções na vida política, prontamente respondeu que não houve, pois: “prometi pouco e ganhei muito”.

Opinando sobre a importância do vereador para a comunidade, respondeu que o vereador deve estudar os problemas do seu bairro e levá-los ao conhecimento do executivo.

Bento da Luz ainda contou que exerceu os mandatos quando os vereadores ainda não recebiam remuneração. Para os vereadores residentes nos bairros, a Câmara pagava o combustível dos automóveis; para quem não tinha automóvel, pagava o táxi. Lembrou que, como no bairro Serra Alta era difícil ter táxi à disposição, para participar das sessões, fazia o percurso de Serra Alta até a Câmara a pé. Colocava, então, um guarda-chuva embaixo

do braço e seguia sozinho, caminhando, para não perder nenhuma sessão.

4. **MILTON ENGEL** – natural de São Bento do Sul, foi vereador de 1970 a 1973, eleito pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). Na Câmara, exerceu a função de 1º secretário, no ano de 1970, quando, posteriormente, foi reeleita a Mesa Diretora para 1971. Ocupou, então, o mesmo cargo.

Perguntado sobre o bairro que representava, afirmou que foi representante dos bairros Rio Vermelho e Rio Natal. Com a criação do Conselho Municipal de Turismo, em 10 de novembro de 1970, foi indicado para ser o representante da Câmara no conselho.

Ao ser questionado sobre os motivos que o levaram a ingressar na política, respondeu que ingressou por influência da família. Seu tio, Emílio, foi vereador entre 1959 e 1962; e o irmão, Rolando, entre 1967 e 1969.

Referente a problemas na Câmara, respondeu que buscou soluções para os problemas da comunidade, e, por isso, não houve decepção durante o exercício do seu mandato.

Sobre a importância do vereador, respondeu que é importante para fiscalizar a administração municipal e apresentar sugestões para melhorar o atendimento à população.

Milton também foi vereador durante o período em que a função não era remunerada. Contundente, afirmou que nem por isso deixou de participar das reuniões da Câmara.

5. **HILÁRIO RANK** – natural de São Bento do Sul, Santa Catarina, foi vereador por três legislaturas: 01 de fevereiro de 1977 a 31 de dezembro de 1983, eleito pela Aliança Renovadora Nacional (Arena); 01 de fevereiro de 1983 a 31 de dezembro 1988, eleito pelo Partido Democrático Social (PDS); e 01 de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2000, eleito pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB). Afirmou que os nomes mudaram. Porém, o grupo político sempre foi o mesmo.

Perguntado sobre as funções que ocupou na Câmara, respondeu que, no 1º mandato (1977-1983), ocupou a 1ª secretaria, em 1977 e 1978; a vice-presidência, em 1979 e 1980; e a presidência entre 1981 e início de 1983. No segundo mandato (1983-1988), ocupou liderança da bancada do PDS, em 1983 e 1984; foi eleito 1º secretário, para os anos 1985 e 1986; e foi líder da bancada do PPB em 1985 e 1986. No terceiro mandato (1997-2000), ocupou a presidência da Câmara Municipal, em 1997 e 1998; e foi vice-presidente, em 1999 e 2000.

Hilário ocupou também, no ano de 1973, o cargo de secretário da Câmara, redigindo as atas das reuniões dos vereadores. No ano de 1989, foi nomeado relator-adjunto

da Constituinte Municipal, durante a elaboração da Lei Orgânica e do Regimento Interno.

Perguntado se, na Câmara, representou algum bairro ou empresa, respondeu que, exercendo função de relevância na empresa Indústrias Augusto Klimmek Ltda. (Condor S/A), e morando no Centro de São Bento do Sul, de certa forma, representava pessoas conhecidas e amigas que compartilhavam dessa mesma situação. Contudo, afirmou que possuía (e ainda possui) um círculo de amizades e parentesco em vários outros logradouros do município. “Não considero a função de vereador como representação de um bairro ou empresa, tendo em vista que os seus afazeres obrigam-no a se preocupar com o município num todo. Embora tenha recebido mais votos em alguns bairros, e menos em outros, não deixei de considerar igualmente a todos como partes importantes da nossa cidade”.

Politicamente, a carreira iniciou à época em que ainda estudava no antigo 2º grau, no Colégio São Bento, e, na Condor, o funcionário e então vereador Harald Bruno Endler estava em severo tratamento de saúde, o que impossibilitou a busca por uma reeleição para o seu terceiro mandato. Por ter trabalhado junto aos vereadores no ano de 1973, todos os amigos consideraram este um fator para a indicação como candidato, às vésperas da eleição de 1976.

Perguntado sobre os motivos que o levaram a ingressar na vida pública, respondeu que procurou levar ao legislativo as preocupações que sentiu no decorrer das gestões anteriores. A experiência adquirida no ano do centenário de São Bento do Sul, observando as discussões dos vereadores (principalmente entre Francisco Paulo Kaesemodel e Harald Bruno Endler) e a visão do prefeito Oswaldo Zipperer o marcou profundamente.

Contundente, Rank afirmou que questionava como gostaríamos, ou o que idealizávamos, para a nossa cidade no futuro. Então, sugeriu: - O morro do Samae (atual Parque 23 de Setembro) deverá ser preservado, afinal, é a nossa digital, que nos diferencia de outras cidades; - Os bairros deverão ter características próprias; - Não deverá ser permitida, jamais, a instalação de favelas; - O poder público deverá favorecer através da geração de empregos as oportunidades para que o cidadão construa a sua casa própria, sem maior paternalismo público. Por fim, afirmou: “acho que, por enquanto, a cidade está conseguindo manter esse sonho de muitos”.

Perguntado quais os problemas que enfrentou na Câmara, respondeu:

Não considero ter havido problemas maiores de ordem técnica ou política, a não ser a rotina legislativa com seus percalços e divergências de opiniões. A falta de assessores técnicos era compensada por uma dedicação aos estudos

legislativos, e, quando não suficientes, a Câmara tinha a prerrogativa de convidar pessoas da comunidade, 'experts' no assunto em pauta, que gratuitamente davam seus pareceres, contribuindo para a sua discussão. Isso obrigava os Vereadores serem, também, estudiosos nos temas municipais, destacando-se as diversas áreas de atuação, alguns melhor preparados para discutir matérias relativas à Educação, Cultura e Desportos, outros entendiam mais de Obras e Transportes, outros na Saúde, nas Finanças e Administração, e assim por diante, sempre considerando o seu papel de legislador, respeitando as atribuições do Executivo. Nesse rol de obrigações estava já implícita uma forma de escolha dos candidatos de cada partido, prevendo o seu desempenho como Legislador Municipal.

Sobre as decepções no exercício do mandato, respondeu:

As decepções sempre foram momentâneas e passageiras, o que agora, ao longo do tempo, não significam mais nada a não serem lembranças divertidas. Talvez, o que nos entristece é a pouca cultura política do povo brasileiro, que não valoriza o seu voto, não julga o seu candidato por aquilo que deseja para o seu país, estado e município, mas somente por algum benefício efêmero e insignificante. A transformação que ocorreu, nos últimos 30 anos, aproximadamente, tem causas que ainda não entendemos totalmente, podendo ter sido a grande alienação política provocada pelos anos de ditadura militar, ou,

antagonicamente, pela luta de um socialismo utópico de bem-estar completo. Lembramos da época em que os candidatos eram escolhidos, nos partidos, por suas atividades socioculturais, econômicas e/ou educativas, durante a vida. (...) Como o processo eleitoral é democrático (ainda bem), permite-se aos partidos a escolha de candidatos de diversos matizes profissionais e sociais. Infelizmente no Brasil de hoje, o desempenho dentro da futura função é fator secundário; o que importa é eleger o maior número de membros. Elege-se um comediante, um corrupto, um meliante à procura de foro privilegiado. Aliás, de todos estes acima, o comediante é o menos nocivo, embora seja de utilidade legislativa duvidosa. Felizmente, ainda não é o caso de nosso legislativo municipal”.

Perguntado, sobre a sua opinião sobre a importância do vereador para a comunidade, respondeu:

Desde que o ser humano passou a viver em comunidades (tribos, vilas, cidades), necessitou de um líder para organizar a defesa contra os inimigos, buscar meios de sobrevivência, julgar conflitos, punir e beneficiar a quem merecesse, etc. Os métodos de escolha nem sempre permitiam a participação do povo: ora por herança familiar, ora por força guerreira, ora por méritos e escolha popular. São Bento do Sul tem sua formação social profundamente arraigada nos laços familiares, e, entre esses, nas amizades trazidas das terras de

origem, na Europa central do século XIX. A tradição política local, desde os primeiros vereadores e ou intendentes, é positiva e plena de exemplos de dedicação total aos interesses da cidade. O vereador é útil para a comunidade pelo fato de ser alguém que pode contrapor às ideias de um Executivo incompetente, injusto, inábil, desumano ou desonesto. O posicionamento pró ou contra as medidas executivas, principalmente seus projetos de lei, consideram o interesse popular, do qual o vereador deve ser zeloso guardião. Talvez, o que melhor traduz o valor de um representante da comunidade é o seu amor pela cidade, o seu desprendimento, abnegação e respeito à cultura do seu povo, à vocação socioeconômica, o zelo pela lei justa e equânime, objetivando o bem-estar geral.

6. **ARNO OTTO ROESLER** – natural de São Bento do Sul, foi eleito para a 10ª legislatura, entre 07 de fevereiro de 1983 e 31 de janeiro de 1988, e para a 11ª legislatura, entre 1989 e 1992. Eleito pelo PMDB, Roesler foi líder de governo, relator da Lei Orgânica Municipal, e presidente de várias comissões.

Perguntado se, na Câmara, representava algum bairro ou empresa, respondeu que representava o centro, com apoio em vários bairros, mas sem vínculo com empresas.

Sobre como entrou na vida pública, respondeu:

Minha família, apesar de não exercer mandato eletivo, sempre esteve envolvida com a política partidária. Aprendi que, como cidadãos, temos a obrigação em participar das decisões da comunidade em que vivemos, dando a nossa contribuição junto às entidades sociais, entidades religiosas, poder público, etc. O ingresso na vida pública foi apenas a consequência desta cultura participativa.

Questionado se enfrentou problemas na Câmara, respondeu: “a facilidade que tenho no relacionamento com as pessoas, o respeito pela individualidade de cada um, o clima cordial reinante nas duas legislaturas em que participei, e as orientações repassadas pelos assessores da Câmara, bem como de ex-vereadores, fizeram com que não tivéssemos problemas dignos de registro no período em que exerci os mandatos”.

Quanto se a atividade pública trouxe decepções, respondeu: “pelo fato em ter participado de organizações partidárias – primeiramente no MDB e, depois, no PMDB de São Bento do Sul, como fundador e primeiro presidente – tive a oportunidade de me preparar para exercer o mandato de vereador, seja através de cursos específicos e palestras, ou a convivência com os vereadores e deputados do partido. Adquiri os conhecimentos para exercer a função sem surpresas. Assim, não tive motivo para decepções”.

Perguntado sobre a importância do vereador para a comunidade, respondeu usando as palavras da Constituição Federal de 1988: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos. O vereador é o representante escolhido pela comunidade para representá-la junto ao poder legislativo municipal, que tem como funções primeiras: fiscalizar as contas do executivo e legislar em nome do povo”.

**7. CLÉLIA MARIA BORK ROESLER** – natural de Mafra, foi vereadora na 12ª legislatura (1993-1996); reeleita para a 13ª legislatura (1997-2001), e novamente reeleita para a 14ª legislatura (2001-2004). Foi integrante do PMDB e, depois, do PFL.

Na Câmara ocupou a função de 1ª secretária, no período 2001-2002. Posteriormente, foi eleita presidente da Câmara Municipal, no período 2003-2004. Clélia foi a primeira mulher na história do município a se eleger para três mandatos, assim como foi a primeira mulher a ocupar a presidência do legislativo municipal.

Perguntada sobre qual bairro ou empresa representou, respondeu que representava o município como um todo, pois teve votação expressiva em todos os bairros, mas principalmente o Centro.

Questionada sobre os motivos que a levaram a entrar na política, afirmou que:

Depois de responder pela Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário do município, e ceder às pressões dos movimentos comunitários, principalmente os liderados por mulheres, que almejavam eleger alguém do sexo feminino para representá-las na casa de leis, também fui incentivada pelos familiares e amigos, na certeza de poder dar a minha contribuição à cidade onde sempre vivi. Resolvi, então, abraçar a vida pública como uma missão no exercício da cidadania.

Quanto às dificuldades enfrentadas na Câmara disse:

Sendo a primeira mulher a assumir uma cadeira na Câmara, agraciada com a maior votação proporcional em relação aos votos úteis, fui vista, no princípio, por alguns membros da Câmara, como uma intrusa num ambiente até então de domínio exclusivo dos homens. O próprio espaço físico não estava adequado para a presença de mulheres. Projetar e construir o imóvel para abrigar a casa de leis, foi talvez o maior desafio quando presidi a Câmara. As opiniões divergentes dos vereadores, a resistência de setores da comunidade e o bombardeio que partiu da mídia, fez com que a obra passasse por modificações para atender às diversas reivindicações.

Questionada sobre possíveis decepções no exercício da vereança, respondeu que a sua decepção foi com relação a pouca importância dada pelo poder executivo às leis de origem do legislativo, que, apesar de sancionadas, não foram implantadas, com a justificativa de falta de regulamentação. Outras, simplesmente foram ignoradas.

Sobre a importância do vereador para a comunidade, respondeu que, hoje, vê esta importância diminuída em função das vaidades pessoais e interesses alheios às reivindicações da comunidade como um todo.

**8. LEONIDES VIVALDO JÜRGENSEN** – natural de Campo Alegre, Jürgensen foi vereador na 8ª legislatura (1973-1976), e eleito com uma expressiva votação: 12,78% dos votos válidos. Foi reeleito para a 10ª legislatura, entre 07 de fevereiro de 1983 e 31 de janeiro de 1985. Em 1973, foi eleito pela Arena; em 15 de novembro de 1982, foi eleito pelo PDS.

Na Câmara, exerceu funções na Mesa Diretora: 1º secretário (1973-1974), e vice-presidente (1975-1976).

Perguntado se representou algum bairro ou empresa, respondeu que representou o Centro e os bairros Oxford e Dona Francisca. Foi também apoiado pelas Indústrias Artefama S/A.

Sua entrada na vida pública deveu-se com o incentivo de amigos e por gostar de colaborar com a comunidade. O ex-vereador afirmou, ainda, que não enfrentou problemas na Câmara, assim como não teve quaisquer decepções.

Sobre a importância dos vereadores para a comunidade, respondeu que devem reivindicar encaminhar pedidos, e apoiar as sugestões; mas sem interesses pessoais.

9. **EDITE JÜRGENSEN** – natural de Garuva, foi eleita suplente para 13ª legislatura (1997-2000), pelo Partido Progressista (PP). Mas tomou posse quando o vereador titular licenciou-se para ocupar um cargo no executivo. Jürgensen não ocupou função na Mesa Diretora.

Segundo ela, representava o centro da cidade e o bairro Dona Francisca. Perguntada sobre os motivos pelos quais ingressou na vida pública, respondeu que foi pelo histórico dos trabalhos comunitários que realizou.

Questionada, ainda, sobre os problemas que enfrentou na Câmara, respondeu que houve rixas partidárias, mas não problemas de ordem pessoal. Afirmou também que não teve decepções no exercício da função, dando ênfase ao grande aprendizado.

Da importância da função para a comunidade, afirmou os vereadores tem, através da Câmara, a função em fiscalizar o prefeito e as atividades realizadas pela prefeitura.

No período em que Jürgensen foi vereadora, na 13ª legislatura (1997-2000), pela primeira vez na história de São Bento do Sul três mulheres ocuparam o cargo de vereador.

10. **ARNOLDO HAROLD HARMS** – natural de Itajaí, Harms foi eleito para a o período 1970-1973, pela Arena-2 – sublegenda ligada ao mesmo partido. Foi eleito vice-prefeito entre 1973-1977, e reeleito vereador para o

período 1993-1996, pelo PMDB. Ocupou a função de 2º secretário da Mesa Diretora, no período 1972-1973.

Perguntado se representava na Câmara algum bairro ou empresa, respondeu que representava o bairro Serra Alta, e era apoiado pela Fiação São Bento S/A.

Sobre os motivos da sua entrada na vida pública, respondeu que entrou na política para colaborar e atender aos anseios da comunidade. Dos problemas que enfrentou na Câmara, respondeu que, principalmente no segundo mandato, quando pertencia ao partido minoritário, teve dificuldade na aprovação de seus projetos.

Das decepções na Câmara, respondeu que não houve, pois estava no cargo para trabalhar para a comunidade.

Sobre a importância do vereador, respondeu que a função é trabalhar em prol da comunidade.

**11. EDIMAR GERALDO SALOMON (EDI)** - natural de São Bento do Sul, e atual presidente da Câmara Municipal, é único vereador na história do município eleito sete vezes (1989-1992; 1993-1996; 1997-2000; 2001-2004; 2005-2008; 2013-2016; e 2017-2020).

Na Câmara Municipal, ocupou as seguintes funções: foi vice-presidente; e também presidente da Mesa Diretora, por quatro vezes – duas vezes como interino, e outras duas como titular. Foi também presidente de Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Perguntado se representa (ou representava) algum bairro ou empresa, respondeu que não; representou (e representa) o município como um todo.

Sobre os motivos que o levaram a ingressar na vida pública, Salomon respondeu que um dos principais objetivos foi contribuir com o crescimento e o desenvolvimento da cidade, dando voz ao cidadão, e atendendo aos anseios da comunidade.

Quanto aos problemas enfrentados na Câmara, respondeu que enfrentou apenas questões político-partidárias, comuns no cotidiano de quaisquer agentes políticos.

Sobre possíveis decepções na vida pública, respondeu que não há, mas sempre desafios a serem superados.

Sobre a importância do vereador para a comunidade, respondeu que é essencial em suas atribuições constitucionais para manter a ordem e a probidade na administração pública. O vereador é a voz da comunidade no legislativo municipal. Portanto, deve ouvir o cidadão e buscar soluções que contribuam com o desenvolvimento do município, ignorando interesses pessoais, e trabalhando sempre pelo bem comum.

## CONCLUSÃO

A história do poder legislativo municipal de São Bento do Sul foi escrita a partir de pesquisa documental, obedecendo à cronologia dos fatos. A linha teórica seguida foi a história nova, com ênfase à pesquisa documental. Assim, foi possível resgatar a história da Câmara, a partir dos documentos encontrados.

A primeira Câmara Municipal, eleita em 28 de outubro de 1883, foi instalada em 30 de janeiro de 1884. A segunda teve sua eleição anulada, sendo convocada nova eleição somente em agosto de 1888. Essa Câmara foi extinta em dezembro de 1889, com a Proclamação da República. Portanto, no período Imperial, instalaram-se apenas duas legislaturas, com poder legislativo, e o seu presidente, que exercia o poder executivo. Com a Proclamação da República, também foram extintos os cargos de vereadores. Em seu lugar foram criados os conselheiros municipais. As câmaras passaram a ser denominadas de “Conselho Municipal de Intendentes”.

De 1888 até 1930, o poder legislativo de São Bento foi exercido por 14 conselhos municipais de intendentes. O chefe do poder executivo era o superintendente eleito.

Com a Revolução de 1930, o poder legislativo foi fechado, permanecendo assim até 1936. No período de 1930 a 1936, o chefe do poder executivo era o prefeito municipal, nomeado pelo interventor federal, sem apoio do poder legislativo. Os prefeitos administravam os municípios por decretos-leis, decretos, portarias e resoluções.

Em 1937, assumiu a primeira composição da Câmara Municipal no período republicano. O seu primeiro ato foi dar posse ao primeiro prefeito eleito de São Bento, Ernesto Venera dos Santos.

No final de 1937, com a implantação da ditadura – período conhecido como Estado Novo – as Câmaras Municipais foram novamente fechadas, e os prefeitos nomeados.

Com o fim do Estado Novo, as Câmaras voltaram a ser eleitas, assim como os prefeitos. O segundo prefeito eleito de São Bento foi Henrique Schwarz.

Entre 1947 e 2015, as Câmaras foram todas eleitas, o mesmo ocorrendo com os prefeitos.

Durante o período militar, de 1964 a 1985, as Câmaras Municipais continuaram funcionando. Contudo, perderam parte de seu poder para o poder executivo.

A Constituição Federal de 1988 redefiniu os poderes municipais, obrigando-os a desenvolver e promulgar a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara Municipal. Na Lei Orgânica está a organização político-administrativa municipal, em consonância às Constituições

federal e estadual; no Regimento Interno, estão as funções, o regramento interno, e a pormenorização dos procedimentos adotados pela Câmara Municipal de São Bento do Sul, a qual possui funções legislativas, fiscalizadoras, de assessoramento, julgadoras, administrativas e institucionais derivadas, além de outras permitidas em leis e regulamentos.

A Câmara Municipal de São Bento do Sul cumpre, assim, a sua função Constitucional, renovando seus membros por eleições diretas e secretas, a cada quatro anos, conforme a legislação. Ainda, elege a sua Mesa Diretora, a cada dois anos. Por fim, busca atualizar suas leis e regulamentos internos.

Até a década de 1970, os membros do poder legislativo municipal não eram remunerados. Por esse motivo, predominavam, entre eles, os industriais, os comerciantes, ou os funcionários financiados pelas empresas em que trabalhavam. Contudo, com a fixação da remuneração, outras categorias passaram a disputar a função de vereador.

Na atualidade, as câmaras são formadas por políticos de vários partidos, dificultando a formação de blocos majoritários. Portanto, o executivo pode enfrentar dificuldades para conseguir a aprovação de alguns projetos, pois, em alguns casos, são necessários acordos com um ou mais partidos.

Concluimos esta pesquisa histórica sobre o poder legislativo de São Bento do Sul considerando o período entre 1883 e o primeiro semestre de 2015. Contudo, interrompemos as pesquisas cientes de que a Câmara continuará produzindo novos documentos, e cientes de que serão encontradas novas fontes sobre acontecimentos aqui registrados, fornecendo subsídios para outros pesquisadores, que ampliarão o registro da história do poder legislativo municipal.

## REFERÊNCIAS

AMMON, Wolfgang. **Crônica do Município de São Bento, desde a sua fundação 1873 até 1923**. Joinville: Tipografia Boehm, 1923.

AS ORQUESTRAS DE SÃO BENTO DO SUL: um ensaio histórico. São Bento do Sul, 28/29 jun. 1980.

AVELLAR, Hélio Alcântara. **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC; Fename, 1976.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Imperial de 1824**. Disponível em:<[www2.Senado.leg.br](http://www2.Senado.leg.br)>. Acesso em: 22 ago. 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 4. ed. São Paulo: Escala, 2012.

FENDRICH, Henrique Luiz. **São Bento no passado: história e genealogia, escravos em São Bento e Campo Alegre**, 14 abr. 2012. Disponível em: <<https://saobentonopassado.wordpress.com>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

FERREIRA, Olavo Leonel. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

FICKER, Carlos. **São Bento do Sul: subsídios para a sua história**. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1973.

FORUM DE RIO NEGRO, Rio Negro, PR. **Processo da prisão dos carroceiros de São Bento**, [Reprografia pertencente a Antonio Dias Mafra]

GONÇALVES, Marcos Flávio R. (Coord.). **Manual do prefeito**. 13.ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2009.

KORMANN, José. **Prefeitos de São Bento do Sul e a história de sua gestão**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas, SP: Editora UNICAMP; FAPESP, 1998.

MAFRA, Antonio Dias. **História do desenvolvimento da indústria do mobiliário: Região Alto Vale do Rio Negro**. São Bento do Sul: Gráfica JL, 1993.

\_\_\_\_\_. **Ginásio São Bento 50 anos**. Curitiba. Ed. Universitária Champagnat. 2003.

\_\_\_\_\_. **100 anos da Guerra do Contestado: desvendando a participação de São Bento do Sul**. Mafra: Editora Nitram, 2013.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. **O Espírito das leis**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. **Constituição de Santa Catarina de 23 de julho de 1947**. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 27 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Lei provincial n. 1030 de 21 de maio de 1883**. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 27 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição de Santa Catarina, 25 de agosto de 1935**. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 27 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição de Santa Catarina, do ano de 1891**. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 27 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição do Congresso Representativo de Santa Catarina, 26 de janeiro de 1895**. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)>. Acesso em: 27 abr. 2015.

SÃO BENTO DO SUL. Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município**. Curitiba: Gráfica Lítero Técnico.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O poder Legislativo em São Bento do Sul**: 1ª. Parte. São Bento do Sul: Gráfica JL, 2002.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Regimento Interno da Câmara Municipal de São Bento do Sul**. São Bento do Sul: Ed. Câmara, 16 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Assessoria de Comunicação**. Disponível em: <[www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br)>. Acesso em: 13 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **São Bento do Sul: prestando contas (2005 a 2008)**. Informativo municipal. São Bento do Sul, dez. 2008.

SOARES, Maria Elita. **São Bento do Sul: sua história, seus documentos**. São Bento do Sul: Prefeitura Municipal, 1992.

THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro: história da ferrovia no contestado**. Caçador: Imprensa Universal, 1980.

VASCONCELLOS, Osny; PFEIFFER, Alexandre. **São Bento, cousas do nosso tempo**. São Bento do Sul: Ed. Dos autores, 1991.

## DOCUMENTOS PESQUISADOS

Jornal Legalidade, a. 02 ao a. 08 [57 fascículos].

Jornal O Catarinense, 26 jan. 1946, n. 15 a n. 54, 10 abr. 1947.

Jornal O Planalto, ano 1, 1944.

Jornal O Aço, ano 1, n. 1, 01 set. 1936 ao a.8, n. 11, 13 nov. 1943.

Jornal Tribuna da Fronteira, n. 01, 03 jan. 1963 ao n. 26, 07 jul. 1963.

Jornal Tribuna da Serra, 22 set. 1963, até 29 de maio de 1973. [101 fascículos]

### **Arquivo Histórico Municipal:**

Eleições e documentos da Câmara – Caixa 01 até a Caixa 21, (1883 a 1932).

Livro 139 A – Conselho Municipal, Leis e Decretos de 1927 a 1932.

Livro 287 – SuperIntendência – 1903/1913/1931.

Livro 287 A – Resoluções de 1927 a 1930.

Livro 351 – Documentos da Câmara 1931 a 1935.

Livro 357 – Leis, resoluções, decretos e portarias – 1934 a 1936.

Livro 358 – Leis, decretos, resoluções – 1936 a 1937.

Livro 359 – Decretos-leis, decretos e portarias – 1939 a 1940.

Livro 360 – Decretos-leis, decretos – 1941 a 1943.

Livro 361 – Decretos de 1943 a 1947.

Livro 362 – Decretos-leis, resoluções e portarias – 1938-1939.

Livro 363 – Decretos de 1943 a 1947.

Livro 364 – Resoluções, portarias e atos oficiais – 1948.

Livro 365 – Decretos e Portarias – 1948 a 1950.

Livro 366 – Decretos e Portarias – 1950 a 1952.

Livro 367 - Decretos e Portarias 1952 a 1958.

### **Câmara Municipal:**

Atas de reuniões – 1900 a 1930

Atas de reuniões – 1936 a 1937

Atas de reuniões – 1947 a 1964

Atas de reuniões – 1965 a 2015

Livro de termo de posse dos Vereadores

Relação dos homenageados – Cidadãos Honorários.

Entrevistas com 10 ex-vereadores e com o presidente da Câmara.

# REDAÇÃO

**Antonio Dias Mafra**

Autor

# CONTRIBUIÇÃO

**Thiago Felipe Piccinini**

Revisão jurídica, histórica e ortográfica

**Fabiane Pickusch Costa**

Revisão gráfica e ortográfica



## **Câmara de Vereadores de São Bento do Sul**

O painel "A música da história", do artista Evaldo Pereira Greinert, está no plenário da Câmara de Vereadores. Instalado em 2006, o painel é feito em madeira nobre, o cedro rosa, e é formado por 33 tábuas da madeira. Mede 7 metros de comprimento por 4 de altura. A obra é uma das maiores do gênero no Brasil, ela conta o início da imigração europeia e traz partes da partitura musical do hino do município.